

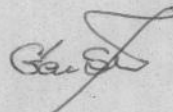
CONFIDENCIAL

R E G I S T R O S

DEP FED MDB/PR - JOSÉ ALENCAR FURTADO

CONFIDENCIAL

REGISTROS SOBRE O DEP FED (MDB/PR) ALENCAR FURTADO



1. DADOS DE QUALIFICAÇÃO

Nome: JOSÉ ALENCAR FURTADO
 Filiação: VICENTE ALENCAR BARBOSA e MARIA FURTADO ALENCAR
 Data de Nascimento: 11 de agosto de 1925
 Nacionalidade: Brasileira
 Naturalidade: ARARIPE/CE
 Profissões: Advogado
 Estado Civil: Casado
 Cônjuge: MIRIÃ CAVALCANTI ALENCAR
 Instrução: Superior
 Residência: BRASÍLIA/DF: SQN 302 - Bloco "H" - apto 202
 CURITIBA/PR: Rua Santana, 276
 PARANAÍ/PR: Av GETÚLIO VARGAS, 885

2. REGISTROS SELECIONADOS

DATA	RESUMO	APÊNDICE
1961	Integrante do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro em CURITIBA/PR.	
1966	Candidato a Dep Est pelo MDB. Elemento de tendências esquerdistas, tendo sido muito ligado ao falecido Juiz SINVAL REIS (comunista declarado e ex-Sargento do Exército). Proprietário do jornal "A Voz de Paranaíba", através do qual pregava reformas políticas e sociais.	
1968 FEV	A propósito da decisão do STF, julgando inconstitucional parte do Art. 48 da LSN, como líder do MDB na AL/PR, o prontuário do as	

Continuação dos registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

- 02 -

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>sim se expressou: "Foi um feito conquistado em prol dos direitos consagrados constitucionalmente que uma legislação discricionária procurou arrebatá-lo" (JC).</p> <p>ABR Sobre a mensagem do Presidente da República, criando as áreas de segurança nacional, o líder do MDB, prouduariado, fez o seguinte pronuciamento: "O conceito de segurança nacional tem amplitude infinita no regime que vivemos hoje, tem a amplitude de Deus. Tudo pode ser entendido pelos dominadores do momento, em termos de segurança nacional. A castração da autonomia de 67 municípios é um atentado à Constituição e ao Direito Cívico do Povo. O Congresso Nacional deve rejeitar a mensagem atentatória à lei, não apenas em benefício do regime democrático, mas até pela paz que reina nas comunas atingidas, que passariam viver em regime de insegurança pelas interventorias quase totalitárias que passariam a dirigir os seus direitos". (JC)</p> <p>Quando da palestra do Deputado Federal MÁRCIO MOREIRA ALVES, do MDB/GB, aos estudantes de CURITIBA/PR, fazia parte da Mesa, onde o linguajar era dos mais violentos, incluindo até palavras de baixo calão. Incitava os presentes à violência, à guerrilha como única solução para o BRASIL. Ataques violentos, não só ao Governo Federal, mas a vários oficiais do Exército.</p>	
<p>MAI</p>	<p>Manifestando seu ponto de vista em favor da gratuidade do ensino em todos os seus graus, declarou ainda o prouduariado que "só oligarquias privilegiadas podem usufruir no BRASIL, do ensino Superior". (JC-GP).</p>	
<p>JUL</p>	<p>Para o nominado, a medida de confinamento ao ex-Presidente JQ, "não tem fundamento político, jurídico ou qualquer outro que seja". Entende o parlamentar que as medidas de exceção deveriam terminar com a vigência da Constituição de 1967. (DP-CP).</p>	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>classificados como anti-revolucionários. Criticou a mensagem do Presidente da República criando as áreas de Segurança Nacional. Foi contra a instituição das sublegendas. Manifestou solidariedade ao Congresso Nacional, pela preservação da inviolabilidade do mandato parlamentar do ex-Deputado cassado MÁRCIO MOREIRA ALVES. Fez pronunciamento pela Frente Ampla.</p>	
<p>1971 ABR</p>	<p>Discursando, como líder do MDB, no Grande Expediente da sessão legislativa, atacou o Governo Federal, o Ministro DELFIM NETO e o regime. Disse entre outras coisas que "os Atos Institucionais e complementares esbulharam o império da legalidade e se situaram nas lindes do arbítrio plenipotenciário". Afirmou também que o Governo dá passos fora da Lei e que denunciaria para exortar a autoridade ao cumprimento da Lei, pois a prática de ilegalidade pelo homem público é a forma mais libertina de subversão.</p>	
<p>MAI</p>	<p>Juntamente com outros parlamentares do MDB, tem feito sistemáticos pronunciamentos a favor da revogação do Ato Institucional nº 5, sem entretanto obter repercussão nacional.</p>	
<p>SET</p>	<p>Na Câmara dos Deputados, o epigrafo deplorou a desvalorização do cruzeiro, acrescentando que o fato se reflete gravemente nas condições de vida do povo. Citou como uma das causas da desvalorização, a falta de participação do Congresso nas decisões sobre a política monetarista. No dia 08 Set 71, em extenso discurso, o nominado declarou na Câmara, que o PARANÁ, quando "participa intensamente na vida econômica nacional, o Governo da República volta-lhe as costas, nega-lhe a importância merecida, como se fôssemos um grande enxerto rejeitado pelo organismo estatal". Disse mais: que "o PARANÁ não detém nenhum cargo público federal. A sua participação é tão só a de concorrer para abarrotar as burras do Ministério da Fazenda".</p>	

Continuação dos registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

- 05 -

DATA	RESUMO	APÊNDICE
OUT	<p>Na Câmara dos Deputados, fez acerbas críticas a conjuntura política e econômico-financeira do País, dizendo: "as características do atual período governamental são decretos em abundância, poder descomunal para ruir ou construir a República, mais de um orçamento e arrecadação exagerada, sangrando ou des-sangrando o organismo nacional".</p> <p>Elemento ligado à esquerda que considera metas essenciais e prioritárias à redemocratização do País: revogação do AI-5, restabelecimento do "Habeas-Corpus", Anistia geral, revisão das cassações e direitos políticos, eleições diretas para Presidente da República e liberdade das organizações estudantis. Tais aspirações coincidem com as do PCB e de algumas organizações terroristas, conforme análise de panfletos apreendidos.</p> <p>O nominado criticou o Plano Habitacional do Governo, afirmando que "nada mais é que agiotagem oficial, que suga o suor do trabalhador", silenciando por completo, quanto às últimas medidas adotadas pela Administração Central, reduzindo juros, ampliando prazos e outras, para favorecer os financiados pelo BNH.</p>	
DEZ	<p>Condenou o excesso de otimismo oficial, afirmando que essa euforia exagerada "conduz à frustração pelo abuso do engodo estatístico que retrata um quadro alvissareiro, mas, infelizmente, não traduz a realidade nacional".</p>	
1972 FEV	<p>Declarou que "o MDB há de ser um partido por inteiro, e o processo de expurgo já devia ter sido adotado, não apenas como medida saneadora, mas também para gáudio das vocações irresistivelmente palacianas". Neste ano de 1972 - acrescentou - o MDB renovar-se-á, senão nas posições, pelo menos como Oposição. "Ninguém mais pode ficar na *regra três*, num comportamento omissivo que não deixa também de ser comprometedor, enquanto ou</p>	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
MAR	<p>tros com idealismo e desprendimento postam-se intemoratos na vanguarda da luta política".</p> <p>Na opinião do nominado, o MDB deveria convidar intelectuais como ALCEU DE AMOROSO LIMA, BARBOSA LIMA SOBRINHO, SOBRAL PINTO e D. HELDER CÂMARA, para prepararem a sua linha programática.</p> <p>O nominado, juntamente com os Dep Fed NADYR ROSSETI, LYSÂNEAS MACIEL, MARCOS FREIRE, J. G. DE ARAÚJO JORGE, FRANCISCO PINTO, WALTER SILVA, OSCAR PEDROSO HORTA, FERNANDO LYRA, ANTÔNIO PAES DE ANDRADE, FREITAS NOBRE, ALCEU COLARES e o Sen FRANCO MONTORO, compõem o grupo de parlamentares que constitui no Congresso a base política da subversão no País, em face de seus antecedentes políticos, depoimentos de subversivos presos, teses e programas defendidos.</p>	
ABR	<p>No I Encontro Regional do Setor Sul do MDB, realizado em CURITIBA, o nominado, vice-líder da bancada federal do MDB, propôs e foi aprovada a moção que propunha a ampla distribuição aos Diretórios Regionais e Municipais de todos os Estados, da proposição apresentada ao plenário da Câmara Federal, pelo líder ALDO FAGUNDES, sugerindo um voto de louvor às conclusões da última Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).</p>	
1974 FEV	<p>O nominado foi um dos Dep do MDB, do "Grupo dos Autênticos" que se recusou a votar nas eleições para eleger o Presidente da República para o quinquênio de 1974/1979. Assinou a Declaração de Voto dos Autênticos" e expressou seu voto da seguinte maneira:</p> <p>"Recuso-me a votar nos termos da declaração entregue à Mesa e censurada pelo Governo".</p>	
JUN	<p>Pronunciando-se na Câmara dos Deputados sobre a sucessão governamental nos Estados, teve violentas críticas ao Governo e à Revolução. Entre outras coisas afirmou:</p>	1

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

- 07 -

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>- "... ditadura que se preza tem que ser ditadura. Democracia que se preza tem que ser democracia. Ditadura democrática ou democracia ditatorial são inverdades políticas abomináveis".</p>	
AGO	<p>O Setor de Segurança da RFFSA recebeu correspondência destinada à União dos Ferrovianos da RVPSC, órgão que, é a "Célula da Rede" do PCB. Tal correspondência, oriunda da Câmara dos Deputados de BRASÍLIA/DF, continha um xerox da Coluna de SEBASTIÃO NERY, publicada no jornal "Tribuna da Imprensa", do RIO, em que o jornalista afirma ter recebido cartas de partidários do voto nulo do PARANÁ, perguntando-lhe se conhecia alguém do MDB que merecesse o voto. Em seguida, o colunista indica o nome de ALENCAR FURTADO e transcreve, como síntese de suas qualidades, seu último pronunciamento na Câmara dos Deputados, no qual o nominado faz uma comparação entre as estatísticas atuais do desenvolvimento brasileiro e estatísticas suas, que mais parecem decalques da "VOZ OPERÁRIA". O Setor de Segurança da RFFSA afirma que, considerando-se o destinatário do envelope, o fato de que partidários do voto nulo são os filiados do PCB, que só usam o direito do voto quando o Partido lhes indica um candidato e ainda, a atuação do nominado, que sempre se destacou como inimigo declarado do regime atual, pode-se concluir que se trata de uma indicação aos comunistas do PARANÁ para votarem em ALENCAR FURTADO, nas próximas eleições.</p>	
OUT	<p>Em carta-propaganda datada de 15 Out 74, entre outras afirmativas, diz: "vivo com meu país num instante dos mais difíceis: as instituições democráticas combalidas, as liberdades públicas contidas; as dificuldades econômicas, crescentes; os trabalhadores sofrendo em demasia, os assalariados, com menor poder aquisitivo; a concentração da renda cada vez mais em mãos de uma minoria; os grandes grupos açambarcando a</p>	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
NOV	<p>a economia nacional; a inflação corroendo a moeda, a censura proibindo verdades; o Estado, mais rico, o povo mais pobre e os que persistem, sofrendo incompreensões por amarem sua pátria".</p> <p>Em pronunciamento pela TV, no horário reservado ao TRE, contestou, violentamente, o Regime.</p> <p>Distribuiu propaganda-eleitoral contestatória a comandantes de Organizações Militares de CURITIBA/PR.</p> <p>Pronunciou discurso no horário destinado à propaganda eleitoral pela TV, tachando o Regime de ditadura.</p>	<p>2</p> <p>3</p> <p>4</p>

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

- 09 -

DATA	RESUMO	APÊNDICE
1975 ABR	<p>Em discurso na CD, criticou o Regime, abor<u>deu</u> o problema de prisões arbitrárias, puni<u>ções</u> e torturas.</p> <p>Citado por MARCO ANTONIO TAVARES COELHO, membro do CC e CEx do PCB e da Comissão de Entendimentos Políticos, juntamente com LUIS INÁCIO MARANHÃO FILHO e GIOCONDO GERBASI A. DIAS. Como membro da referida Comissão ficou sabendo que ALENCAR FURTADO mantinha contatos com o PCB.</p> <p>Pronunciou, na CD, violento discurso, contestando toda a ação governamental, e acusando o Governo de não ter condições de su<u>portar</u> a vida legal dos radicais de esquer<u>da</u>.</p>	5
1976 MAR	<p>Pronunciou discurso na Câmara dos Deputados, contestando, com violência, a Legisla<u>ção</u> Revolucionária.</p>	6
MAI	<p>Pronunciou discurso na CD, contestando, violentamente, o Regime, o Governo e a Revolu<u>ção</u>. O referido pronunciamento teve como te<u>ma</u> "Desenvolvimento e Totalitarismo"</p>	7
1976 JUN	<p>Participou do Encontro do MDB, realizado, em IBAITI-PR, ao qual compareceu a cúpula estadual do Partido Oposicionista. Preferiu discurso totalmente desvinculado da Po<u>lítica</u> municipal e estadual, tecendo críti<u>cas</u> ao sistema brasileiro atual, merecendo citação, entre outras, as seguintes afirmati<u>vas</u>: a) O Governo não respeita a integri<u>dade</u> do cidadão. Prende injustamente, e tortura. O Governo está acima da Lei; b) O Governo brasileiro, através dos pró-homens e do figurões da República, está comprometi<u>do</u> com as grandes corporações internacionais, que investem um cruzeiro e levam um milhão; c) Quem dirige a política do Gover<u>no</u>, nos setores principais, são os grupos e corporações internacionais; d) A corrup<u>ção</u> no BRASIL, não pode ser denunciada pela censura imposta à imprensa; e) A verda<u>de</u></p>	8

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

- 10 -

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>de é que o País vive à sombra da censura. Apesar de forte, o Governo é medroso, intimidado a Verdade; f) A grande força da nacionalidade não são as Forças Armadas, são as forças populares, que tem as melhores causas; g) Dec-Lei 477 prejudica o estudante. Verifica-se, pela violência das críticas, que o epigrafado, continua na linha de contestação ao regime instituído pela Revolução de 31 Março 64.</p>	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
<p>1977 FEV</p>	<p>Sua atuação, na Câmara dos Deputados, vem sendo marcada por pronunciamentos contestatórios ao Governo - com as inevitáveis repercussões na imprensa - demonstrando, na maioria das vezes, identificação com as teses defendidas pelo PCB, partido com o qual manteve contatos políticos, através de LUIZ INÁCIO MARANHÃO FILHO, membro da Comissão de Entendimentos Políticos daquela organização subversiva, segundo declarações de MARCO ANTONIO COELHO TAVARES, membro, na época, do CC e da C Ex/PCB.</p> <p>Quando candidato a liderança do seu partido, foi apontado pela imprensa como uma síntese dele próprio, de FRANCISCO PINTO e LYSÂNEAS MACIEL.</p> <p>Sua vitória demonstrou o grau de influência ou mesmo do domínio do esquema comunitário no seio do partido oposicionista.</p>	
<p>MAR</p>	<p>A segunda semana de março foi encerrada plena de comentários sobre as reformas políticas e sobre os entendimentos entre políticos da ARENA e do MDB a esse respeito. Para bem caracterizar as dificuldades que serão enfrentadas para um acordo, das quais estão perfeitamente conscientes as correntes "dialoguistas" dos dois partidos, basta que se considere o primeiro pronunciamento do nominado, na qualidade de líder do MDB. Seu discurso, em termos bastante duros e de críticas ao Governo, destacou-se pelos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reafirmação dos compromissos de Oposição com as liberdades públicas, com os direitos humanos, com a democracia e com o povo brasileiro; - prestação de homenagem "aos companheiros que a serviço do MDB sofreram os castigos do exílio e sequestro, por uma década de seus direitos políticos" igualando-os aos heróis garibaldinos; - reafirmação de uma advertência ao Governo, ao dizer que "certo é contudo que a história tem sido implacável com os que acreditam na violência e no arbítrio como 	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>instrumentos de Governo";</p> <p>- acusação de que "esgarçam-se as esperanças de democratização e o Governo, soberbo e plenipotenciário, transforma o Estado em coisa sua, a segurança em organismo de repressão, a autoridade em medo, num processo de intimidação flagelador da alma brasileira";</p> <p>- afirmação de que "a Nação não pode viver sobressaltada na expectativa de que se cumpra ou não a lei, se restaure ou não a democracia".</p> <p>Ademais, dirigiu como que uma advertência às Forças Armadas quando expressou que: "A sua vez, as Forças Armadas, instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei, têm responsabilidade constitucional e deveres intransferíveis com a nação brasileira".</p>	

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>ria", do Partido Comunista Brasileiro.</p> <p>-No episódio MARCOS TITO, ficou clara a infismável cobertura dada pelo líder da minoria ao citado Deputado - que pagava tributo ao apoio recebido do PCB, em 1974 - e que, após marchas e contra-marchas acabou, sem críticas ao seu liderado, considerá-lo como tendo agido em boa fé.</p>	13
JUN	<p>-O nominado, em entrevista ao "Jornal do Brasil", reconheceu como ilegal, a atual participação das FFAA na política, reconhecendo-as "profundamente populares e com grande tradição legalista", razão pela qual opina que "o atual estado de exceção deve estar causando um acentuado mal estar entre boa parte dos militares".</p> <p>-Na Câmara dos Deputados, pronunciou violento discurso, em nome da liderança do MDB, contra a cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos do Dep Fed MARCOS TITO (MDB/MG). Na oportunidade, disse que o Poder Legislativo foi transformado em "Subpoder", uma vez que o Deputado "... é um homem desgarantido, o Deputado é um homem escravizado até na sua tribuna".</p> <p>-Aproveitando a difusão por cadeia nacional de rádio e televisão, do encerramento do Simpósio "A Luta pela Democracia", o MDB providenciou o lançamento da gravação de violento e contestatório discurso proferido</p>	14

Continuação dos Registros sobre o Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR FURTADO

DATA	RESUMO	APÊNDICE
	<p>pelo nominado, no qual pediu a convocação <u>i</u>mediata de uma Assembléia Constituinte, reivindicando que: "Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta". E, ainda: "que a nossa fala seja uma homenagem aos companheiros que ficaram pelos caminhos da luta, injustiçados pela cassação, pela suspensão de direitos, pela prisão ou exílio. Todo o tributo de nosso apreço aos homens da resistência democrática, de MÁRIO COVAS a MARCOS TITO, de LÉO DE ALMEIDA NEVES a NADIR ROSSETI, de MARTINS RODRIGUES a LYSÂNEAS MACIEL".</p>	

UPPER
D. BRAS

WESTERPOST
SUPER
D. BRAS

WESTERPOST
UPPER
D. BRAS

WESTER
SUPER
D. BRAS

DISCRIMINAÇÃO DOS APÊNDICES

- Nº 01 - Cópia de Pronunciamento publicado no DCN;
- Nº 02 - Cópia de Pronunciamento;
- Nº 03 - Cópia da Infão nº 1953/S-102-A9-CIE
- Nº 04 - Cópia de Pronunciamento;
- Nº 05 - Cópia da Infão nº 1288/S-102-A9-CIE;
- Nº 06 - Cópia de Pronunciamento publicado no DCN;
- Nº 07 - Cópia de Pronunciamento;
- Nº 08 - Cópia da Infão nº 1476/S-102-A9-CIE;
- Nº 09 - Cópia de pronunciamento;
- Nº 10 - Cópia de pronunciamento;
- Nº 11 - Cópia da Infão nº 2793/115/77-ASP/SNI;
- Nº 12 - Cópia de pronunciamento;
- Nº 13 - Cópia da Infão Nº 422/16/AC/77;
- Nº 14 - Cópia de Pronunciamento.

* * *

WESTERN
SUPER
MORNING

WESTERN
SUPER
MORNING

N

como vem agindo lamentavelmente a dizer.

SR. PRESIDENTE (Antônio Figueiredo) — Passa-se ao Grande Expediente.

a prestar homenagem póstuma do Federal Wilson Roriz.

vra o Sr. Ernesto Valente, requerimento e em nome da vadora Nacional.

e o discurso do Sr. Ernesto Valente. **SR. PETRÔNIO FIGUEIREDO, 2º-SECRETÁRIO** — Deixa a cadeira da presidência, para o Sr. Jarmund Nasser, de Secretário.

o discurso do Sr. Ernesto Valente. **SR. JARMUND NASSER, SUPLENTE** — Deixa a cadeira da presidência e ocupa o Sr. Flávio Presidente.

DEPUTADO ERNESTO VALENTINO — ORADOR PALESTRANTE.

SIDENTE (Flávio Marcílio) — lavra ao Sr. Padre Nobre, que do Movimento Democrático.

SR. PADRE NOBRE — (Sem revisão do residente, Srs. Deputados, esse me pertence no seu conteúdo, por estar na Liderança nesta tarde, o nobre Deputado Andrade, cujas palavras, senão, como velho companheiro de Wilson Roriz, subscrevo inteiramente.)

veu o nobre Deputado Paes

dente, Srs. Deputados, cumulação que me foi outorgada. Liderança de meu partido, esta tarde, a tribuna da Casa Legislativa a memória de Wilson Roriz, eminente, cujo falecimento, a 21 do mês transcorrido, o Ceará inteiro e, de particular, a próspera região do

os mais dignos e honrados, máveis serviços prestados ao Nordeste, o saudoso filho do Jardim, no sul do meu país, a admiração e ao respeito de nossa comunidade, que de modo comovido, o seu desaparecimento.

vida, como parlamentar dos antes e combativos que Wilson projetou-se na vida pública desempenhando sucessivos cargos junto à Assembléia Legislativa, à Câmara dos Deputados, e à eficiência, sobranceira e pública notáveis.

a adversidade da Oposição e a fidelidade dos quadros governamentais sempre granjeou prestígio de seu trabalho dinâmico, últimas décadas, em prol do bem de problemas diretamente ligados ao interesse da Ter-

minação e coragem. Sr. Presidente Roriz os seus pontos de vista legislativos ou plebiscitários, fazendo-o sempre com entusiasmo contagiante! pelas grandes teses relacionadas à redenção econômica do país expunha com muita acui-

dade e incomparável pertinência, sensibilizando adeptos e comandando corrente de opinião.

Marcou época, em nosso Estado, o debate em torno da extensão da energia de Paulo Afonso ao território alencariano, cuja viabilidade dividia grupos, um dos quais chefiado pelo pranteado extinto, que se revelava profundo conhecedor do apaixonante tema.

Com a sua voz vibrante de grande orador, não se cansava de proferir pronunciamentos em torno da matéria, peregrinando pelo interior sofrido e buscando apoio de seus coestaduanos para as suas idéias e as várias iniciativas que, na espécie, objetivava concretizar. Nunca deixou quebrantar-se o seu ânimo de luta, mesmo quando o revés — que lhe chegava com conotações desestimulantes — procurava arrefecer os seus impetus de líder intímorato.

Sem haver retornado ao Congresso Nacional, num desses equivocados lamentáveis cometidos pelo eleitorado cearense, o inolvidável homenageado desta tarde não permitiu que a sua caminhada cívica sofresse também interrupção, mantendo-o à margem da discussão de questões de vital importância para os destinos do berço de Alencar.

Empalmou, então, uma outra bandeira reivindicatória, desfraldando-a com destemor e abnegação, convicto sinceramente de que ela traria, num futuro próximo, a fertilização do nosso solo.

Refiro-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, à possibilidade de canalizar-se o Rio São Francisco até o Ceará — plano realmente gigantesco que se compatibilizava admiravelmente com a grandeza do idealismo de Wilson Roriz.

Recordo a exposição que lhe foi dado fazer, no ano passado, no vetusto Palácio Senador Alencar, sede da Assembléia Legislativa Estadual, num esforço elogiável de ampliação da faixa de solidariedade, que reputava imprescindível para sensibilizar os setores governamentais a que a matéria se achava subordinada.

Com gráficos levantados por especialistas que aderiram ao movimento, Roriz falou aos parlamentares de sua terra com firmeza inabalável, respondendo às interpeleções formuladas, mesmo as que se mesclavam de indistigável ceticismo.

Entendia que a ligação pretendida entre o São Francisco e a rede fluvial que alimenta o Rio Jaguaribe era perfeitamente viável, bastando, para isso, que o Governo Federal assegurasse os recursos indispensáveis à ultimateção dos estudos e, posteriormente, a execução da portentosa obra.

Morreu Wilson Roriz, entretanto, sem conhecer a disposição do Poder Público para tornar realidade o magno empreendimento.

Como funcionário público estadual, integrando os quadros da Secretaria da Fazenda, foi convocado pela atual administração para exercer cargo em comissão de relevo, junto à Secretaria da Casa Civil.

Poucos dias antes de sua morte — e em missão do Governo do Ceará —, esteve em Brasília, visitando esta Casa, que ele, como um de seus componentes, em outras legislaturas, tanto procurou dignificar e enobrecer.

Com alguns correligionários seus, da Aliança Renovadora Nacional, trocou impressões em torno do problema sucessório estadual, naquela fase de expectativa de escolha, que precede o anúncio do indicado, dentro de um processo que nós, Oposicionistas, temos condenado com tanta veemência e incisividade. Retornando a Fortaleza, seguiu, logo depois, para a sua cidade natal, na região sul, em cujo hospital tombou sem vida, vítima de uma trombose.

O seu sepultamento, com a presença de incomputável massa humana, constituiu verdadeira consagração, num reconhecimento justo aos seus méritos e ao seu labor fecundo e incessante em favor de um Ceará rico e ativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdeu a classe política, com a morte de Wilson Roriz, uma de suas figuras mais proeminentes.

Perdeu a sua família um chefe exemplar, que legou aos filhos um exemplo edificante de desassombro cívico e de amor à terra natal.

Perdeu o seu partido um líder arrojado, que nunca tergiversou no cumprimento das missões — mesmo as mais árduas — que lhe foram atribuídas.

Perdeu o Ceará um filho dedicado e brilhante, que sempre sonhou com o seu progresso e o bem-estar de sua gente. Perdemos nós — seus antigos colegas — um companheiro dos mais leais, cujas excepcionais qualidades de homem público enalteceram neste momento, num sincero preito de saudade à sua memória impercível."

Era o que tinha a dizer. (O orador é abraçado.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — A Mesa se associa às justas manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Wilson Roriz. Realmente, trata-se de um político que ocupou as posições mais destacadas na vida cearense. Com o seu desaparecimento, o Ceará perdeu uma das suas brilhantes personalidades.

O elogio feito pelos oradores da ARENA e do MDB que se pronunciaram, bem ressaltou os pontos principais da sua atividade parlamentar.

A Mesa empresta sua adesão às homenagens ao ilustre colega desaparecido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Terminada a parte destinada às homenagens póstumas, concedo a palavra ao Sr. Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Deputados, distinguimos Governo de Revolução. Na Revolução vemos um idealismo inalcançado, metas não encontradas, propósitos inatingidos, programa descumprido e uma filosofia renegada. No Governo, vemos o Poder usurpado, a oligarquia imperando, os grupos econômicos, o trabalhador espoliado, o estudante quatro-sete-seteado e as instituições atingidas. A Revolução não chegou a ser, o Governo é que é. Às costas largas da Revolução respalda-se o Governo, mormente nos seus desacertos, por vezes com procedimentos políticos condenáveis. Receoso da legalidade, estriba-se na superlegalidade. A Constituição, prefere o AI-5. As eleições com o voto direto, universal e secreto, prefere colegiados iníquos ou assembleias desprestigiadas que transformam a Federação em irrealdade.

Quando denunciarmos o Governo, confundem calculadamente a nossa crítica, como se a Revolução fosse o Governo e o Gover-

no fosse a Revolução. A Revolução combate a corrupção e as corrupções que praticam os Governos não pode ser a ela debilitada. A Revolução pretendia o saneamento das finanças, por isso é que aos desmandados ou a desorientação dos Governos não se lhe podem imputar culpa. A Revolução pregava o respeito à Constituição, não podendo, assim, responder pelas infrações inconstitucionais dos Governos. A Revolução propunha-se renovar, revolvendo estruturas econômicas que beneficiassem o povo, aperfeiçoando as instituições políticas, honrando o sacrifício e o idealismo dos que fizeram as Revoluções de 30 e 32. E o que vemos? Na ordem econômica, um processo acelerado de desnacionalização das nossas riquezas e um clamoroso e preocupador empobrecimento popular. Na ordem política institucional, pasma deve estar a Revolução, porque regredimos à eras condenadas.

O Governo teme o voto popular, por isso prefere o artifício dos beatos e do "Confessor", escolhendo a seu juízo estadistas sem status. E como panacéia para os males do regime, o Governo ainda justifica a ausência de liberdade popular, invocando como argumento inconsistente a própria Segurança Nacional.

Empresta, assim, um conceito absolutista e obscurantista à Segurança Nacional, quando, Segurança e Liberdade irmanizam-se, numa coexistência necessária, porque uma sem a outra perdem ambas substância na sua própria razão de ser. Pátria sem Segurança baderniza-se. Pátria sem Liberdade vira cadeia.

Segurança Nacional é suporte de sustentação do povo e da Pátria, jamais um processo de escravização. Segurança não é gendarmaria, nem se traduz num Estado policial. Liberdade não é mercadoria e, por isso mesmo, não deve ser objeto de barganha eleitoral nem coisa de transação política, econômica ou militar.

Segurança e Liberdade sustentam-se ambivalentemente. Toda vez que a Liberdade é perseguida, a Segurança está ameaçada; como sempre que a Segurança é afetada, a Liberdade é atingida. Contudo, dependem ambas do bem-estar do povo e da sua responsabilidade institucional, porque um povo banido das decisões políticas do seu país e dramatizado pela fome, desprimoriza-se politicamente, perdendo o sentido racional e místico de Segurança e de Liberdade.

Sr. Presidente, ontem, em defesa da Constituição, feriu-se a Revolução de 32. Contra a eleição a bico de pena e pelo voto secreto e direto desfigurado pelas oligarquias, existiu a Revolução de 30. A própria Revolução de 64 tinha como uma das suas metas capitais a intangibilidade constitucional. Todavia, a Constituição foi a primeira vítima imbele a ser fulminada pelos últimos Governos da República. Mas, pior que as eleições a bico de pena é o atual processo de escolha dos Governadores.

Nesta era de pouca vocação sacerdotal, o Presidente da ARENA transformou-se em "Confessor". A curta sotaina senatorial, do piauiense ilustre, esvoaça revolta, nas andanças do andeijo vigário eleitoral. As frenguias ficam em festa, e os risos de cobiça envolventes arman as claques dos interessados, para que o missionário, no bafejo da glória desfederativa, recolha a lisonja que sobeja.

As faculatórias são rezadas até pelos incréus, todos rogando as graças votivas da recomendação governamental. Uns, com muita fé, esperam milagres; outros, em transportes d'alma, têm a certeza de graças. O povo, não podendo rezar a sua missa cívica, violentado no seu direito de es-

colha pelos que lhe não permitem eleger seus governadores, humilhado na marginalização em que o situam, tem de suportar imagens enlaidadas.

O "Confessor" transforma santarrões em milagreiros, perdoando, absolvendo, exorcizando. E as figuras bentas pelo sacerdote da ARENA são levadas para a sacramento. Sagrados, não ficam consagrados, mas operam milagres, concedem graças, distribuem favores num festim pagão.

São fiéis em compulsão, dogmatizados pelo poder. Nesse paganismo político-religioso adoram todos os governos e cultuam todos os sistemas vigorantes. Seja Zeus ou Vulcano que se encontre no Olimpo, da mesma forma e ritual idêntico, serão venerados para atender a um fisiologismo de que está cheio este país. Seria isto um regime? Não seria, porventura, uma religião? Que culto pagão é esse a que se entregam, postergando as tradições jurídicas do seu povo, conculcando os direitos e garantias de sua gente, esquecidos, no fanatismo que os envolve, que se desprezam numa eleição sem povo?

Na catedral dos sonhos governamentais de cada um, hosanas são cantadas ao Governo, novenas são rezadas aos santos — talvez a todos — e as procissões de carros sem povo se alongam, dos aeroportos às sedes da ARENA nos Estados, formados por místicos devotos, todos a rezarem, em súplicas egoísticas, ao cabo das quais a jacularia se repete: "escolhei-me".

Há um fervor panteístico voltado para tudo que diga respeito aos homens palacianos, os quais, no episódio de hoje como no de ontem, são venerados e suplicados. Seria isto um regime? Não seria mesmo uma religião?

O certo é que não é de hoje que se praticam tais cultos.

O Governo não é de experiência feito; se o fora, repeliaria o processo patriarcal da escolha de governadores. As lições anteriores aí estão. Funestas. Afrontosas. Deseducadoras. Até corruptos foram indicados Governadores. E a Revolução se comprometendo, desnecessariamente, e as instituições democráticas substituídas por pessoas ou por grupos dominados por interesses vis.

Reinstituiu-se a nobreza feudal. Os novos barões transformam-se em donatários dos Estados da extinta Federação. São senhores de baração e cutelo, não só dos territórios, mas do destino do seu povo. Como favoritos da Corte, recebem os Estados como prebendas. Territórios distribuídos de um grande território constituído por oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, triste sina a que reduziram a nossa Federação.

Cortesãos formam-se em castas recebendo afagos dos cortejeadores (Muito bem!), palmas dos incensadores, mas, com certeza, os apupos populares ensurdecidos pela censura ou pela repressão.

Sr. Presidente, ditadura que se preza, tem de ser ditadura. Democracia que se preza, tem de ser democracia. Ditadura democrática ou democrática ditadura são inverdades políticas abomináveis. (Muito bem!)

Farisaísmo não pode ser filosofia de Governo. (Muito bem!) A insinceridade deseduca. A farsa ofende a verdade, e Governo que busque padrões de moralidade no instante em que admite a farsa, farsante também se tornará.

Em 37, nomeavam-se Interventores. A descoberto, o Governo de então desservia o Brasil. Desservia-o sinceramente, ou até mesmo honestamente. Hoje, nomeiam-se

também Interventores, mas assim não são chamados. Para suas indicações cumpre-se um ritual primitivo e supérfluo.

As Executivas de Partido se reúnem para nada; os beneficiários do poder ficam em expectativa; homens sem status esperam ser premiados como Governadores de Estados, quando jamais lá chegariam pelo voto popular; cinco, dez, quinze ou vinte paroquianos votam na urna do "Confessor", mas o resultado da votação não é revelado, transformando-se o escrutínio do pleito em segredo de confessionário. Todas as eleições que conhecemos, pode não se saber em quem fulano votou, mas sabe-se sempre quantos votos foram apurados em favor do votado. É que o processo é ilegítimo. Nem sempre o mais votado é o que interessa ao Governo. É jogo de cartas marcadas, aceito por todos os parceiros, preço caro que pagam se quiserem figurar entre os possíveis preferidos.

Não vimos, na ARENA, nenhuma rebelião. Vimos o partido "unificado" pelo lastro comum dos interesses. Todos contracenando dentro das suas características próprias: uns no ponto, outros no palco, a maioria nos bastidores, alguns até na platéia. Trágicos. Cômicos. Tragicômicos. Artistas de todos os naipes e quilates, unidos na triste ventura dessa aventura.

O Sr. Wilmar Dallanhol — Eminente Deputado Alencar Furtado, V. Ex.^a, em tom sarcástico, mas nem por isso perspicaz, procura, em realidade, fazer a caricatura de um sistema, fazer a caricatura de um processo e nela a sua verve realmente extraordinária chega a assemelhar este procedimento a atos pouco usuais na vida parlamentar e na vida partidária. Tenho para mim, eminente Deputado, que não há farsa, não há engodo nem há polémica ou a busca pessoal de posições, senão um processo racional, lógico até, que busca em cada Estado a soma de opiniões, busca o somatório da convergência pessoal das diferentes áreas de representação. Nem foram 10, nem 15 em Estado algum, até porque o número foi extraordinariamente maior, variado em cada Estado, em função da sua própria representação parlamentar. Mas em todos eles, eminente Deputado, num trabalho de coordenação política, num trabalho de condução política de alto nível, o Presidente da Aliança Renovadora Nacional buscou ouvir os companheiros da representação federal do Senado, da Câmara, da representação das Assembleias Legislativas, dos Diretórios Regionais, inclusive — e isto é muito importante — abrindo muito mais que em outras épocas e muito mais do que sempre aquele trabalho preliminar de indicação de candidato. Veja, eminente Deputado, que em outras épocas os processos realmente eram muito mais fechados e para estes não se tinha explicação, para estes não havia publicamente as explicações que são dadas hoje, exatamente porque agora, no desempenho de uma função natural, no legítimo papel de dirigente partidário, o Presidente da ARENA soma as vontades em busca da convergência partidária, que talvez não tenha existido em outros tempos.

O SR. ALENCAR FURTADO — É que a farsa talvez, ao ver de V. Ex.^a, não se representa tão bem, porque a apresentação não é das melhores.

O Sr. Wilmar Dallanhol — Se V. Ex.^a se refere ao seu Partido, talvez caiba.

O Sr. Padre Nobre — Nobre Deputado Alencar Furtado cumpre-me neste momento — louvar a atitude de V. Ex.^a em trazer, nesta tarde, a essa Casa esta aula de filosofia política, que a História por certo

guardará. Na verdade, V. Ex.^a está tecendo uma crítica infosmável numa distinção que se faz entre Revolução e o Governo da Revolução. Revolução é um sistema que se diz permanente neste País. Governo, Sr. Deputado, é uma temporalidade que se estabelece exclusivamente em benefício do povo. Tanto é verdade que os governos se sucedem e nem sempre eles estão em concordância uns com outros. É preciso estabelecer, de vez, que nós não estamos aqui a confundir revolução, sistema permanente, com Governo, temporalidade que se sucede. E V. Ex.^a acaba de dizer, nesta sua ironia que vale como realidade, que estamos num palco de decisões. Citou V. Ex.^a artistas vários. Pena é que a nobre profissão dos artistas, exercida para alegrar o povo, sirva agora para fazer o povo chorar. Depois, Sr. Deputado, eu nunca vi uma palavra tão deturpada, na Gramática e na Lógica, como esta que se estabeleceu agora, a do consenso, senso comum, que não existe porque é a vontade de um a contrariar a de todos.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a O Governo, em verdade, acumula os papéis de autor e de diretor da peça institucional, absolutamente deseducadora, principalmente quanto à juventude, que se constitui na maioria deste País. E quanto aos artistas, nobre Deputado Padre Nobre, se se retirasse a máscara da face de tantos que andam por aí, causaria lástima, causaria pena, causaria dó.

Sr. Presidente, não, não foi para isso que se fez uma revolução. Não, mil vezes não. Este deve ser o grito de revolta dos responsáveis pelo movimento de março de 64. Poderiam exigir a defesa do patrimônio revolucionário, evitando assim a falência institucional. Os magnatas do Poder político não podem, sob pretextos, comprometer a História do Brasil, inclusive nesse trabalho de deseducar a juventude, transmitindo-lhe desamor às instituições deste país. Na Cadeira de Moral e Cívica não se pode lecionar tais lições. Afinal, não é pela mudança de retratos presidenciais que se retrata uma revolução, nem o servilismo pode ser o lastro ético do movimento de 64. Não, não foi para isso que foi feita uma revolução. A nação não se constrói à base de totalitarismos caboclos, nem se prestigia agindo o Governo por atos pelo povo condenados. Não será assim que se alcançarão os objetivos nacionais permanentes.

As oligarquias consolidaram-se, e dão-se ao luxo de se representarem nesse episódio que apelidam de sucessão estadual, por um ou alguns figurantes desse triste cenário.

Hoje, em cada Estado, há dois Governadores: o em exercício e o anunciado pelo "Confessor". Um, em decesso, outro em ascensão. Um, no ocaso, outro no alvorecer. Ambos governando, um por dentro, outro por fora do Palácio. Um, vendo minguar o seu prestígio, mandando menos e por vezes não mandando nada, esvaldo-se de autoridade, murchando de poder, numa dualidade perniciosa e anômala, esdrúxula e inconveniente. Implantam-se dois Executivos, dois Governadores, dois Secretariados, mutilando a Federação e bipartindo o Estado. A situação de fato suplantando a do direito e — o que é lamentável — vemos Governadores sem um dia de vida pública, desconhecendo até o território do seu Estado, esquecido dos seus problemas, mas escolhidos para governar. Talvez em negócios sejam doutores, em "soçalite" sejam laureados, mas não exibem cicatrizes adquiridas no pelejar da vida pública.

Mas não visamos às pessoas dos indicados, o que repugnamos é o processo de escolha que já fez escola em dois períodos governamentais: o que condenamos são os que se intitulam donos do destino do povo

terem os Estados como coisa sua. Por que não devolvem ao povo o direito de eleger os seus Governadores? Por que essa usurpação de competência? Por que só os da ARENA podem ser Governadores? Quem com mais direito que o povo para consagrar os seus preferidos? Por que cassarem essa prerrogativa por todos os títulos intransferível?

Não, Sr. Presidente. A Revolução não pode ser o Governo que se ganha os Estados para distribuir entre os seus afilhados, perda de conceito.

É o anti-Brasil dos políticos que inconscientizam e servilizam a juventude que compõe a maioria do seu povo. O Brasil é a Nação intrépida que confunde a sua voz com a do bravo índio que gritou ao invasor estrangeiro que esta terra tem dono. O Brasil são os nacionalistas que sobrepõe os interesses pátrios acima de quaisquer outros e traduzem a razão, o símbolo, a mística e a filosofia que oferece a coesão mais sã.

O Brasil não é o país das torturas, mas daqueles que vivem, lutam e morrem pela democracia e pela liberdade, como os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira e todos aqueles que formam na resistência democrática. O Brasil não é a impostura da ilegalidade, mas uma nação cristã cujo povo não abdica do direito de ser livre.

Criticando o Governo, condenando o processo de escolha dos Governadores, o fazemos para exaltar o povo, o Direito, a Democracia e a Liberdade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Srs.:

Fernando Gama
Vinicius Cansanção

Amazonas

Leopoldo Pêres — ARENA.

Pará

Gabriel Hermes — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Paes de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Cláudio Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Fiuza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

José Alves — ARENA; Oceano Carneal — ARENA.

Sergipe

Francisco Rollemberg — ARENA; Garcia — ARENA; Raimundo Diniz ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo FI — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nery Novacs — ARENA; Odulfo minguês — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

José Tasso de Andrade — ARENA; rente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinas — MDB; Ario Theod — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Hamil Xavier — MDB; Luiz Braz — ARENA; Marc Chiesse — ARENA; Osmar Leitão ARENA; Peixoto Filho — MDB; Roze de Souza — ARENA; Walter Silva — M

Guanabara

Amaral Netto — ARENA; Célio Borja ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes ARENA; Francisco Studart — MDB; J Bonifácio Neto — MDB; Léo Simões MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marc Medeiros — MDB; Osnelli Martinelli ARENA; Pedro Faria — MDB; Rubem F dina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chai — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bías Fortes ARENA; Delson Scarano — ARENA; Honro Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João G do — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jovargas — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Tancre Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Aldo Lu — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Athur Fonséca — ARENA; Athiê Coury MDB; Baldacci Filho — ARENA; Braz N gueira — ARENA; Cardoso de Almeida ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo N mura — ARENA; Henrique Turner ARENA; Herbert Levy — ARENA; José C margo — MDB; Mário Telles — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Ortiz Monteiro — ARENA; Pacheco Chaves — MDI Paulo Abreu — ARENA; Paulo Alberto ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plin Salgado — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sussumu Hirat — ARENA.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; José Freire — MDE Rezende Monteiro — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA;

Mato Grosso

Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA.

Paraná

Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Braga Ramos — ARENA (SE); Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Túlio Vargas — ARENA;

WATER PROOF
SUPER

WATER PROOF
SUPER

CÓPIA

DIA: 05 OUT 74

HORA: 20,15-20,45 .

PROGRAMA (TV): T.R.E

PARTIDO: M.D.B.

CANDIDATO: Dep. Fed. JOSÉ ALENCAR FURTADO, candidato a reeleição.

Nas ditaduras o poder é triste, porque falta efusão do povo nas alegrias da liberdade.

No II Reich, Hans Jost, presidente do teatro alemão, dizia uma frase que traduzia o seu pensamento pacífico: "Quando ouço falar em cultura, cego o meu revólver". Aqui não se usa a frase, mas a arma.

Censura-se a imprensa, o teatro, a música, o estudante, o professor o cientista, o juiz, o parlamentar.

Censura-se a cultura, censura-se a inteligência, censura-se o poder criador.

Desgarantem o Judiciário, alquebram o Legislativo, supervalorizam o Executivo.

Censuram a cátedra, censuram o púlpito, censuram o (?).

A ordem abaixo da lei, a Constituição abaixo do A.I. 5, o Presidente acima de todos.

Feriu-se a Revolução de 30 em favor da cultura, contra a corrupção/pela implantação do voto direto, e secreto. Hoje, neste 3 de outubro, comemora-se a arrancada revolucionária de 30, que levou ao poder Getúlio / Vargas. Por isso homenagem o idealismo dos que a deflagraram e homenagem seu grande líder, Getúlio Vargas, que se imortalizou na luta pela / justiça social.

A conquista do voto direto e secreto, custou-nos, portanto, uma revolução, conquista que o Governo atual banuiu hoje, na eleição dos governadores dos estados, revivendo a República velha e fazendo gritante ironia a história do Brasil, registrada com muitas lutas na Revolução de 30.

Tem hoje o Paraná outro Governador, escolhido por cortejos desse / monarquia descroada. O povo foi repudiado do processo e reinstituída a / nobreza feudal. Condes e barões se multiplicam, transformando-se em donatários do Estado, desta quase extinta Federação Brasileira.

O povo totalmente marginalizado, deram-lhe desprezo cívico absoluto purga a pena de banimento na eleição do governador do seu Estado, fato / que só se justifica pelo arbítrio.

Em 37 nomeavam-se interventores e descoberto, hoje nomeiam-se interventores e dão-lhes outros apelidos. O processo é farsante, deseducador e circense. Atores, os mais variados, todos contracenando dentro das suas características próprias, uns no ponto, outros na platéia, a maioria / nos bastidores. Uns trágicos, outros cômicos, e muitos bailarinos, trapézistas, melabaristas, domadores e palhaços. Esta trupe decadente, institucionalmente decadente, que traz a um processo de escolha, a repulsa total de um povo.

(Continua.....)

- 2 CÓPIA

Mas os magnetas do poder político não podem, a pretexto circenses, comprometer a História do Brasil.

Escolheram mais um Governador, nada temos contra a sua pessoa, mas temos; e muito, contra o processo da sua escolha. Talvez, o cidadão, Governador escolhido, seja doutor em negócios, seja laureado como empresário, mas não exhibe nenhuma cicatriz do pelejar da vida pública.

Há quatro anos passados, nesta mesma data, denunciávamos o candidato a Governador indicado para o Paraná. As bandeiras da chantagem e da corrupção eram desfraldadas na chefia deste meu Estado. O Governo Federal o afastou, forçando a sua renúncia, após a comprovação das denúncias feitas. Mas só o afastou, simplesmente, unicamente o afastou / o AI-5 não funcionou, por isso, uma vez mais, denuncie o Governo Federal pela sua omissão, deixando de punir um apaniguado seu, quando não perdoa o estudante que tenta reunir-se para pensar, quando não perdoa o trabalhador que quer a praça para reivindicar, quando não perdoa o / cientista, o escritor que querem liberdade para criar, quando não perdoa nem mesmo os autores ou cantores da música, na brejeirice dessa música popular brasileira. Não celebri ontem, não emudeço hoje. O folclore nordestino conta, que um ladrão de cavalos incomodava demais roubando as fazendas. Os fazendeiros reuniram-se e foram parlamentar / com o ladrão, ofereceram-lhe vinte cavalos contanto que ele fosse embora e fosse roubar noutra freguezia. O ladrão não aceitou a proposta / e formulou outra, queria que os fazendeiros conseguissem que ele não fosse punido pelos atos anteriormente praticados, roubando cavalos, e ao invés dos vinte cavalos ele necessitava apenas de sessenta cabritos. É o caso, o Governo incomodou, corrompeu, o AI-5 não puniu, estava emperrada a máquina do AI-5, não funcionou. E ninguém se admira se em 78 aquele cidadão não voltar Senador da República, pelos cavalos que tem, pelos cabritos que possui, e pelos direitos políticos // que não perdeu.

Lavro o meu protesto, protesto que faço em nome do povo do Paraná, pela repetição dessa escolha governamental de hoje.

Dessa eleição de hoje - eleição não, porque eleição não é - cassaram do povo o direito de eleger o seu Governador, por isso o MDB protesta e discorda dessa farça sem tamanho. A ARENA, no entanto, concorda, aplaude e participa. Mas se a ARENA concorda com que o povo não participe da eleição direta do Governador do Estado do Paraná, com // que autoridade vem a ARENA agora pedir votos para deputados estaduais e federais? Com que autoridade, se ela banuiu o povo, votando pela eleição indireta, na eleição do Governador do Paraná.

O Governo do Estado, tanto o que está de plantão como o que vem chegando, está participando da campanha de 15 de novembro. Pede votos / distribui favores, faz promessas, cabala perfeitos do MDB, oferecendo o que não é seu, prometendo Secretarias, empregos, favores, num processo de corrupção política abominável. Mas a gangrena da corrupção não /

(Continua...)

CÓPIA

não torço contra deste Estado, enquanto eu e os meus companheiros do / MDB tiverem voz para falar.

Além da denúncia que fiz sobre o campo político, denunciei mais o Governo do Paraná, tem desprestigiado o instituto das concorrências públicas, gastas milhões em propaganda para não ser criticado, anuncia / construções de estradas, às vésperas das eleições, sem verbas para construí-las. Consente na prática do nepotismo, por seu condutor político.

Esconde vacinas, para a criança morrer de meningite, fato que jamais o Estatuto do Servidor Público do Paraná e disciplinado a readmissão de servidor, e um dos itens para a readmissão do peculatório, é a mera / devolução de dinheiro que roubou. Para mim, é estimular a corrupção administrativa e um comportamento aético e amoral na sua administração. Um outro item se refere, não mais a liberalidade ou a generosidade como esta da devolução do roubo pelo peculatório, não, mas essa é uma exigência, é o comportamento social, e político que justificaria a readmissão. É norma policial, draconiana, injusta, típica da época.

Mas se fosse falar do espezinamento em que se encontra o trabalhador brasileiro e o servidor público, bastaria mencionar o problema da / casa popular. O BNH é o maior agiote oficial, talvez seja o maior agiota deste País. Remunera o Fundo de Garantia, que manipula por inteiro / a 1% e aplica a 10%. Tenho uma denúncia mais grave a fazer, por isso / deixo o problema do BNH para outro programa.

Mas servidor público, preste atenção, veja seu contra-cheque aí, o seu contra-cheque, a sua folha de pagamento. Veja no verso, código nº / 240, 240, no verso do seu contra-cheque, atente para o nº 240, e lá está, entre o IPE- Descontos Liberados na folha de pagamento para o IPE, para Seguro de Vida, para montepio e outros, um desconto cabuloso, um / desconto provocador, um desconto ilegal para a ARENA. Sim, servidor público, desconto cabuloso, provocador e ilegal para a ARENA, no contra- / cheque seu, a ARENA que não quer povo elegendo Governador, que vota contra as reivindicações populares, que não ajuda o servidor, que vai ajudá-la agora, compulsoriamente, descontar para a ARENA, servidor público do Paraná, da administração pública do Estado, e serviço da ARENA, é uma ilegalidade e é uma injustiça ao servidor. Talvez nos seus vencimentos, daqui a pouco, seja você levado a um desconto injusto, quando o Governador dá 10% para você e ninguém sabe quanto ele ganha, e o próprio / Presidente da República tem 300% de aumento nos seus vencimentos.

CONFIDENCIAL

AGÊNCIA SNI/PRO
024219 25.1174
PRODITOM/CO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DF, 21 de novembro de 1974

INFORMAÇÃO N.º 1953/S-102-A9-CIE

- 1. ASSUNTO: JOSÉ DE ALENCAR FURTADO
- 2. ORIGEM: 5a RM/DE
- 3. DIFUSÃO: SNI/AC
- 4. DIFUSÃO ANTERIOR:
- 5. REFERÊNCIA:
- 6. ANEXO: Cópia xerox da panfleto.

Este Centro informa que o epigrafoado, candidato a Dep Fed pelo MDB/PR, está fazendo propaganda política para sua reeleição de forma agressiva contra o Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

AO
COMANDANTE HQ 26-52 R 0-105
RUA JAI VELGA 512
80.000 CURITIBA-PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 15 de outubro de 1974

PREZADO CONCIDADÃO

Sou deputado federal do MDB. Vivo com o meu país num instante dos mais difíceis: as instituições democráticas combalidas; as liberdades públicas contidas; as dificuldades econômicas, crescentes; os trabalhadores, sofrendo em demasia; os assalariados, com menor poder aquisitivo; a concentração de renda, cada vez maior, em mãos de uma microminoria; os grandes grupos açambarcando a economia nacional; a inflação erodindo a moeda; a censura proibindo verdades; o Estado, mais rico; o povo, mais pobre e os que resistem sofrendo incompreensões por amarem a sua pátria.

Creio no Direito, na Justiça Social, na Democracia e na Liberdade. Sou homem de fé, por isso mesmo, juntamente com outros companheiros, em meio a tantas vicissitudes, somos talvez o que resta do otimismo nacional.

Sou homem de fé, por isso mesmo, combato injustiças, inspirado nos valores eternos.

Amar o próximo como a si mesmo, talvez seja o ditame maior da humanidade.

Luto para que o Governo se humanize, unguindo os seus atos de espírito cristão.

No meu filho, vejo o filho do povo e a síntese maior da vida.

Por tudo isso, sou novamente candidato a deputado federal.

Voto para mim é hóstia cívica. Respeito demais o seu. É a sua consciência nele expressa. Ficaria honrado em recebê-lo. Seria consagração de um mandato exercido com humildade e altivez.

E a homenagem da sua confiança dar-me-á a certeza do dever cumprido em favor do povo, do Paraná e do Brasil.

Agradecido, abraça-o cordialmente,



Alencar Furtado
ALENCAR FURTADO
Nº 103

PRONUNCIAMENTO DO SR. DR. ALENCAR FURTADO

DIA 08 NOV 74

Somos oposição autentica e oposição responsável , porque entendemos que não se constroes uma pátria com bajuladores e nem se reconquista a democracia de joelhos.

O governo mobiliza toda a maquina administrativa nesta campanha, com o proposito de esmagar a vontade do povo. O governador em exercicio agindo à sombra e acionando o que pode. O futuro governador andando por aí a prometer o que não é seu, a intimidar prefeitos e correligionarios se o seu candidato a senador não for eleito. Uma cabala sem pejo, inclusive junto a prefeitos do MDB, num processo de corrupção condenável por todos os tipos.- Candidatos ou melhor, Secretarios de Estado com candidatos a tira colo, transformando órgão publicos em comites e o Estado em cabo eleitoral, em favor de cidadãos que sem esse processo de corrupção não teriam sorte eletiva. O Ministro da Educação deixou o seu Ministério e deriva, e entrou na ciranda eleitoral, mancheteando-se pela imprensa, cobrindo-se de noticiario, fazendo as vezes / uma propaganda para seu candidato a Senador, que a lei proiba. O governo do Estado transformando, digo, transformado em bedel da administração central, marionetizado por chefões da politica deste Estado, que o conduz ao sabor das conveniencias eleitorais. Mas não se mobilizam pelo povo. O custo de vida continua celerado, o salario perdendo perder aquisitivo, a moeda caindo de valor mês e mês. O Brasil esgotado na sua capacidade de de dever; com a dívida externa de 19 bilhões de dolares. Enquanto isso 1% da população deste país, participando da renda nacional em nivel ou proporção msiot fr 80% dos habitantes do Brasil. A ditadura economica / de braços com a ditadura politica, e o pão que uma promete com sa crificios de liberdade, é negado pela outra em nome da economia.

A censura proibindo a verdade ao povo, o A.I. nº5 cobrindo de medo este país e brutalizando uma geração, estimulando -a para a delação mais invilecedora.

A politica do trigo beneficiando produtores estrangeiros em prejuizo do produtor nacional. Duzentos moinhos de trigo fechados no Paraná, enquanto isso o governo subsidia o trigo / estrangeiros com 60% do seu custo.

A cafeicultura açoitada pelos granizos e geadas, pelo confisco cambial, pelo preço aviltante que a destrói e desestimula.

O Banco do Brasil financiando o lavrador, mais exigindo 60% do financiamento para a compra de adubos, adubos que são comprados a firmas estrangeiras que ganham mais no financiamento, que o lavrador conta para produzir riquezas para este país.

O governo impotente e arrogante, poderoso com os fracos, fraco com os poderosos, e multidões de desassistidos e esfaimados na cidade e nos campos, lembrando-me o grande poeta político do Paraná:

" de que vale cantar o verde da floresta,
de uma natureza eternamente em festa
de que vale cantar da terra a uberdade
se o povo que a produz passa necessidade.

Se o governo se tornasse forte com os potentados e fraco com humildes. Veja o caso do servidor público federal, que aguarda o plano de reclassificação desde a Lei de 1970, que o instituiu há quatro anos e só agora, depois da inflação absorver os benefícios da lei, é que ele cuida dela. E ainda com parcelamentos de aumentos, que quase não vai valer nada. Há nesse plano cerca de 200 mil servidores, que estão à margem dele tais como os funcionários do NDCT, REDE FERROVIARIA FEDERAL, IBGE, LOYD, os da COSTEIRA e entidades outras, bem assim como os aposentados, numa injustiça que não está sendo corrigida por culpa da ARENA. Porque a nossa luta para integrara estes servidores que ficaram à margem da classificação no Plano de Classificação do Servidor Público, mormente aqueles que hoje estão marcados, os com mais de 15 anos de serviço público estão judiados pelo governo federal., e nos entendemos que homens que prestaram serviços a esta pátria, nestes campos, necessitam mais que os mais recentes e merecem justiça por parte do governo, e não um tratamento padrasto como ele está dispensando. Os servidores do ex- Departamento dos Correios e Telegrafos, sofreram um processo de remanejamento, ao puro arbítrio da cúpula dirigente e sem uma explicação, colocados à disposição do DASP. Um dos processos mais iníquos em termo de tratamento ao servidor público.

Há fome e doença na maioria dos lares brasileiros e uma previdencia social incapaz de atender o mínimo das necessidades do povo, e fazendo negociatas em Curitiba, como sabemos do caso da aquisição de um hospital.

A Bolsa de Valores desbaratando prçamentos, destruindo a poupança popular para que grupos se enriqueçam até com o / PIS, dinheiro do trabalhador, que serve para tudo neste país, menos para ele, trabalhador.

O Banco do Brasil negando financiamento aos cassados, como se esses não fossem brasileiros, como se esses não estivessem trabalhando para o desenvolvimento nacional, mas financiando a todos os grupos estrangeiros e o que é pior, não computando juros ou correção monetária. O Banco do Brasil sim, não computando juros e correção monetária sobre o dinheiro que arrecada do Fundo de Garantia, prejudicando o trabalhador e descobrindo a Lei.

O BNH, o usurário oficial, investindo o dinheiro do Brasil, dinheiro do trabalhador brasileiro na Bolívia. Somos / oposição porque sem a nossa goz o povo não falaria. Somos oposição porque entendemos seja um dever nosso de homem publico. Não / tenho inimidade pessoal com ninguém, por isso não tenho odio dentro de mim, mas não refreio em dizer, verdades, por isso não tenho medo. Procuro cumprir com o meu dever de homem publico, certo de colaborar com o proprio governo e de servir ao meu povo. Para gritarmos um basta a corrupção e aos desmandos administrativos. Empuñando a bandeira da propria revolução nos expomos a serios riscos, mas a vida publica se tem valor pelos riscos que passa, pelos riscos digo, pela luta que trava em favor do povo. Como posso calar quando vejo a Nação humilhada pelo apito; como posso calar quando vejo o povo de Bela vista do Paraiso, cheio de reclamações trabalhistas contra o futuro governador do Paraná, num btado de / protestos de seus proprios empregados. Por isso entendo que a presunção que se levanta de que ele não sera um governo voltado / para o trabalhador. Como posso calar quando vejo o desfalque no Banco do Estado do Paraná, em proporções enormes em prejuizo do desenvolvimento do Paraná, e um silencio tumular pela imprensa, como se nada tivesse havido e não vivessemos dias de reclusão / nesse país. Como posso calar quando vejo o trabalhador na miseria; o servidor publico ganhando nada; o estudante sem dinheiro para / pagar faculdades. Como posso calar quando vejo o estudante do norte pioneiro, centenas indo para São Paulo, porque não há tempo nem condições no Paraná. Como posso calar vendo a pequena empresa esmagada e o povo sofrendo, trabalhando demais e não recebendo con-

contrapartida alguma do governo.

Por ultimo, para encerrar as minhas palavras, tenho uma mensagem à mulher paranaense que é beleza e trabalho; mulher pa- ranaense nessa homenagem mais sincera, voce em todos os ramos de atividades, inclusive a mãe de família, tem a mensagem do M.D.B. Voce é carinho e desenvolvimento. É participação, é trabalho. Voce é meiguice e sofrimento. Responde como ninguem pela orientação da família brasileira. Chora, sofre e ama esta Pátria. Voce não é ape- nas a beleza maior da vida, voce é a criatura que mais se aproxima de Deus, porque é a fonte, é a matriz da propria vida.

Estamos neste pleito com a vitoria assegurada. Esta- mos com os candidatos do MDB vitoriados. Em verdade, em verdade eu vos digo, Deus esta conosco e o povo também.

.....

CONFIDENCIAL

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
014263 28.7.75
PROTÓTIPO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA, DF, 25 de julho de 1975

INFORMAÇÃO Nº 1288 /S-102-A9-CIE

- 1. Assunto: DEPUTADO (MDB/PR) ALENCAR FURTADO
- 2. Origem: III Ex
- 3. Difusão: SNI/AC
- 4. Difusão Anterior:
- 5. Referência:
- 6. Anexo: Cópia xerox de discurso.

1. Este Centro informa o teor do discurso proferido pelo Dep Fed ALENCAR FURTADO, na sessão da Câmara de 08 Abr 75 e que foi distribuído ao Sindicato Rural de GUARAPUAVA/PR e ao Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de CURITIBA. Este discurso foi aparteado pelos Deputados VASCO NETO e JOÃO LINHARES.

2. Do referido discurso podem ser ressaltadas as seguintes idéias:

- a. Contradições governamentais representadas pela posição dos Ministros no que diz respeito às CPI.
- b. Não comparecimento do Ministro da Justiça à Câmara para depoimento.
- c. "Se o governo não tem condições para suportar a vida legal dos radicais da extrema esquerda, não deveria também comprometer-se na proteção aos de extrema direita"...
- d. Críticas à política econômica, financeira e social do Governo.
- e. Existência prejudicial das multinacionais no BRASIL, tendo influenciado na política de comercialização da soja, milho e na ação da CACEX.
- f. Má distribuição da Renda Nacional.
- f. Hipertrofia da Segurança, atrofiando a atividade política.

3. O discurso do Deputado ALENCAR FURTADO foi bem recebido por sua bancada, sendo muito aplaudido e cumprimentado. Em síntese, contesta toda a ação governamental.

4. Com a remessa a Órgão Sindical e Estudantil, pretende atingir o trabalhador do campo e o universitário, incutindo neles idéias distorcidas sobre a realidade Nacional.

CONFIDENCIAL





CAMARA DOS DEPUTADOS

DISCURSO PROFERIDO PELO DEPUTADO ALENCAR FURTADO,
DO MDB DO PARANÁ, NA SESSÃO DO DIA 08.04.75.

Ex. Presidente, Srs. Deputados,

"Liberdade significa responsabilidade,
é por isso que muitos homens a temem"
(Bernard Shaw)

Quebram-se as estruturas do mundo ao impacto dos fenômenos que o atacam. Os impérios econômicos multinacionalizados invalidam as demarcações geográficas, esprestando-lhes sentido continental. A instabilidade cósmica dos valores, no fluxo e refluxo dos eventos, transgredem os princípios morais e jurídicos que sustentam o mundo. As convulsões sociais sacodem países pela subversão ou pelo terrorismo; o colonialismo pressiona os libertadores; o imperialismo sufoca nacionalidades; a fome rebela multidões e o delírio do Poder derruba governos, escraviza povos, sacrifica nações.

Os países que se querem determinar vivem na iminência da submissão econômico-militar por parte daqueles chamados por Toynbee de salvadores pela espada, os quais não se pagam de intervir nos Estados ou de menosprezar a vida, o direito, ou a liberdade do cidadão.

Os países em desenvolvimento não se firmam com a neutralidade das posições ecumênicas, nem se prestigiam deixando-se conduzir por tenses condenadas. A autodeterminação, justiça social, liberdade, democracia e desenvolvimento são objetivos nacionais que também deveriam defender para outros povos. Daí a luta contra a atual divisão internacional do trabalho, o imperialismo prepotente, a rapinagem dos trustes, a locupletação





como diz Santo Agostinho, "também o corpo é criação divina".

Há lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos, quem sabe? Mortos, talvez. Órfãos do talvez e do quem sabe. Esposas que enviuvaram com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe! Viúvas do quem sabe e do talvez. Parece até, mal comparando, que vivemos em meio aos bárbaros triunfantes de Roma. Bana saqueados de nada significam, confrontados com a violência que sofre a pessoa do cidadão.

O SR. VASCO NETO - Nobre Deputado, hoje V.Exa. me assusta, com esse pessimismo que não queria ver num moço brilhante como V.Exa. Dir-se-ia que uma cassandra ocupa a tribuna, atribuindo a um País tantas mazelas e tristezas. Acredito que V.Exa. não encontrará no mais humilde dos brasileiros ressonância para as palavras que ora profere, porque o brasileiro, sofredor, é verdade, é um povo, ainda assim, otimista, alegre e cheio de fé.

O SR. ALENCAR FURTADO - Pediria a V.Exa. a gentileza de resumir o aparte.

O SR. VASCO NETO - Meu aparte não irá além de um minuto. Serei absolutamente fiel ao Regimento Interno. Mas não posso concordar com tanto pessimismo. E ainda mais; fala-se em milagre brasileiro, em renda per capita - e não há absolutamente falsidade no que se diz - em comparação do que se encontrou com o que a Revolução tem dado ao Brasil até este momento.

O SR. ALENCAR FURTADO - Os penchistas, em regra não são muito amigos da verdade, e V.Exa., com seu aparte, me lembra o Padre Antônio Vieira, que dizia pela boca de um personagem: "Abarca muito e aperta pouco". Os dados que apresento não foram contestados e contentos por V.Exa., até porque V.Exa. dados não ofereceu no seu aparte.

Prossigo, Sr. presidente.

Há quem se arroge em dono da nossa liberdade,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

da nossa integridade, usurpando poderes de que nem Deus dispõe, porque Este pode nos tirar a vida, mas, em razão do livre arbítrio concedido, nos assegura a liberdade.

Um povo que em todos os instantes difíceis da sua Pátria deu a vida por ela, tem, por isso mesmo, pelo menos, o direito à vida.

Tem-se dito, com sobras de razão, que um governo de força é o mais fraco de todos. Inquieta-se com as teses da Oposição, justamente porque teses não tem. Preocupa-se com a filosofia oposicionista, exatamente porque não tem filosofia. Alvo roça-se com a crítica à política institucional, em razão de não ter, sequer, institucionalizado o Movimento de Março de 1964.

Querem uma Oposição bem comportada, consentida, abespinhando-se com a Oposição vigilante e combativa, que sofre até a ameaça de ser expulsa da vida nacional.

À palavra séria e autorizada da Oposição respondem com guerrilhas de boatos que se cruzam nas ante-salas ministeriais, nos corredores da Câmara ou no noticiário da imprensa. A ação psicológica assim imposta ganha dimensão nacional, enquanto os seus arautos sugerem a incorporação do AI-5 ao texto definitivo da Constituição.

Assoalham a existência de crise em face dos resultados eleitorais de 15 de novembro de 1974, "eleições que constituem, do ponto de vista político, o fato mais relevante do ano" (Ernesto Geisel, Mensagem de 1975).

Propaga-se a extinção dos Partidos como forma salvadora das eleições de 1978, quando "está de pé a reafirmação de que cabe aos partidos - do Governo e da Oposição -, essenciais ao estímulo de vida democrática, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional" (Geisel, Mensagem de 1975).

Apregoa-se impasse político porque se pretende pedir contas, nos estritos termos da Constituição, requerendo-se





CÂMARA DOS DEPUTADOS

a convocação do Sr. Ministro da Justiça, no mesmo instante em que o Sr. Ministro da Fazenda se oferece a debater problemas de sua Pasta na Câmara dos Deputados.

Porventura o Ministério da Justiça tem tanta culpa em castêrio que se arreia, pelo seu Titular, de um encontro público com os parlamentares de seu País?

O que há de tão sério, de tão grave, de tão ardentador no Ministério da Justiça, que uma singela convocação de seu Ministro provoca trauma, convulsão, pânico, medo ou crise política nacional?

Proclama a ARENA que tal convocação seria um julgamento da Revolução. (Senadores Jarbas Passarinho e José Sarney).

Não. Não se julga assim uma Revolução. É a História, é a posteridade, é o povo quem a julgará.

A interpretação senatorial da ARENA é tomarária e antigovernista, envolvendo um prejulgamento denunciador de uma condenação.

O que pretende o MDB é utilizar-se de um instrumento constitucional que é meio de ação legítimo, no exercício regular de um direito.

A Nação tem interesse de conhecer o comportamento público dos seus governantes e os parlamentares o dever de fiscalizá-los, denunciá-los ou ajudá-los.

Um governo não pode ser padrinho de grupos radicais de direita, como não pode ser pai aos desatinos dos radicais de extrema esquerda; todavia, à medida que persegue estes o protege aqueles, compromete-se na postura e deforma-se na imagem. Os radicais alimentam-se do seu próprio radicalismo filosófico ou das crises ou excessos do governo. Nenhuma deles serve à democracia procurada, mas conjugam esforços minando a resistência democrática do País.



Contudo, enquanto a extrema esquerda foi desbaratada e suas bandeiras arriadas, os "teefepês" agitam suas bandeiras vermelhas em praça pública com alvarás das Prefeituras, com a proteção do Estado e dos órgãos repressores.

O SR. JOÃO LINHARES - Muito grato pela oportunidade de apartear-lo. Estamos ouvindo, no discurso de V.Exa., uma condenação total a tudo quanto vem sendo feito pelos Governos da Revolução, inclusive no cumprimento de suas Metas. Mas é V.Exa. mesmo quem contesta o seu discurso ao dizer que o julgamento não se pode fazer agora; ele será feito pela história e pela posteridade. Todavia, V.Exa., ao pronunciar o seu discurso, emite exatamente um julgamento, contrariando conseqüentemente uma linha de pensamento e um princípio que devem nortear quem pretende ser historiador. V.Exa. se insurge igualmente contra a posição da ARENA em relação à convocação do Sr. Ministro da Justiça, contrapondo de outro lado a decisão de outros Ministros de comparecerem a esta Casa. Aquela decisão é decorrência da formulação do pedido. V.Exa., que leu o requerimento de convocação do Sr. Ministro da Justiça, há de convir que ele é fundamentalmente um pedido de informações àquela Pasta sobre certas prisões de determinados indivíduos. O Ministro da Justiça em repetidas vezes prestou esse esclarecimento. Nosso Líder, Deputado José Bonifácio, prestará, em nome do Ministro, novos esclarecimentos sobre nomes adicionados à relação inicial. Agora, V.Exa. pretende inquirir o Ministro da Justiça, trazendo, evidentemente, como tem sido feito até agora, cartas de familiares dos indiciados, ou de presos, ou daqueles ditos torturados. V.Exa. pretende que esta Câmara se transforme num tribunal inquisitorial, em que será colocada em xeque, ou será colocada até em dúvida, como vem sendo feito, a palavra do Ministro, em cotejo com a palavra dos próprios interessados. Muda fundamentalmente a razão do requerimento e de outros expedientes em que se pede a presença do Sr. Ministro da Fazenda e de titulares de Pastas para prestarem informações sobre a atuação, a linha de conduta de seus Ministérios.

O SR. ALENCAR FURTADO - O aparte de V.Exa. tem dois tópicos: a referência que fiz ao julgamento da Revolução pela posteridade e pela História, e acrescentei também o julgamento popular, a que V.Exa. não se referiu. E deste julgamento popular, a que me referi quando falei no julgamento da Revolução, V.Exa. teve um teste na eleição passada e terá brevemente outro, na eleição de 1976, e outro mais na eleição de 1978. (Palmas.) O povo está sensível às teses, muito mais dele do que nossas, da Oposição. Quanto à convocação do Ministro da Justiça, V.Exa. há de convir em que é um preceito normal da Constituição, é um exercício normal de um direito nosso, e são aqueles que se arreceiam por atos praticados é que podem temer debate público neste Parlamento.

O SR. JOÃO LINHARES - Este é o pensamento de V.Exa.. Permita-me um rápido aparte.

O SR. ALENCAR FURTADO - O meu tempo está quase esgotado. Concederei daqui a pouco o aparte a V.Exa., com muito prazer.

O SR. JOÃO LINHARES - Agora, quem receia ouvir a verdade são os que pedem a V.Exa. que negue o aparte.

O SR. ALENCAR FURTADO - Daqui a pouco concederei o aparte a V.Exa.

Continuo meu raciocínio, Sr. Presidente.

Se o Governo não tem condições de suportar a vida legal dos radicais de extrema esquerda, não deveria também comprometer-se na proteção aos da extrema direita, até porque, como pregava o Marechal Castello Branco, "... o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias". (Discurso de 13.04.64) E acrescentava: "Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos".



De outro lado, somos o País da superlegalidade. O império da lei de há muito foi destronado, firmando-se em seu lugar o arbítrio que tornou vassala dele a própria Constituição. E por temer a lei, mesmo num império destronado, o Governo não abdica dos Atos Institucionais, e por temer a liberdade vive escravizado a um sistema irracional de forças que se chocam.

Enquanto o Judiciário for desgarantido das suas prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, prolatará sentenças que o desacreditarão no mundo jurídico e no conceito popular, ou afrontando o Parlamento, como no caso do Deputado Francisco Pinto.

A pretexto de tudo, falam em crise política e em soluções de força para debelá-la.

O Parlamento não tem fomentado crise, mas tem sido o alvo predileto das boatarias. A pretexto de um discurso ou de um aparte circulam versões de crise no regime, como se o regime fendesse com o aparte ou ruísse com o discurso.

É que, Srs. Deputados, as crises políticas que se deflagram são geradas nas esferas oficiais, em razão dos artifícios e contradições a que se impuseram.

O que há é uma crise institucional alimentada pelo comportamento autocrático do Governo, ou então, isto sim, uma permanente crise econômica, financeira e social e um governo sitiado por poderosos grupos internacionais que se cartelizaram para esmagar o empresariado nacional, explorar a mão-de-obra do trabalhador, locupletar-se à custa da poupança popular, implantando um regime supercapitalista num País onde dois terços da sua população são constituídos de proletários, como assegura o censo de 1970, ou o número ínfimo dos contribuintes do imposto de renda.

Crise existe com um ensino caro, milhares sem condições de acesso às universidades ou com o estudante "quatro-sete-seteado".



Crise vemos entre os servidores públicos que, como os operários, vêem seus vencimentos e salários erodidos pela inflação que o Governo importa, exporta e fabrica.

O que há é a nossa economia concentrada em mãos estrangeiras e a remessa de lucros e royalties aniquilando o organismo nacional. Toda a indústria automobilística é estrangeira, a de autopeças também; quase toda a indústria farmacêutica é de fora e os insumos gerais também de lá; quase toda a indústria de alimentos é estrangeira, bem como a máquina de propaganda e promoção; quase toda a indústria de tratores é estrangeira, bem assim a exploração e exportação de minérios; quase toda a indústria naval é estrangeira, bem assim a eletrotécnica; quase toda a indústria de aproveitamento de derivados de petróleo é estrangeira, bem como a hoteleira e a de frigoríficos. E a indústria de armazenagem, a de enlatados, plásticos, celulose, máquinas, para não falarmos na comercialização dos produtos agrícolas e nos privilegiados exportadores deste País do carnaval e do futebol que também é havido como paraíso do capital estrangeiro.

Por isso, o povo coçicha o ramoque untado de ridículo da piada; por isso, o poeta derrama a crítica de protesto nas esquinas ou nas ruas; por isso, a música popular é capotada, ou no som de um sustenido ou de um fá identifica a subversão musicalizada.

Afortunados os que vivem à sombra do capital estrangeiro, mas aí do governo que não defenda as riquezas do seu país.

Quase não se ouve o protesto dos trabalhadores porque o direito de greve é um delito, porque o sindicato está empolegado, mas se escuta o protesto dos empresários com milhares de fábricas falidas ou concordatárias, esmagadas na brutal competitividade das empresas forâneas.

Será que o Governo continua um ente essencialmente nético e como tal convalidando todos os meios para atingir

os fins desejados?

Está aí o produtor de soja vendendo no Paraná e no Rio Grande do Sul o seu produto a 40 ou 50 cruzeiros e as trading companies exportando a 500 cruzeiros.

Éis a CACEX favorecendo aos frigoríficos em prejuízo dos pecuaristas ou prejudicando o produtor de milho com portarias suspeitas favorecedoras dos grupos internacionais.

Veja-se o deficit da balança comercial e do balanço de pagamentos e a queda das reservas do Brasil no exterior, passando de seis e meio para um pouco mais de quatro bilhões de dólares em menos de ano e meio.

Crise é a inflação incontida e o custo de vida num crescendo assustador ou o macabro índice de 41 mil acidentes em 1974 nas rodovias federais, como saldo triste de 26 mil feridos e 3.340 mortos, 75 vezes mais que o número de brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial.

Crise é a indústria farmacêutica vendendo medicamentos proibidos em outros países ou os chamados defensivos agrícolas, oneradores dos produtos da lavoura, provocando intoxicações nos trabalhadores, morte nos animais cu incidência de hepatomas (câncer no fígado), quando vários deles proibidos na Europa, nos Estados Unidos ou na Argentina são aqui vendidos a granel e despoliciadamente.

Crise temos no setor habitacional com o BNH des troçando orçamentos dos mutuários na maior agiotagem oficial de todos os tempos, pois, de um empréstimo de 50 mil cruzeiros realizado há 6 anos, o mutuário já pagou 60 e ainda deve 90 mil cruzeiros. O Governo anuncia agora um aumento de 34% nas prestações.

O agiota particular, se assim agisse, estaria, por certo, na cadeia.

Crise existe na área financeira, com a dívida externa em torno de 20 bilhões de dólares, quando em 1967





devíamos 3.197 e o valor das exportações do café e do algodão não bastando para atender, neste ano, o que se pagará de juros dessa dívida, necessitando o Governo de contrair empréstimos com pensatórios para atender à parcela de amortização.

Crise constatamos na política de câmbio flexível que desvalorizou o cruzeiro 13 vezes nos últimos 15 meses, favorecendo a turistas estrangeiros, às empresas alienígenas, erodindo salário e emprestando uma carga psicológica ponderável em favor do aumento do custo de vida. A verdade é que de 35 em 35 dias é desvalorizado o cruzeiro, mas não se corrige o salário do trabalhador, que sobrevive aos milhões em fome endêmica.

Crise se acha no endividamento interno, que não se sabe a quanto anda, ou nas emissões contínuas de papel moeda que as estatísticas registram com atraso calculado.

Há crise sempre que o Governo, com generosidade de Papai Noel, doa mais de duzentos milhões de dólares aos grupos internacionais, como fez através da Resolução nº 305, de 24. 10.74, reduzindo de 25 para 5% o imposto de renda sobre juros, comissões e despesas resultantes de empréstimos em moeda, enquanto, em contrapartida, aumenta o imposto de renda dos brasileiros.

Vemos crise na retração de crédito de que todos se ressentem ou nas doenças que afetam milhões de criaturas: 13 milhões de chagásicos; 25 milhões atacados endemicamente de ancilostomíase; 10 milhões afetados de esquistossomose; 5 milhões de excepcionais; sem falarmos nos tuberculosos - a tuberculose matando por minuto, como denuncia o Congresso de Tisiologistas - leprosos, ou nos milhões de criaturas que habitam as áreas maláricas e em cerca de dois mil municípios sem médicos, ou ainda nos decrescentes percentuais orçamentários destinados ao Ministério de Saúde. E como se não bastasse, aí está um INPS incapaz de atender à demanda de enfermos porque cedeu mais de um terço da sua arrecadação a privilegiados grupos de médicos que açambarcaram a arrecadação das grandes empresas que deveria ser drenada.





para os seus cofres, em face da generosidade da Resolução nº 900.2 daquele Instituto.

Crise encontramos no desemprego que o Governo nega e no subemprego que todos testemunham. Nos garimpeiros tangidos dos garimpos, proibidos pelo Governo de trabalhar, como aconteceu em Rondônia, enquanto os mineradores bolivianos ou a arquibilionária STEEL são financiados pela poupança popular. (Tal to bem.)

Crise se verifica no custo da produção porque o Banco do Brasil se preocupa muito mais com o seu lucro nos financiamentos concedidos, tanto que em 1974 obteve um lucro líquido de dois bilhões, quatrocentos e onze milhões de cruzeiros, o equivalente a 42% do seu capital social e mais de 100% do que lucrou em 1973, à custa dos lavradores, do comércio e da indústria, abaz rotando de cruzeiros as burras da União e de problemas financeiros a vida atribulada dos produtores brasileiros.

Só não vejo crise entre aqueles 5% de criaturas que detêm 50% da renda nacional.

A insensibilidade tecnocrata dominou a administração pública na última década. Com antolhos naturais não tinha olhos para ver a vida nacional em seu complexo, nem ouvidos para ouvir reclamos de ninguém.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

Concluo, Sr. Presidente.

A hipertrofia da segurança atrofiou a atividade política. A técnica propagandística afrontou os dramas econômicos e sociais. As soluções de força foram adotadas. O liberalismo político foi ironizado, surgindo um figurino novo e incómodo que não talhava bem na geopolítica do Brasil.

O Governo precisa urgentemente: a) submeter os técnicos aos políticos, recrutando, de ambos os lados, os mais qualificados e capazes para atender à problemática estrutural e superestrutural do País; b) adotar uma filosofia nacionalista em





socorro da economia brasileira, resguardando o campo do investidor externo com as garantias necessárias, mas controlando, dirigindo e racionalizando o capital forâneo, de acordo com as necessidades e interesses do Brasil; c) recolocar o povo na condução dos seus destinos, abrindo o processo democrático de acordo com a tradição jurídica brasileira e oferecendo anistia para que se destruam as barreiras do ódio numa pátria onde todos são irmãos.

O Brasil precisará sempre de Segurança e Desenvolvimento, mas nunca poderá prescindir de Liberdade e Democracia.

Doutrinando, alerta o General Golbery do Couto e Silva - para encerrar com a frase de S. Exa.:

"Não se acredite, pois, que o sacrifício da liberdade possa conduzir sempre a um aumento de segurança. Além de certos limites, a liberdade sacrificada determinará, de sua parte, perda vital da segurança. Os escravos não são bons combatentes - eis a lição que os tiranos aprenderam no decurso dos séculos." ("Geopolítica do Brasil").

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)



leitas de quem governa o País sejam tão fracas que não resistam a discussão livre."

E arre mata o cineasta:

"O Governo tem medo da Cultura. A situação é tão absurda que se chegou a instituir o prêmio cinematográfico de diretores em crêmidos para filmes que aproveitassem histórias de autores literários mortos. Especificamente para autores mortos. Autor vivo é perigoso."

Vive em guerra a Cultura nacional. O vento que para obras de vanguarda produzidas pela Censura ou evita a publicação pelo AI-5 para a obra a possibilidade de censura ou a interrupção da Insurgente e da História, que é abstrata para estes projetos.

Outrossim, a política de exportação afeta também a área cultural. A Fundação Nacional de Cinema dos Estados Unidos afirma que, em 1974, o Brasil foi o segundo exportador latino-americano de filmes para os Estados Unidos, ficando atrás somente da Colômbia, que ocupou o primeiro lugar. De então para cá, não somente a falta do superávit da nossa balança de exportação de filmes, talvez pelo déficit sempre crescente da nossa balança comercial.

O Sr. Eliete Junior — Nobre Deputado, deseja situar bem minha posição antes de obter o aparte propriamente dito a V. Ex.^a O silêncio sereno e equilibrado que V. Ex.^a traz à tribuna merece, efetivamente, o nosso respeito.

O SR. ALENCAR FURTADO — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Eliete Junior — ... e, possivelmente, uma contradição também serena e equilibrada. V. Ex.^a conhece muito bem o nosso processo político para saber que, hoje, estamos, mais do que nunca, enfatizando a diferença entre o mito e a verdade do fato. A versão do fato e de que, possivelmente, o Deputado Eliete Junior, líder do Governo, defendeu a Censura, quando o fato não é exatamente esse. Estou apontando V. Ex.^a, primeiro, para dizer que a Censura não pode efetivamente ser defendida por ninguém, quando muito tolerada e atendida de forma transitória, a cumprir efeitos em determinados momentos, e que, portanto, não pode mesmo ser defendida e comitada a elementos que não tenham a necessária sensibilidade para exercê-la e para conhecer bem do seu ofício. Tanto pensamos todas desta forma, que um nobre Deputado (o Partido de V. Ex.^a apresentou, no ano passado, um projeto de lei, do qual fui relator e ao qual ofereci parecer favorável, na Comissão de Constituição e Justiça, criando o Conselho Federal de Censura para que este órgão, integrado por elementos representativos dos altos escalões da inteligência brasileira, pudesse fazer uma devida Censura. Das 200 obras que V. Ex.^a citou, há algumas — e a grande maioria delas — efetivamente construídas por questões de inercidade, por atentarem contra os elementos da família brasileira. E V. Ex.^a é um lento representante da nossa sociedade, não direi material, mas que, instituída em torno do chefe da família, poderia ver-se — vulnerada — e o e todo os dias — pelo livro pornográfico, pelas publicações licenciosas, pelas revistas eróticas, até pelos programas de rádio e de televisão. Se nesse setor trouxe a V. Ex.^a a contradição de que os dados apresentados por V. Ex.^a efetivamente são reais e positivos, mas muitos deles defensíveis do ponto de vista de uma Censura moral de uma Censura que se obriga em manter os nossos padrões defendidos. Não fora assim, os partidos políticos não censurariam seus integrantes que divergem e discordam do senso natural, e o Presidente da Casa não teria, entre constrangido e oprimido, lido um ato de censura a um elemento do Parlamento Nacional, apenas porque S. Ex.^a não atingindo nenhum dos fatores sociais e morais pelos quais lutamos, entretanto feriu a instituição a que pertence. O filme, o livro, o jornal, a revista, a publicação, enfim, a comunicação pode, de uma forma ou de outra, também ferir nos princípios sagrados do que deve ser um pacto de comunicação. Fazendo V. Ex.^a e repito que de forma elevada e serena traz o problema a esta tribuna. E ao ouvir o em silêncio poder de quando em vez trazer aquilo que me parece uma contribuição válida, porque é no aperfeiçoamento dos organismos sociais e políticos que as censuras têm de ocorrerem. Mas para isso e preciso chegar a este estado ideal, o qual seria esse estado ideal, não sabemos bem. Obrigado pela paciência, nobre Deputado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Obrigado pelo aparte de V. Ex.^a E dou-lhe razão, porque V. Ex.^a condena a Censura, como disse, a despeito das ressalvas apresentadas. Em regra, o censor neste País e incapaz para o exercício do mister a que se propõe toda dia. Mas ele, a ar quem e o que, censuras têm de ser prof da cultura brasileira, como Filipe de Andrade, Rui Barbosa — que era uma autoridade? No meu país, não, mas de vinte e poucos foram reprovados num teste psicológico. Homens de Condição do Brasil, incapazes, porque reprovados, não, foram em que o país de ser visto cada por aí passando. Com que e possível, com que possibilidade com que contribuição, com que e social cultural se estendem. Não há para censura. Mas o senhor, também, com a aprovação oficial do Ministério da Justiça, São.

Arrolarei dados, dentro em pouco, que talvez sejam até mais esclarecedores que os até aqui abilhados.

Continuo, Sr. Presidente:

Afirmamos, no entanto, que mais de mil cientistas e pesquisadores brasileiros encontram-se nos Estados Unidos e outro tanto na Europa, tutelados pela insegurança, pelas punições desvirtuadas ou atrasadas pelo progresso tecnológico e pelas vantagens imanteciras.

Citemos, como ilustração, alguns cientistas desterrados ou punidos pelo AI-5: José Lopes de Souza, físico de renome internacional, ex-colaborador de Einstein em Princeton; Jayme Tomara, considerado um dos melhores físicos do mundo, descobridor do Meson K, que abriu novos horizontes à exploração da física nuclear para fins pacíficos; Mário Schenberg, cateдрático de ciências matemáticas da USP, desde 1936, que nos Estados Unidos dirigiu trabalho de altíssima importância, principalmente no campo da evolução do sol e da teoria das estrelas supernovas; Ciro Prado Junior, professor de economia política, além de aposentado compulsoriamente, foi condenado à prisão por delito de opinião; Fernando Henrique Cardoso, que abandonou a Faculdade de Nanterre, na França, para assumir uma cadeira na Universidade de São Paulo, foi também aposentado; Luiz Hildebrando Pereira da Silva, médico e pesquisador, foi aposentado compulsoriamente depois de ter sido convalidado para voltar a trabalhar no Brasil, de onde saiu em 1964.

Entomologistas, químicos, biólogos, como Herman Leafé, Fernando Braga Ubatuba, Haily Nussatché, Hugo de Souza Lopes, Augusto Cid Melo Perissé, Sebastião José de Oliveira, Moeir Vaz de Andrade, Tito de Azevedo Cavaleante, Masseu Goto, Domingos Machado Filho, que desenvolviam avançadas pesquisas sobre doença de Chagas, malária, química de insetos, entorpecentes, psicotrópicos, células hepáticas e doenças do fígado, foram punidos pelo AI-5 e afastados definitivamente dos trabalhos de pesquisa que desenvolviam.

Poderíamos arrolar inúmeros outros nomes, como o de Celso Furtado, que hoje leciona na Sorbonne, Paulo Duarte, ex-redator-chefe do jornal O Estado de São Paulo, porém esta nomenclatura é meramente exemplificativa. Poderemos dizer, contudo, que o número de cientistas e de tecnólogos nos Estados Unidos é vinte vezes maior do que o de autotistas de taxi no Brasil.

Enquanto os Estados Unidos possuem mais de quatrocentos mil cientistas e um milhão e meio de engenheiros, a União Soviética cerca de seiscentos mil cientistas e quatro milhões de engenheiros, a França trinta mil cientistas e duzentos mil engenheiros, o Brasil possui cerca de quatro mil cientistas e setenta mil engenheiros. Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra, Canadá e Suécia gastam, aproximadamente, três por cento do seu PNB em pesquisa científica, enquanto o Brasil gasta menos de três décimos por cento.

O AI-5 e a Censura são os campeões da anticultura ou, pelo menos, da desmoralização. Seus métodos são policiais. Simplesmente correm, correm, prendem, prendem, purgam, exaurgam, confiscam, cassam a produção e restringem a produtividade, aprimem o criador ou matam a criatividade. Este comportamento nos lembra o daquele fanteleto policial nazista que serviu no teatro alemão, o qual assim histericamente: "quando ouço a palavra cultura tenho vontade de puxar o revolver".

O Sr. Eliete Junior — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ALENCAR FURTADO — Um momento, nobre Deputado.

A Censura é também discriminatória por isso mesmo arbitrária e ilicita. A chamada grande imprensa está hoje sujeita ao censor, vivendo, no entanto, nos paroxismos da auto-censura. Já a imprensa denominada "marginal" ou "alternativa", como "Opinião", "Movimento", "Mais Um", "Ex", "O São Paulo" e "Tribuna da Imprensa", sofrem as imposições e os abusos de uma Censura brutal, preocupada não apenas com a opinião do jornal, mas em destruir a empresa com os cálculos préjuízos a ela acarretados.

O lema do Governo é liberdade com responsabilidade para a grande imprensa e nenhuma liberdade para a pequena imprensa. Tal desvirtuado chama-se disparate de cobrar a revista "Veja" a maior publicação semanal do País — sob censura implacável, igual à dos pequenos jornais.

Ademais, a inculcância de certos censores não apenas ofende e afronta, mas é ridícula e patética.

Nun lesto de "Movimento" do mês passado, em que se falava da "burguesia intelectual" e censor, cuja presença no ar a poluição bíblica por inulcância, confusão, grotescamente, carente de luta com orenata.

A comissão "Declarar a Autoria", do Chico Buarque de Hollanda, assim resumiu o problema: "a censura é uma entidade, no português,

a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelo ato que cometer." E, mais adiante, continua o discutido constituinte: "O assegurada o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade." Portanto, não se cogia, aqui, de admitir censura para jornais, nem livros, nem a posteriori. A censura aos jornais decorre exclusivamente do poder de arbitrio do AI-5. Foi isso luttimo para sua reticencia para que restauramos, no Brasil, o Estado de Direito. Mas interrompo o brilhante discurso de V. Ex.^a para dizer-lhe que no ano passado, durante minha gestao como Presidente do Conselho de Comunicaçoes, tomei a iniciativa de levar ao plenário d'aquele órgao tecnico o Sr. Ministro da Justica, para um amplo debate em torno do assunto que V. Ex.^a, no momento aborda. E qual não foi minha surpresa quando, depois de praticamente apresentada a vincida de V. Ex.^a, a liberdade da ARENA, pela palavra do Deputado José Benedito, acataram-se e ouviram a presença do Sr. Ministro da Justica naquela Comissao, o que nos impediu de realizar um debate aberto com o Titular da Pasta a quem mais diretamente está afeto o problema da Censura. Então, no momento em que o nobre Deputado Elton Junior, no exercício eventual da liderança do Governo nesta Casa, interfere no discurso de V. Ex.^a, inclusive para discordar do posicionamento de alguns censurados, que, apesar de sua mediocridade, ainda continuam em suas respectivas funções dentro do Governo, faz-se mister que V. Ex.^a uma vez a mais e a de todos os nossos correligionários, não venha a apoiar a bancada oficial, para que traga a este plenário, ou pelo menos à Comissao de Comunicaçoes, a pessoa do Sr. Ministro da Justica e, se possível, também a do Sr. Ministro da Educação, para que este assunto seja discutido francamente com os Srs. Parlamentares. Mais do que isto, que a ARENA e o Governo apoiem as iniciativas dos nobres Deputados Léo Simões e Norton Macedo, que apresentaram projetos de maior importância, criando, em grau de recurso, o Conselho Nacional de Censura, para que se possa ter no Brasil uma politica mais democrática e, por isso mesmo, mais consentânea com o espírito liberal da gente brasileira.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o brilhante aparte de V. Ex.^a, reconhecendo — e a Casa inteira, acredito, também reconhece — que durante a sua gestão à frente daquela Comissao V. Ex.^a proutou permanentemente honrar em a cultura brasileira. Quanto ao apelo que me solicita fazer, acredito que a Casa já se acostumou a produzir tais solicitações. Há figuras de grande valor cultural e homens independentes no seio da ARENA. Há outros que se radicalizam pelo incondicionalismo do apoio sistemático a tudo que o Governo faz, inclusive quanto a erros. A esses o próprio Rui Barbosa se referiu com reiteração, dizendo que "o Governo que só tem idolátras não possui amigos". Não creio seja este o estado d'alma da bancada oposicionista: não é de idolatria, acredito. Por isso, creio que o aparte de V. Ex.^a já se transformou no apelo a mim solicitado, acreditando que a Ilustre bancada da ARENA vai acolhê-lo.

Prossigo, Srs. Deputados:

Além da perniciosa ação do Estado, brindando o desenvolvimento da Cultura nacional, o próprio modelo de desenvolvimento, pelo seu estímulo à desnacionalização da economia, causa-lhe inestimáveis e irreparáveis danos que podem afetar, imediata ou mediatamente, o sentido mais serio da nossa formação brasileira e os interesses da segurança nacional.

A McGraw Hill, uma das maiores editoras do mundo, instalou-se no Brasil há tres anos. A Prentice-Hall está em processo de associação com diversas editoras brasileiras. A Interamericana Editora do Brasil, do grupo Columbia Broadcasting System, proprietária da Souderra de Horta, da Richard Winston e da Nova Editorial Interamericana do México, detém os direitos de oitenta por cento dos livros de medicina no Brasil. Encontra-se em fase de implantação outra grande editora americana, a Addison Wesley.

As editoras estrangeiras já controlam setenta por cento do mercado brasileiro de livros técnicos. Os livros por cento restantes distribuem-se com as demais edituras, entre as quais a Atlas, que está em negociação com a Prentice-Hall e a Editora Nacional, de quem o BRDE detém setenta por cento das ações.

Enquanto as editoras estrangeiras prosperam, implantam-se, as orientadas, incorporam-se, multiplicam-se, as nacionais como a Gráfica Editora Revista dos Tribunaes, Editora Sonávia Livros Iradientes S. A., Editora Brasileira e Editora Martins, respectivamente consagrada e quase todas as responsáveis de obras eminentemente inovadoras.

Kalman as editoras e graficas dos grupos Brasil e Souderra. Por outro lado, Thomas de la Rue foi comprada e vendida para o grupo de editores American University Co. enquanto na Companhia Editora Nacional, substituiu a principal editora brasileira do Brasil. Há também o grupo dos editores "A. Lacerda, Franco, de Aguiar" e "A. A. de Aguiar" e Livros Fronteira e Editora Interamericana, que foi incorporada pelo grupo americano John Wiley para a sua

Inc. Publishers. (Depoimento do Professor Roberto Amaral, da Universidade do Estado da Guanabara, na Comissão de Comunicaçoes da Câmara dos Deputados.)

O certo é que continua é a fúria desnacionalizadora. Cinquenta por cento dos livros editados no Brasil são traduções; mais de cinquenta por cento dos músicos lançados são estrangeiros — sem contarmos as verdes — e o cinema apresenta apenas dez por cento de nacionalização.

Cultura virou mercadoria; compramo-la enlatada, e cara, e ruim e inferior, e muitas vezes impregnada, o que nos custou, em 1975, a banabala de 20 milhões de dólares. Ressalte-se que a importância dos enlatados cinematográficos para este ano tem maior percento de despesa.

O processo de colonização cultural é avassalador, juntamente com o descaço, a complacência e o impatritismo de setores do Governo.

O Sr. Celso Barros — Nobre Deputado Alencar Furtado, não nos parece condenável fazer certa concessão a censura, quando esta emana das profundas necessidades de uma comunidade, de um país ou de uma nação, e não como imposição de uma autoridade que deseja, por todas as formas, coagir para impor suas ideias. Dai por que condenamos a censura sistemática, esta que se vem praticando no Brasil (Muito bem!) e a qual V. Ex.^a tão brilhantemente se reporta, trazendo aquela definição de cultura que a censura violenta permanentemente. A cultura, na definição que V. Ex.^a trouxe para cá, é um bem da humanidade e, como disse brilhantemente Hermann Heller, é a inserção de fins humanos na natureza. É no sentido de defendermos a cultura que combatemos a censura. Poderia não apenas trazer testemunhos da História, mas da própria mitologia, através do episódio do "leito de Procueto", que era justamente a medida dentro da qual se deveriam submeter todas aquelas pessoas que não tinham o pensamento livre, que não tinham o comportamento dentro de determinada dimensão. Se sobrava, haveria de ser cortado; se não dava, haveria de ser diminuído. A História nos fornece dados importantíssimos sobre que devemos meditar. Galileu, por exemplo, foi censurado quando trouxe à consciência universal sua tese do sistema heliocêntrico. Os censurados, sempre atrevidos em relação aos fatos, sustentavam tese, depois desmorionada, a do sistema geocêntrico. Lutero também foi censurado, assim como Jesus Cristo padecer na cruz em decorrência da ação da censura. Suas palavras não podiam ser difundidas ou divulgadas, porque sempre se opunham aos interesses do Governo de Roma, que então dominava a Palestina. Eis os efeitos da censura. Dai a razão pela qual nos colocamos contra a censura sistemática, que não produz, não ensina e não educa.

O SR. ALENCAR FURTADO — Ratifico e acolho o culto aparte de V. Ex.^a

Um dos milagres da unidade nacional é a nossa lingua, falada em todos os quadrantes do Brasil. Os governantes teriam de preservá-la, protegê-la e propagá-la, considerando-a elemento essencial à própria segurança do País.

O General De Gaulle queixava-se de que o idioma francês estava virando "franglês" tal o número de vocabulário ingleses adotados na França. A miscigenação chegou ao ponto de o Governo francês legislar, proibindo o emprego no rádio nos jornais e na televisão, de palavras ou expressões estrangeiras, a menos que não tivessem correspondentes no idioma francês.

Entre nós, o inglês é mais ensinado que o português, e não existe qualquer reação ao "portinglês".

O Projeto nº 403/75, de autoria de Abner Renault, aprovado pela Câmara de Ensino de 1.^a e 2.^a Graus do Conselho Federal de Educação, denuncia:

"Prova irrecusável de ineficácia absoluta dos testes utilizados para apuração do preparo na lingua portuguesa e esse fato ocorreu recentemente em instituição oficial: estudante e aprovado, matriculou-se e, logo nas primeiras provas escritas, apurou-se que só é capaz de redigir na sua lingua materna — o Italiano."

E atulhissima a advertência de Rui Barbosa:

"Uma raça, em escrito não defende o seu sobe e o seu idioma, entrega a alma ao estrangeiro, antes de ser por ele absorvida."

O "Journal do Brasil", de 7 de Janeiro deste ano, publicou uma reportagem cuja título é "A arte de comprar em inglês e mais um pouco". Eis o conteúdo:

"Quer me dê um cachorro quente, por favor?"

— Cachorroquente não tem. Tem sanduíche, hotdogue, hambúrguer americano ou sanduíche.

O rapaz que atende ao balcão é um nordestino que já incorporou o hot dog ao seu vocabulário, assim como o cheeseburger, milk-shake, sunday ou malted-milk, tudo no melhor sotaque de Carnaúba.

A garota veste o seu short jeans e vai praticar surf, enquanto o irmão mais velho sai para a corrida de kart e o mais novo brinca de skate. Depois de lavar o cabelo com shampoo plus egg, a senhora prova cream-cracker da Hick e vai comprar um presente na Museum, vestindo etiqueta Elle et Lui.

As crianças brincam de cowboy: não merendam, porém lancham, não numa cozinha minúscula, mas numa kitchenette ou numa lanchonete, jamais em botiquim, o qual pode circular-se, em vez de Bar do Juca, Juca's Bar, Ikaros, Antoules; em vez de Bar do Zeca, Zeca's Bar. Ai bebe-se beer ou whisky, fazendo-se rendez vous no restaurant New York, onde se abusa do champagne, cognac ou poulet.

Onde você mora? É mais distinto responder que se mora no Edifício Kennedy ou no Charles Baudelaire ou ainda no Edifício Martin du Dimanche do que no Edifício Manhã de Domingo.

Quando John Kennedy subiu ao poder promoveu a reforma da educação e nela se considerou como crítico o conhecimento do Português, o que significava o estudo do Brasil em todos os seus aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Daí a expansão dos estudos brasileiros, amparados com recursos do Governo norte-americano.

Fala-se, entre nós, na reforma do ensino, mas o Português não é lembrado senão com a finalidade de modificar-lhe a denominação para Comunicação e Expressão, bem como a História, agrupada a outras disciplinas sob a denominação de Estudos Sociais.

É preocupante o grau de colonialismo cultural estimulado pelo Governo. Veja o que acontece com a História, outro sustentáculo da nacionalidade. A profissão de historiador não é sequer reconhecida, nem tampouco a de pesquisador de História. Não existe entre nós mercado de trabalho para os estudiosos dessa disciplina, que foi suprimida pela desnacionalizadora reforma do ensino.

Vivemos um instante de alienação econômica e cultural. Nunca e Brasil foi tão desnacionalizado nas suas riquezas de solo e subsolo, na sua economia e na sua cultura, esquecendo-se os executores da política educacional que a língua e a História são as duas maiores forças espirituais que unem uma nação.

A Universidade de Minas Gerais oferece emprego a professores americanos, no campo da História, da Sociologia e da Antropologia, com salário em torno de 15 mil dólares anuais, salário esse que não é pago a professores brasileiros. (Carta da Conferência, setembro de 1975.)

O historiador José Honório Rodrigues, referindo-se a este fato degradante, assim o analisou:

"Não se trata de recrutar em massa professores estrangeiros, especialmente americanos, para ensinar ou escrever a História do Brasil. Trata-se, sobretudo, da formação de quadros brasileiros, pois ninguém deve saber mais sobre a formação brasileira que os próprios brasileiros. E todos sabem que não se forma um conhecedor profundo da nossa História em menos de 20 anos."

E prossegue:

"Este processo de descaracterização e desnacionalização da cultura brasileira nos seus dois fundamentos essenciais -- a língua e a História -- é uma ameaça muito séria e grave. Será que a atual tecnologia dominante pretende multinacionalizar a língua e a História?"

Dizemos nós, atrematando o pensamento do nobre escritor:

A História do Brasil, ensinada no Brasil por americanos, eis, Srs. Deputados, o verdadeiro contrato de risco!

O Sr. Blota Júnior -- Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) -- O orador dispõe de quatro minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. ALENCAR FURTADO -- Nobre Deputado Blota Júnior, perdoe-me não poder conceder-lhe o aparte, em razão da falta de tempo. Seria para mim motivo de alegria incorporar ao meu discurso mais um aparte de V. Ex.^a Ainda tenho três páginas para ler. Não o faço por indecência, nem por desatenção...

O Sr. Blota Júnior -- Deixa-lhe apenas duas linhas da Constituição, V. Ex.^a antes a Constituição seja incluída.

O SR. ALENCAR FURTADO -- Leia as duas linhas, nobre Deputado.

O Sr. Blota Júnior -- Gostaria que todos soubessem que o § 2.^o do art. 153 diz: "... Não serão, porém, toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". Esta é a censura estabelecida pela Constituição.

O SR. ALENCAR FURTADO -- Prossigo Sr. Presidente:

Acabrunha e revolta o comportamento governamental. É o Brasil invadido e o Governo capitulando. Pior que isso, assolante o invasor. É a cumplicidade terrível dos que não amam o Brasil. É hipatriotismo. É ferir, dolorosamente, a alma nacional.

Narra o filósofo e historiador Arnold Toynbee que certas regiões da Grécia perderam a língua e a religião, passando a falar turco e a praticar o islamismo.

A nossa economia está dominada pelas empresas multinacionais. Um terço dos 23 bilhões de dólares da nossa dívida externa foi entregue a essas empresas.

A nossa língua multinacionalizou-se. Mais de um quinto do nosso território não nos pertence.

Vários Ministros de Estado, deste e de outros governos, participam ou participaram da direção de multinacionais.

A parte comercial dos meios de divulgação, mormente da chamada grande imprensa, é dominada pelas multinacionais.

Restava a nossa História. A História do Brasil como coisa nossa. Ledo engano. Também ela está sendo multinacionalizada.

Não se afronta o patriotismo de um povo. Não se fere tanto assim uma Nação.

Estão alienando o Brasil e vendendo sua alma.

Nós brasileiros devemos ser também nacionalistas. Queremos bem aos povos do mundo, mas amamos sobretudo o Brasil. Inflexivelmente, defender o Brasil, as suas riquezas, o seu território, o seu povo, não tem sido fácil; tem sido até perigoso.

Quanta luta para termos a PETROBRAS. Quanta opressão desnecessária. Quanta incompreensão, meu Deus!

Rui Barbosa foi exilado, mas lutou a vida inteira pela igualdade dos Estados e pelos direitos humanos.

Tiradentes morreu esquartejado na luta pela Independência. Os praças da FEB lutaram, invalidaram-se e morreram para que o Brasil fosse livre e democrático. (Muito bem!)

Ainda hoje escutamos o bravo índio gritar ao invasor que esta terra tem dono.

Vemos o soldado conhecido e o desconhecido jurando, com a honra e a vida, viver e morrer pelo Brasil.

Vemos a língua sendo o grande milagre brasileiro. Vemos a nossa História integrando o povo desde as Capitânicas até a Federação e a República.

Vemos um povo consciente que não suporta traidores. (Muito bem! Palmas.) Vemos 110 milhões de criaturas fecundando a terra com o seu trabalho e o orgulho nacional com o seu patriotismo.

Por isso, Sr. Presidente, acordamos a responsabilidade do Governo para esta denúncia que tem o sentido maior de servir ao Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

Durante o discurso do Sr. Alencar Furtado, o Sr. Célio Borja, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, 2.^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) -- Nos termos do inciso II do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Ricardo Fiúza, na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional.

(Discurso do Deputado Ricardo Fiúza, retirado pelo Orador para Revisão.)

Durante o discurso do Sr. Ricardo Fiúza, o Sr. Henrique Eduardo Alves, 2.^o Secretário, deixa o cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pinheiro Machado, 3.^o Secretário.

VII -- O SR. PRESIDENTE (Pinheiro Machado) -- Vai-se passar ao período destinado às Comunicações das Lideranças.

Tem a palavra o Sr. Genervino Fonseca.

O SR. GENERVINO FONSECA (MDB -- GO. Pronuncia o seguinte discurso.) -- Sr. Presidente, Srs. Deputados no dia 25 de setembro de 1973, fiz desta tribuna pronunciamento onde produzi o problema da grilagem de terras que impera em nosso País. Temi com os meus a respeito da reforma agrária no Brasil e recomendei ser ela a única maneira de resolver o problema fundiário brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado ALENCAR FURTADO
MDB PARANÁ

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

"Somente em minha pessoa reside a autoridade soberana; pertence-me exclusivamente o Poder Legislativo sem dependências e sem concessões. A ordem pública integral emana da minha pessoa".

(Atitude de Luís XIV perante o Senado -- L'ancien Regime -- TAINE).

Pior que maio de 64 só maio de 76. É grave a situação econômico-financeira, é grave a situação político-social, como é grave o estado de direito, amesquinhado por uma legalidade bastarda. As crises políticas se multiplicam, sobressaltando o País, em cada uma delas trazendo no seu bojo uma verdade pouco revelada: no centro da crise política está o drama econômico nacional. Ela se vem repetindo com velocidade só igualada à desvalorização do cruzeiro que, de 22 em 22 dias, se amesquinha frente ao dólar. Mas o político não gera crise, contudo vem respondendo por ela. Virou boi-de-piranha, protegendo com seu sacrifício muitos setores que, em verdade, são os responsáveis.

As crises chamadas políticas surgem, em regra, como efeito de causas outras nem sempre propagadas. O político, hoje, não provoca crise, contorna-a. Não tem razão ou interesse em gerá-la. Em primazia, destacam-se os conflitos econômicos, estes sim, desencadeados por uma minoria que se bilionariza com o modelo elitista de desenvolvimento e que defende a rigidez institucional do status quo. Do outro lado, milhões de trabalhadores que se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11/2

infernalizam com a exploração de que são vítimas.

Por vezes, concomitantemente com a crise econômica, o atrito das contradições do Governo gera problemas ministeriais ou militares, quando não surgem reações ou interesses nos escalões tecnoburocráticos.

Aqui nesta Câmara não se conspira, trabalha-se; e todo o labor artesanal é, bem ou mal, pelo Brasil.

Este é um Poder desarmado, cômico da sua meia valia, que sabe não ser bem um Poder mas um setor legiferante ou caixa de ressonância dos problemas nacionais.

Ao Executivo a Maioria nada tem negado. Está sempre pronta para servi-lo e até para coonestá-lo. Maioria que o legítima, sem o que seria, simplesmente, ditadura.

No entanto o Governo, mesmo com a instituição legislativa a prestar-lhe inestimável serviço e incondicional apoio, não deixa de feri-la, amputá-la, humilhá-la, suspendendo direitos políticos, cassando mandatos parlamentares, quebrantando-a no vigor, alquebrando-a com a desrazão do arbítrio.

O autocrático Governo brasileiro sofre de hemiplegia. Os movimentos do corpo nacional são emperrados pela paralisia que os atormenta. Ao imobilismo político-institucional contra põe-se o desajustado e inorgânico complexo de medidas econômicas, na sustentação de um modelo de desenvolvimento estrangulador da economia popular e tangenciador das reais reformas brasileiras.

Desenvolvimento não é norma setorial de crescimento, mas forma global de progresso. Áreas cresceram, outras definham, setores desenvolveram, outros empobreceram. O progresso não



era nosso, era alheio; os recursos também o eram. Daí o lucro ter regressado aos países investidores cem, duzentas, mil vezes mais do que o capital investido, além de terem as empresas estrangeiras dominado com ânimo definitivo os campos mais rentáveis e de importância estratégica da economia nacional.

A Esso investiu no Brasil 1,8 milhão de dólares e já remeteu para o exterior 44,5 milhões de dólares. A Souza Cruz investiu 2,5 milhões de dólares e já mandou para o exterior 82,3 milhões de dólares. A Firestone investiu 4,1 milhões de dólares e já expatriou 50,2 milhões de dólares. A Volkswagen investiu 119,5 milhões de dólares e remeteu 279,1 milhões de dólares. A Johnson & Johnson investiu 0,7 milhão de dólares e já remeteu 22,7 milhões de dólares. A General Electric investiu 13,9 milhões de dólares e enviou para o exterior 23,7 milhões de dólares. A Rhodia investiu 14,3 milhões de dólares e remeteu 60,6 milhões de dólares. (Dados do Banco Central).

Registre-se que os investimentos referidos foram realizados em toda a vida das empresas e as remessas de lucros, dividendos etc. para o exterior foram feitas nos últimos dez anos.

Também por isso o "modelo" fracassou.

Ontem o Estado ia bem e o povo ia mal, dizia um Presidente, hoje ambos vão de mal a pior.

A política financeira vive dias dramáticos: 23 bilhões de dólares de dívida externa, a queda diária das reservas no exterior, déficit recordista de bilhões de dólares na Balança Comercial. Enquanto a Balança de Serviços alcançou, no quinquênio 1962-1966, US\$ 338 milhões, só em 1975 alcançou quase dois bilhões



de dólares. As projeções para 1976 prosseguem deficitárias, com agravantes de custo para o trabalhador.

A política econômica teve o condão de desmistificar o engodeiro "milagre econômico brasileiro" que foi agravado por um processo agudo de desnacionalização. Pode ser chavão, jargão ou uma rima, mas a verdade é que o rico fica mais rico e o pobre mais pobre fica.

Em 1975 a produção nacional cresceu de 4,2 por cento e os meios de pagamento de 41,2 por cento, evidenciando a carga inflacionária que o povo está pagando.

O café sai com preço aviltado da lavoura para bilionarizar especuladores. Os cereais saem da roça a preço de custo, para subir nas mãos dos intermediários. Um cacho de bananas sai do produtor a um cruzeiro e chega ao consumidor a dez, para gáudio do "atravessador".

Os produtos rurais são confiscados e os industrializados, subvencionados.

O confisco tem sido superior aos lucros da lavoura. Mais de 70 por cento da indústria são do capital estrangeiro e o desenvolvimento industrial tem sido feito à custa da agricultura.

A política tributária, injusta. Quem ganha milhões numa especulação imobiliária não paga imposto algum, mas quem compra um quilo de feijão ou de arroz no mercado paga 16 por cento de ICM. É que, senhores, a especulação é um bem de valor ou de raiz neste regime. Aí está o BNH exibindo em 1975 um lucro de um bilhão, oitocentos e quarenta milhões de cruzeiros, à custa da maior agiotagem oficial de todos os tempos, em sacrifício dos mutuários



que são executados ou abandonam as moradias ou desajustam os seus orçamentos domésticos.

Eis o poderoso Banco do Brasil, cujo Presidente proclama, orgulhoso, ter conquistado em 1975 o recorde mundial de lucro bancário, numa exaltação à política monetarista, e a demonstrar a carga onerativa que desabou sobre o agricultor, o comerciante e o industrial. Basta dizer que, as dotações orçamentárias da União, para 1975, em favor dos Ministérios da Agricultura, das Comunicações, da Indústria e do Comércio, do Interior, da Justiça, das Minas e Energia, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Fazenda, da Saúde e da Aeronáutica foram inferiores ao lucro bruto do Banco do Brasil no mesmo ano. Enquanto aqueles Ministérios foram dotados de Cr\$ 10.526.951.000,00, o Banco do Brasil alcançou Cr\$. 10.866.600.000,00.

Esclareça-se que 50 por cento dos investimentos daquele estabelecimento de crédito foram para a lavoura.

A política salarial, desvalorizando o trabalho. O operário pagando inflação e desenvolvimento e tendo o seu salário achatado ou afrontado pela iniquidade de uma política que permite a um executivo ganhar 250 mil cruzeiros mensais e o trabalhador abastardar-se com o salário mínimo. Ele que não tem praça, nem sindicato livre, nem 1º de Maio, nem ao menos um salário justo, vê o seu dinheiro locupletando a Bolsa de Valores na drenagem financeira do PIS e do PASEP, enriquecendo o capitalismo nacional que, majoritariamente, representa o capital estrangeiro.

Um Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que, ao invés de render em seu favor, transforma o BNH em empreiteiro de

N



CÂMARA DOS DEPUTADOS

6.

palácios e mansões e em avaro senhorio do trabalhador que lhe entrega seu dinheiro para depois tomá-lo emprestado, pagando quantas vezes mais pelo juro extorsivo, pela correção escorchante, pelas taxas absurdas.

E quando vai saber se o BNH contabiliza, com o rigor devido, a remuneração do FGTS, constata que a correção monetária de 75 não lhe tinha sido creditada, num procedimento ilegal e locupletador.

Como pode o trabalhador suportar a erosão permanente no seu salário, quando a indústria automobilística pode aumentar o preço dos seus veículos de 90 em 90 dias, a gasolina sobe em menor prazo, os produtos que vivem sob liberdade vigiada são reavaliados de 45 em 45 dias, o cruzeiro desvalorizado de 22 em 22 dias, o custo de vida subindo todo dia, enquanto o salário do trabalhador é reajustado apenas de 365 em 365 dias?

É por essas e outras que o trabalhador de salário mínimo precisa trabalhar 30 dias para ganhar o que lá fora é ganho em 5, sendo essa mão-de-obra barata e explorada um dos atrativos brasileiros para as multinacionais.

O dólar ganha medalha de ouro em salto olímpico espetacular, valendo hoje quase 11 cruzeiros, e a inflação que em 1975 atingiu 35 por cento não tem previsão otimista para 76, de vez que os 13,1 por cento deste trimestre mostram que em dezembro a projeção será de aproximadamente 50 por cento.

Oficialmente, o custo de vida nos dois primeiros meses deste ano elevou-se a 9,6 por cento, índice esse triplicado pela dona de casa, com razões que o açougue e a mercearia justificam,

N

7.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

chegou ao pico da suportabilidade com sua coorte terrível de misé-
rias.

Nos últimos cinco anos morreram de sarampo, difte-
ria e desidratação um milhão e meio de crianças que não completa-
ram um ano de vida. Se fossem bovinos, caprinos ou suínos o Gover-
no decretaria calamidade pública e passaria a socorrê-los. Mas, in-
felizmente, são crianças do Brasil pobre.

De acordo com a FAO há 500 milhões de famintos
no mundo, quarenta por cento dos quais são crianças. As mortes por
fome somam anualmente 70 milhões, enquanto isso, entre 1962 e 1972
a ajuda aos países subdesenvolvidos foi de 507 milhões de dólares
por ano e os gastos com armamentos alcançaram a média diária de
560 milhões de dólares. (Documento da UNESCO).

O Brasil não é apenas - como dizem as empresas
multinacionais - o paraíso do investidor, mas também o paraíso úni-
co no mundo do pleno emprego. É que o Senhor Presidente da Repú-
blica, triunfalmente, diz à Nação, para inveja do mundo, que "não
há desemprego no Brasil".

Isto, num país que tem um patrimônio de 25 mi-
lhões de menores carenciados e abandonados, dos quais 3 milhões e
meio com alto índice de periculosidade, consoante Relatório da CPI
do Menor da Câmara dos Deputados - 1976. O Brasil possui 110 mi-
lhões de habitantes e uma população ativa de 34 milhões de traba-
lhadores.

Os números são convincentes, mais ainda quando
sabemos que em 23 países ocidentais o desemprego em dezembro de
1975 era de 18 milhões de pessoas.

As Américas sofreram e sofrem com o desemprego,



N

a Europa também. Que outro milagre teria obrado o Governo brasileiro para dele escapar senão, uma vez mais o milagre estatístico, outra deidade pagã que ajuda a mistificar o País. Ontem, com o custo de vida a 12 por cento, do Sr. Delfim Neto, hoje, com o "pleno em prego nacional", quando os desempregados estão aí, e a fome e a dor ença suas companheiras.

É sabido que o setor metalúrgico elevou a dispensa de operários nos últimos meses, que a indústria automobilística não está contratando empregados, preferindo reforçar os turnos mediante o pagamento de horas extras.

A FIESP denuncia a existência de 300 projetos en gavetados no Conselho de Desenvolvimento Industrial que, se liberados, produziriam mais empregos, reativando a economia. O monopólio, por particulares, do gás liquefeito de petróleo, desempregando centenas de trabalhadores e as falências e concordatas jogando na rua milhares de pais de família.

O certo é que o desemprego oficialmente negado, é visto em todas as cidades do Brasil, e o seu companheiro constante, morando parede meia, é o subemprego, outra realidade social que o Governo não tem o direito de negar ou esconder. Mas se escondem mazelas e ocultam dramas, censuram denúncias e abafam críticas. Pretendem arrebatam a Oposição o direito de ser. Querem-na eunuca e desvirilizada. Querem-na concessiva, permissiva, consentida.

Por certo não querem uma Oposição, mas um ajuntamento dócil e dúctil, afável e agradável, aplaudível e risonho. Oposição não pode ser confundida com bajulação, com adulação, com louvaminha, nem ser um ajuntamento homologatório e consagrador. Pretendem destruí-la, intimidando-a, oprimindo-a, emasculando-a, ou cassando-a, como fizeram com Nadyr Rosseti e Amaury



Müller ou como aconteceu com o mais operoso e idealista presidente da Comissão de Minas e Energia, Lysâneas Maciel.

O Governo não atingiu apenas a Oposição mas violou, de forma indelével, a consciência política nacional.

Oposição, senhores do Governo, é o sal da terra política, é a sua conservação, até. Poderíamos dizer como São Mateus:

"Somos o sal da terra. E se o sal perder a sua força com que outra se há de salgar? Para nenhuma coisa mais fica servindo, senão para se lançar fora e ser pisado dos homens". (Palavras do Evangelho).

A lei perdeu o seu império para os atos de superlegalidade. Nenhum poder os controla, pois o arbítrio é, por si mesmo, ilimitado, irreprochável, insancionado.

Assim, o poder é voluntarioso e autoritário. O querer é a suma máxima e o supremo império. É a vontade despótica dos governos que se acham divinos, detentores da verdade, da sua verdade que é toda a verdade, criando seus Pilatos e Barrabás, sustentados por "janízaros" e, principalmente, pelo terror.

A quem serve o banimento da legalidade se a corrupção campeia, a inflação não para, o endividamento interno e externo são acelerados, a tributação crescente, o custo de vida despoliciado e as lesões aos direitos humanos tarjam de luto a vida do homem brasileiro?

Como se não bastasse, altera-se a lei para favorecer o capital estrangeiro. Infringe-se a Lei com a pertinácia de



um guerrilheiro palestino; zomba-se da Lei com a sem-cerimônia do arbítrio, a exemplo da Lei de Remessa de Lucros, da Instrução 289, da Resolução 305 do Banco Central, de 24 de outubro de 1974 ou dos parágrafos 12 e 14 do artigo 153 da Constituição do Brasil.

A verdade é que os problemas, por vezes, têm sido enfrentados não para satisfação nacional, mas para acudir interesses de grupos daqui e dali. Assim não fora, teríamos a saciação da indústria de base, ao invés da superprodução dos bens supérfluos; haveria controle pleno do capital forâneo e não o capital estrangeiro controlando a nossa economia. A meta primordial do crescimento não seria o favorecimento à acumulação do capital ou ao ganho das empresas, mas o benefício do povo como agente objetivo do desenvolvimento.

Não seria a oneração com pagamentos de assistência técnica a quem não dá assistência, enquanto insistem na desassistência ao produtor agrícola que nos assiste permanentemente.

Seria a definição de uma economia que se desenvolvesse baseada num sólido mercado interno, com renda bem distribuída, e não apenas na subsistência fisiológica da força de trabalho.

A coragem das decisões não está em cassar mandatos de deputados nem em quebrar o monopólio estatal do petróleo, mas em comandar o processo desenvolvimentista com vistas à satisfação das necessidades populares, sem o que o capital estrangeiro açambarcará os interesses nacionais.

O pandesenvolvimentismo capitalista do Governo perde a noção da realidade brasileira para prejudicar milhões em



N

favor de alguns.

Lembra Celso Furtado que uma primeira contagem estatística do Produto Interno Bruto, tanto faz produzir um automóvel de luxo, que custa 100 mil cruzeiros, quanto vinte toneladas de pão ao custo hipotético de cinco cruzeiros por quilo. Na primeira contagem, ambos são computados com o valor de Cr\$ 100.000,00.

Ocorre, todavia, que o ciclo econômico do pão termina com o consumo, enquanto que o automóvel ficará rodando muitos anos, exigindo combustível, pneus, peças, reparos etc. Ou seja, com a produção de um automóvel de luxo, as estatísticas do produto nacional crescem mais do que com a produção de 20 toneladas de pão.

Agora coloquemos a questão em termos sociais: é mais conveniente para o povo e, portanto, para o País, um índice de crescimento de 10 ou 11 por cento ao ano, dando-se preferência à fabricação de automóveis de luxo, ou de 5 ou 6 por cento, com a população bem alimentada?

Que se definam, portanto, prioridades e metas de crescimento em termos das reais necessidades populares e não da expansão física ou estatística do produto. Mas assim não procedem.

Afirmou o Sr. Ministro das Minas e Energia perante a CPI das Multinacionais que o aumento de 10 por cento no preço do petróleo, imposto pela OPEP, retirou, nos países atingidos pela medida, o equivalente a 30 gramas de pão da mesa do trabalhador.

Perguntamos: quantos quilos de pão retirou o Governo da mesa do trabalhador brasileiro nos últimos seis meses com a inflação, as minidesvalorizações do cruzeiro e os aumentos

N



repetidos no preço da gasolina?

Por isso é que repelimos o coro governamental que debita à importação do petróleo o descalabro econômico do País, servindo de pretexto para quase todos os males que nos afligem. Contraditamos o argumento porque sabemos que a importação dos bens duráveis, em 1975, foi superior aos gastos com o petróleo, a importação de bens supérfluos corresponde a mais de um terço do que se gastou com o petróleo e o povo pagou com os aumentos sucessivos do preço da gasolina grande parte daquela despesa. De outro lado, sabemos que o argumento não procede, se procedesse serviria também para outros países. A Alemanha importa 100 por cento do petróleo que consome e ainda socorre a lira, a libra e o próprio dólar; ao invés da inflação brasileira de 35 por cento, teve de 6 por cento; ao invés desse injustificável déficit da Balança Comercial, teve superávit; ao invés da desvalorização do cruzeiro de 22 em 22 dias, orgulha-se da robustez do marco, desmoralizando a tese de que tudo o que acontece de ruim no mundo deva ser debitado à crise do petróleo.

Por que prosseguir iracundo contra o político quando a crise é econômica, social, financeira, militar e só finalmente política? O político não é culpado de o Brasil estar com uma dívida per capita de 230 dólares, ou seja, cada um de nós e cada brasileiro que nasce deve ao exterior o equivalente a Cr\$ 2.208,00.

O brasileiro já nasce devendo e os nascituros, evidentemente, sujeitos a juros e correção monetária.

Enquanto o Governo favorece grupos econômicos poderosos não pode esconder os milhões de doentes que, se tivessem

N



abrigo, transformariam o Brasil num grande hospital, dando razão a Oswaldo Cruz. Oito milhões de excepcionais, vinte e cinco milhões de ancilostomóticos, dez milhões de chagásicos, quinhentos mil tuberculosos, trezentos mil leprosos, dez milhões de doentes mentais, trezentos mil maláricos, um milhão com bócio endêmico, seiscentos mil com bouba, a esquistossomose afetando doze milhões, a elefantíase com mil pessoas e o tracoma dois milhões de habitantes.

Apenas para nos fixarmos nessas doenças, exibimos 70 milhões de enfermos, dois terços da população do Brasil.

Não será o AI-5 que resolverá tais problemas, não será com o autoritarismo implantado que se valoriza o homem, como não será o 477 que educará este País.

Desnecessário e presunçoso 477. Ameaça e arbítrio contra estudantes. Estudante que é juventude apaixonada é idealista, por isso mesmo ardorosa e radical, como dizia Clemenceau.

Entre nós a solução é a que o Governo oferece. Governo providencial. Governo lei. Não importa o desemprego, pois o Governo o nega. O fato de negar é o bastante; não importa que se arrastem por há milhões que passam fome. A lei, entre nós, não é oriunda dos fatos, como no resto do mundo, mas do Governo; os fatos que se ajustem à lei. A lei é a lei, simplesmente a lei. Criada pela Maioria ou pelos instrumentos de exceção. O 477 é lei e basta. O AI-5 é a Lei Maior. Constituição? Que Constituição? O Poder é o Poder. Maioria é Maioria. É o grito de guerra e de triunfo do Líder do Governo nesta Casa, face aos despojos da Democracia. O AI-5, mais que lei, é um Ato. Um Ato-lei. Para muitos, um Ato de fé, ou, mais precisamente, um Auto de fé. O AI-5 poderia ser denominado



Al-tudo. Para que o resto, se a ele é deferido tudo? Pode cassar mandatos de parlamentares e de juizes; pode punir quem quiser, vedando o direito de defesa. Pode delinqüir e não ser punido. Pode ser e não ser, fazer e desfazer, dizer e desdizer, dispor da vontade e do destino de 110 milhões de brasileiros. Põe no céu ou no inferno com um simples apontar de dedo. É a superlei plenipotenciariamente soberana, pairando sobre todos os impérios, senhora do nosso mundo e da nossa vida, que grita ser proibido pensar e não se pensa, mas se pensar, prende-se para "investigação ideológica".

Para desinformar o povo, impõe a Censura prévia, que é a violência a serviço do regime ou a desservi-lo. O número 45 do jornal "Movimento", que circularia esta semana, foi proibido pela Censura, que vetou a publicação de 283 laudas e 58 fotos, versando sobre o trabalho da mulher no Brasil.

Mulher é, assim, tema proibido para a Censura que na ânsia de atingir a empresa ou, quem sabe, as pessoas dos responsáveis por aquele periódico, exorbita da sua função e do seu dever, tranqüilamente certa da sua impunidade. É a ilegalidade instituída ou a Constituição violada. É que a ilegalidade é lei, a inconstitucionalidade é lei, a antilei é lei e os responsáveis pela antilei, pela ilegalidade ou pela anticonstituição sobrepõem-se à lei, inimputáveis, bem acima do Bem e do Mal, na posição daquele exímio poeta e famoso homicida que, pela sua superioridade social, foi tido assim por Paulo III:

"Homens como Benevenuto Cellini, únicos em sua arte, estão acima da Moral e da Lei".

Para o Governo, reprimir é mais fácil do que



resolver problemas; livra-se do mal graças à proibição dele. Extingam-se os Partidos e os Partidos foram extintos. Criem-se dois Partidos e dois Partidos foram criados. Punam-se juizes e parlamentares e eles são punidos. Interwenha-se nos sindicatos ou nos centros estudantis e a intervenção é feita. Viole-se a correspondência e ela é violada. Escute-se a conversa telefônica e ela é escutada.

De nada mais serve ao Brasil essa legislação excepcional. A subversão foi desbaratada, é o próprio Presidente quem assim o diz em Mensagem à Nação.

O AI-5 é figura jurídica teratológica que ofende o Brasil de ontem, fere o de hoje, compromete o de amanhã. É ofensa frontal ao Judiciário que se desprestigia, passivamente, pela ação do arbítrio. É instrumento que habitua o Governo a perder o respeito pela legalidade. Por isso é que se vê o Governo defendendo com intransigência irracional o regime da excepcionalidade e do arbítrio, como se a prepotência lhe desse seiva vital à alma.

É um estilo totalitário de comportamento político, como é um estilo perverso de desenvolvimento, quanto aos seus efeitos sociais.

Falta ao Governo humildade suficiente para reformular a filosofia do seu modelo de desenvolvimento, a fim de devolver ao País os seus direitos e ao povo o que lhe pertence.

O AI-5 só agrava os problemas econômicos e, pelo seu potencial intimidatório concorre, não para a formação do cidadão, mas para a sua deformação.

O Brasil de amanhã é dependente desta geração que



tem contas a prestar com a posteridade. E a História não absolverá aqueles que prejudicaram o povo, cerceando-lhe a Liberdade, arrebatando-lhe direitos, negando-lhe democracia.

Senhores deputados, o certo é que o político não deve pagar pelos problemas econômicos nem a Oposição ser despiste de crises. O MDB não pode ser transformado naquele cordeiro da fábula que era punido pelo fato de poluir a água que o lobo bebia, embora o cordeiro usasse a jusante do bebedouro do lobo. É que, contra as razões do lobo, nada se podia dizer.

Quem aplica o AI-5 não está sujeito a julgamento, não há instância acima dele. É a infalibilidade do homem, reunindo na sua onisciência poderes que só Deus dispõe.

Não, senhores, um Presidente há de ser um homem e não um Deus. Falível, insatisfeito, patriota, humano. Não fora assim não serviria para ser Presidente do Brasil.

"Há tantas verdades quantas são as contradições humanas". Por isso a Oposição possui também a sua verdade que se confunde com as verdades do povo. Por isso somos protesto e somos denúncia; somos vítimas da brutalidade e do arbítrio; somos anseios populares perseguidos; somos as instituições feridas; somos resistência à limitação do habeas corpus, à Justiça desgarantida, ao Parlamento sem imunidades. Somos o nacionalismo afrontado e o direito postergado. Somos luta e somos paz. Somos ação, porque somos voz e força populares.

Nossas bandeiras simbolizam as esperanças nacionais, mas temos a certeza de que Deus está sempre ao lado dos explorados e dos perseguidos, dos famintos e dos injustiçados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

N

socorrendo a todos que dignificam a vida pelo trabalho e pelo amor,
protegendo os que lutam pela Liberdade, pelo Desenvolvimento, pela
Justiça Social e pela Democracia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

N

17.

socorrendo a todos que dignificam a vida pelo trabalho e pelo amor,
protegendo os que lutam pela Liberdade, pelo Desenvolvimento, pela
Justiça Social e pela Democracia.

N

"O AI-5 é figura jurídica teratológica que ofende o Brasil de ontem, ferre e de hoje, compregoto e de amanhã. É ofensa frontal ao Judiciário que se desprestigia, passivamente, pela ação de arbítrio. É instrumento que habitua o governo a perder o respeito pela legalidade. Por isso é que se vê o governo defendendo com intransigência a irracional e regida de excepcionalidade e de arbítrio, como se a prepotência lhe desse seiva vital à alma.

É um estilo totalitário de comportamento político, como é um estilo perverso do desenvolvimento, quanto aos seus efeitos sociais.

Falta ao governo humildade suficiente para ~~reformular~~ reformular a filosofia de seu modelo de desenvolvimento, a fim de devolver ao país os seus direitos e ao povo o que lhe pertence".

[CONFIDENCIAL]

025442 06.10.76
PROTOCOLO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASÍLIA-DE 05 de OUTUBRO de 1976

INFORMAÇÃO N.º 1476 /S-102-A9-CIE

- 1. Assunto: ENCONTRO DO MDB - IBAITI/PR
- 2. Origem: 5a RM/DE
- 3. Difusão: AC/SNI
- 4. Difusão Anterior: -
- 5. Referência: -
- 6. Anexo: Cópia xerox da gravação dos discursos dos Dep Fed ALENCAR FURTADO e ÁLVARO DIAS

1. Realizou-se em IBAITI/PR, no dia 27 Jun 76, mais um Encontro do MDB, ao qual compareceu a cúpula estadual do Partido Opositor. Estiveram presentes EUCLIDES GERONIMO SCALCO, Presidente do Diretório Regional do MDB, Senador FRANCISCO LEITE CHAVES, Dep Fed JOSÉ ALENCAR FURTADO e ÁLVARO FERNANDES DIAS, Dep Est BENEDITO LÚCIO MACHADO, MAURÍCIO ROSLINDO FRUET e OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA e Presidentes de Diretório Municipal de cidades da região.

2. O Encontro teve relativa expressão, comparecendo um público de cerca de 200 pessoas que, todavia, não foi suficiente para lotar as dependências do Clube IPÊ, local da reunião.

3. Diversos oradores fizeram uso da palavra, merecendo destaque os pronunciamentos dos Dep Fed ALENCAR FURTADO e ÁLVARO DIAS, que são a seguir analisados:

a. Dep Fed ALENCAR FURTADO

Em discurso totalmente desvinculado da política municipal e mesmo da estadual, teceu pesadas críticas ao sistema brasileiro atual, merecendo citação as seguintes afirmativas:

- O Governo não respeita a integridade do cidadão. Prende injustamente e tortura. O Governo está acima da Lei.

- A Pátria sofre a impiedosa ação do arbítrio e os desvarios da prepotência.

- Não se entende que a constituição possa ser rasgada por um cidadão.

- O trabalhador não tem ninguém por si neste Governo.

CONTINUA...

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

Cont d. a INFORMAÇÃO n.º 1476, - / S-102 / A9 - CIE, de 05 Out 76 - 02-

- O Governo brasileiro, através dos pró-homens e dos figurões da República, está comprometido com as grandes corporações internacionais, que investem um cruzeiro e levam um milhão.

- Uma minoria ganha bilhões por mês enquanto o trabalhador não tem o que comer.

- Quem dirige a política do Governo nos setores principais são os grupos e corporações internacionais.

- Morreram nos últimos cinco anos um milhão e meio de crianças. Se fossem animais, o Governo tomaria providências. Mas são filhos do trabalhador do salário-mínimo.

- A corrupção no BRASIL não pode ser denunciada pela censura imposta à imprensa.

- A verdade é que o País vive à sombra da censura. Apesar de forte, o Governo é medroso, intimidado a verdade.

- Referindo-se ao escândalo do suborno da LOCKHEED que afetou o JAPÃO e a ITÁLIA, declarou que quando esteve nos EUA lhe disseram que os documentos relativos ao BRASIL eram secretos, por envolver al tos interesses do governo americano.

- A grande força da nacionalidade não são as Forças Armadas, são as forças populares que têm as melhores causas.

- O Dec Lei 477 prejudica o estudante.

- O MDB luta pelo trabalhador e quer que ele tenha Sindicato livre e autônomo e que tenha direito a reivindicar, para que o Chefe do Governo saiba que a fome está sofrida demais para ele. Mas não deixam, ou senão consentem, mal e mal, que determinados Sindicatos se reúnem para funcionar apenas paternalisticamente.

Verifica-se, pela violência das críticas, que o Dep ALENCAR FURTADO continua na linha de contestação ao regime instituído pela Revolução de 31 Mar 64.

b. Dep Fed ÁLVARO DIAS

Explorou os temas já conhecidos como custo-de-vida, corrupção e o que considera como os erros nos últimos 12 anos dos Governos Revolucionários. São suas as afirmativas abaixo:

- É mentira dizer-se que o MDB está preparado para assumir o

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

Lei da INFORMAÇÃO n.º 1476, - /S- 102 /A9 -CIE, de 05 Out 76 -03-

Governo. Quem não tem condições é a ARENA.

- O MDB tem 21 prefeitos no PARANÁ e nenhum processado por corrupção, enquanto que a ARENA tem 36 respondendo a processos.

- A eleição de 15 Nov tem uma importância que extrapola os limites do Município. Sua importância é nacional.

- O próprio Presidente definiu as próximas eleições como plebiscito. O povo não pode estar satisfeito com o regime atual, um regime antidemocrático, desumano e que marginaliza o povo.

- O Governo desrespeita a condição de ser humano do trabalhador. Concentra riquezas e distribui miséria à população brasileira.

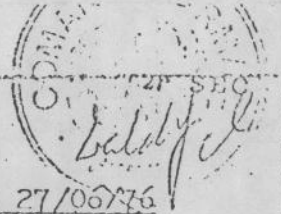
O discurso do Dep Fed ÁLVARO DIAS foi em tom menos violento do que o de outros pronunciamentos anteriores.



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

IBAITI



ENCONTRO EMEDEBISTA REALIZADO EM IBAITI NO DIA 27/06/76

Pronunciamento feito pelo DEPUTADO FEDERAL ALENCAR FURTADO.

Trabalhadores (inaudível); eminentes deputados estaduais; caros companheiros do diretório do MDB de IBAITI; prezados companheiros, presidentes de diretórios das cidades vizinhas; excelentíssimas senhoras:

- Nós somos, no dizer do evangelho, sal da terra. E se o sal perder a sua força, (inaudível) nos transferir-nos, e somos nós que não deixamos apodrecer o quadro político brasileiro. Somos nós que, acordamos o governo com a nossa crítica e com a nossa denúncia, e muita vez com a nossa colaboração como (inaudível). Saltamos da vida pública brasileira, porque cumprimos talvez a missão do sacrifício, Quero, como vocês, meus companheiros, quero que o meu filho tenha o melhor da vida. Quero, também, como você, meu companheiro de MDB, também quer, que o trabalhador, que o cidadão, que o homem brasileiro, seja dignificado, respeitado na sua dignidade. Não concebo e por isso combato, melhor dizendo, não concebemos e // por isso combatemos, governo que não respeita a integridade do cidadão, que prende injustamente, que tortura, porque, ninguém tem o direito de ser superior à Lei, ninguém é proprietário da nossa vida / ou da nossa integridade física, como querem ser.

Somos a oposição nos aproximando dos princípios ensinados por Deus aqui na Terra, porque não podemos conceber, numa Pátria // que nasceu com o signo da cruz, roubada ou (inaudível) no espírito cristão, sofra a impiedosa ação do arbítrio, sofra os desvairios da prepotência, aqui e ali; não podemos conceber governo que prende o cidadão, sem culpa formada ou sem ordem da autoridade competente; / não podemos conceber, governo acima da Lei; não podemos entender, que uma Constituição possa ser rasgada como um cidadão; que o governo possa sentenciá-lo, como homem; eu deputado, possa ser cassado, pela vontade de alguém; não posso conceber, que numa Pátria livre, ou que quer ser livre, não tenha a vontade do povo respeitada.

CONFIDENCIAL

1176, S-102-A - CE/76

Handwritten signature
FI 8

DISCURSO DO DEP FED ALENCAR FURTADO.....

Nós somos, como dizem, os pregadores brasileiros, nós somos um povo de Deus. E os seus eleitos também o são. Maior que a / força do povo, que o prestígio do povo, que a vontade do povo, sangue que luta à vontade de Deus, e mais que isso, somos a oposição, em defesa da dignidade do cidadão; somos a oposição, por venerar a liberdade. Não quero meu filho, nem você também, subjugado a ninguém. A dignidade, no entanto, está também, na sobrevivência. Somos um partido de fé, e de muita esperança. Somos preceitos de verdade. Peregrinamos, Brasil afora, contando coisas que o governo não gosta de ouvir. Temos uma defesa permanente, em favor do grande injustiçado, que é o trabalhador brasileiro.

Soube há poucos instantes, que também aqui, nesta região, existem centenas de milhares de (inaudível). Trabalhador que é nosso irmão, trabalhador que sempre atendeu politicamente e economicamente, trabalhador que não tem ninguém por ele neste governo. Este trabalhador tem a certeza, que o MDB está do seu lado. Ainda há poucos dias, o nosso brilhante deputado ALVARO DIAS, tomava uma iniciativa parlamentar em favor do (inaudível). Mas o clamor que se // tem levantado, em favor da área mais desprotegida da sociedade, que é exatamente a do trabalhador mais pobre, este clamor, não tem sido ouvido pelo governo.

Meus fraternos companheiros de IBAITI, e dos municípios / de (inaudível) : tenho, e permito-me alguma autoridade para denunciar determinados setores da vida nacional. Mergulhei no submundo / das grandes empresas internacionais que aqui nós temos. Passei nos (inaudível), fui ainda agora, ao exterior, em busca de / mais elementos, e porque esse esforço todo, porque essa investigação, porque essa busca? Porque, meus amigos, o governo brasileiro, através de pró-homens e figurões da República, se compromete, está comprometido, com as grandes corporações internacionais que atuam no Brasil, prejudicando, muitas vezes, o trabalhador, principalmente, empobrecendo a Nação todo dia, investindo no País, um cruzeiro e levando milhão; sangrando o organismo nacional, deixando-o à min

DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO..... fl. 3

guas; sei da corrupção e sei da fraude; sei quem está "mamando" e, desculpem a expressão, quem está sujeito também; sei de autoridades que estão comprometidas até a alma, e é por essas e outras que o desenvolvimento nacional é setorizado, dirigido para uma minoria apenas, que ganha bilhões por mês, enquanto milhões de trabalhadores não têm, tantos, muitas vezes o que comer. Eu digo com alguma autoridade que eu estou falando, porque, não sei se os senhores sabem, mas sofri muito por isso. Até minhas lindas noites e as da // minha família, mas no cumprimento do meu dever, esta investigação // prosseguirá. O governo me informou que eu tinha adotado um paliativo? para despistar. Existe, no que entendo dizer aos senhores, e existem interesses agrupados na economia brasileira, para que não // se faça justiça social neste País. Pois no instante em que se fizer justiça social aqui, o povo passará a ter mais poder aquisitivo, porque dele virá melhores condições de vida, mas no instante // em que o povo passar a ter melhores condições de vida, os grupos e econômicos passarão a ganhar menos. Quem dirige a política do governo, em três setores, pelo menos, nos setores principais, são grupos e corporações internacionais. Pode ser o assunto um tanto quanto enfadonho o que eu estou a tratar. Mas nós precisamos nos esclarecer mutuamente. Os senhores precisam saber um pouco da luta // dos representantes do povo, dos seus deputados, que muitas vezes, não veem a IBAITI ou a região, com mais frequência, porque estão a braços com problemas muito sérios desta vez, desta região, deste // Estado do País. Nós não temos imprensa para divulgação do que fazemos. Então, aproveitamos estes encontros para um diálogo franco, // sobre problemas brasileiros. Os senhores sabem, por exemplo, nos // últimos cinco anos, nos últimos cinco anos, morreram um milhão e // meio de crianças, de crianças, como é, o menor deve ser ou não cuidado; de difetéria, de desidratção. Um milhão e meio de crianças numa região, num (inadível), com um ano de idade. E eu disse // da mesa da Tribuna, que se tivessem sido animais? se tivessem sido bois; se tivessem sido porcos, o governo decretaria calamidade pú-

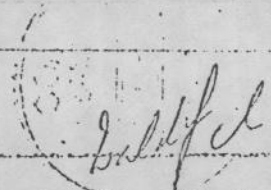
DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO..... fl. 4.

blica, e socorreria a região ofendida pela calamidade. Mas são crianças do Brasil pobre, são crianças do trabalhador do salário mínimo, são crianças desse Brasil que está sofrendo, socialmente, como nunca.

Ainda pesquisei um fato: numa Comissão de Inquérito, constituída na Câmara dos Deputados, o seu relator, um deputado da ARENA, teve que confessar no seu relato, uma verdade terrível; o Brasil possui vinte e cinco milhões de menores, carentes e abandonados. Vinte e cinco milhões de menores carentes e abandonados e treze milhões e meio de menor imperfeito. É uma realidade mundial terrível, e que se agrava todo dia, em razão das determinantes econômicas.

Quem tem em casa... e não tem religião, impõe estado de necessidade, rouba, muitas vezes; quem tem um filho doente e não tem condição de tratá-lo, muitas vezes procura a cena do crime por desespero. E os problemas econômicos se multiplicam e se agravam, de tal forma, que esta realidade brutal do código social, está oficialmente (inaudível) vinte e cinco milhões de menores carentes e abandonados.

Meus amigos, possuímos hoje, dez milhões de crianças excepcionais, ou sejam, crianças retardadas mentais. Dez milhões! Eu fiz um dia destes um artigo cuidadosamente, para dizer das doenças que afetam... das enfermidades que afetam o povo brasileiro, e como não tenho de memória os números, não lhes vou dar notícias por inteiro. Mas, concluía dizendo; que a maioria do povo brasileiro é enferma, a maioria do povo brasileiro é doente, e se o governo tivesse um pouco de humanidade no seu comportamento, teria que acudir esta Nação, no que ela tem de essencial em crise e carência. O homem doente, o governo tem obrigação de assistir. Não pode morrer à míngua ou então viver pela caridade pública, quando o governo existe para acudir a todos. Um homem com fome numa Pátria destas, num País de tantas potencialidades e riquezas, um homem com fome, ainda morrendo de fome no Brasil?! Só por incompetência governamental que // acontece.

DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO.....fl. 5.

Enquanto isso acontece com o homem brasileiro, apurávamos, no ano passado, que o trigo, por exemplo, que é comprado por monopólio, ou seja, apenas pelo governo, através da cadeia do Banco do Brasil, o trigo brasileiro, comprado nos Estados Unidos, nos três/últimos anos, pelo governo... muita corrupção, muita corrupção e-xistiu nessa operação. Pagavam com uma quantidade de trigo as despesas do nosso eleitorado e recebiam muito menos que a quantia paga, em verdade. O fato foi anunciado na Justiça dos Estados Unidos e foi por nós, encaminhado à Procuradoria Geral da República. Se / se fosse falar no processo de corrupção que existe no País, nós // nos sentiríamos muito a vontade, porque vivemos desgraçadamente, / sob censura ou sob alvo e censura na imprensa. E quando isto aconte-ce, principalmente, e quase sempre é nos registros autocráticos/ alvitrados por nós, faz-se muita coisa escondida, erradamente. E o povo não fica sabendo. Muita corrupção anda por aí, e não pode ser sequer publicada. MAURÍCIO FRUIT disse que eu passei trinta dias / no exterior a serviço do governo brasileiro. É verdade, e cheguei / na Sub-Comissão do Senado dos Estados Unidos, na qualidade de Pre-sidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) de Recursos Na-cionais naquela oportunidade, procurando elementos da investigação da economia latino-americana, eles tinham melhor dados do que nós / aqui, e enfocamos um caso que foi um escândalo no mundo, numa em-presa chamada "LOUVRE". Neste caso a autoridade do Japão e a auto-ridade da Itália foi identificada e denunciada, e ainda lí, esta / semana, no Japão ela teve problemas. Me disseram que o problema es-pecificado não afetava o Brasil, mas que não me podiam fornecer o documento, porque era considerado secreto, porque o governo norte-americano tinha interesses, e eram consideráveis. E eu disse: os / senhores não consideraram secreto o conto do vigário com o Japão e com a Itália, indenunciáveis e impubliáveis, os nomes e fatos de / um "bando" desse processo de corrupção; porque o caso do Brasil é se-creto? Como é que viram... porque é interesse do governo americano

DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO.....fl. 6.

em não considerar secreto a (inaudível).

Estão, por conseguinte, lá fora, no exterior, me desculpem minhas senhoras a expressão popular, estão, estão com muita gente com o "rabo preso" aqui no Brasil. Chantageando até, setores econômicos, acreditem; porque setenta por cento da indústria de transformação do País, pertence a empresas norte-americanas. A verdade, é que um País que vive à sombra da censura, e, a despeito de ser / um governo forte, é medroso, intimidado com a verdade. Quando o povo vive à sombra de um governo forte, intimidado com a verdade, não vive, por conseguinte, esclarecido, e vive prejudicado.

Até (inaudível) foi cometida, e meus colegas anunciaram; burlar a Lei nesta campanha, e porquê? A propaganda não diz, que o governo está fazendo tanta coisa? Porque não vem confrontar com os homens da oposição, o que ele faz e o que não faz, para que o / povo seja esclarecido? Na França, na pregação política da França, País civilizado, tem vindo religião sempre erradas; há verdade na / oposição, há verdade no governo e há verdade no povo. Isso sim, é certo, o povo que conclua, porque é muito difícil, eu (inaudível) eu vi, conversando; se fizéssemos um debate com homens do outro // partido, o esclarecimento seria mais fácil. Mas o governo se abstém dessa medida, , porque a verdade extraída da realidade brasileira, é muito impura e o povo já sentiu a grande verdade; que é decrescido, permanentemente, pelos representantes do governo. E é por essa razão, porque a realidade social é contra eles, e porque nós, homens do MDB o defenderos permanentemente, e não estou..., não apenas aqui, no Paraná, pelo Brasil afora, estamos convencidos, não apenas no crescimento formidável do MDB, mas na vitória implacável / que haverá em 15 de novembro.

E o outro lado, o outro lado está pessimista, o outro lado / está criando (inaudível), o outro lado está pensando nas previsões de Marte, com medo que o povo escute, ouça, as verdades dos / emedebistas. O outro lado está pedindo ao governo que se movimenta,



DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO.....fl. 7.

que saia do Palácio e corra por aí, fazendo promessas, muitas ve-//
zes para iludir. O govêrno está pobre, está enferrujado. Quando ele
em campanha, tomam um avião a sua custa, e vão (inaudível), não a
utilizam, não utilizam (inaudível) sólido fato.

Aqui a coisa é diferente, é um outro processo de corrupção,
porque, meus amigos, eu sou uma criatura, que muitos que já me co-//
nhecem, me inspiram e sentem, sabem que eu gosto de dizer as coisas
como elas são. Sou um pouco duro, no ferir, e por isso é tempo que/
me desculpe com alguém que não me conhece, estou falando tanto em /
corrupção, estou decantando o govêrno pelo nosso fazer, estou cha-//
mando o govêrno de corrupção, quase de impatriota, tudo isso, me //
desculpem os que não me conhecem, mas a verdade precisa ser dita, e
a verdade queima, é dura, doi às vezes, machuca também. O govêrno /
precisa ouvir verdades, e agora então quando não temos a decisão //
bem rápido, o povo tem que se multiplicar; como? Dizendo as verda-//
des inteiras.

Se eu estiver, para qualquer um dos senhores, se eu estiver
pondo em dúvida a sua convicção, com toda a franqueza, podem abor-//
dar-me, porque o nosso encontro de MDB é para nos esclarecer, prin-
cipalmente. O instante de campanha é para cerciar o govêrno. Temos/
que fazer isso e estamos fazendo, dizer essas verdades todas. O (i-
naudível) acabou de dizer, um argumento por sinal muito bom, na /
economia, para análise da economia brasileira; em verdade, criança/
quando nasce, já nasce bebê. Porque, meus amigos? Porque fracassou/
inteiramente, o chamado (inaudível) do mundo brasileiro? O Bra-
sil deve demais, não pode pagar.....(.trece..de..fita..).....

A Esso do Brasil, empresa chamada ESSO DO BRASIL, empresa/
Esso, investiu durante a vida inteira no Brasil, menos de dois mi-//
lhões de dólares. Já levou para o exterior, cerca de setenta milhões
nos últimos dez anos. Temos um levantamento de onze grandes empre-//
sas, que dizem que um País que consente que isto seja praticado, não
pode ter uma economia, só irá (inaudível). Que negócio é esse

DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO.....fl 8.

que se admite no Brasil, que se aplica um tostão e leva um milhão?/ Isso só acontece, porque, meus amigos do MDB? Porque isso acontece? Porque existe Ministro do governo, na direção das grandes empresas/ internacionais, aqui no Brasil.

Esta é a realidade, dura, crua, que o governo não gosta de/ ouvir. Mas os senhores precisam saber. Estamos com a economia fra-/ cassada e, desgraçadamente, o povo vai sofrer mais por isso. Desgra-/ çadamente, em cumprimento dessa (inaudível). Temos, quantas vezes, quantas e quantas vezes, gritado aos ouvidos poucos do governo, pa- ra que reformulem o comportamento, tenham que usar um pouco mais de humildade para dizerem que está errado e corrigir-se. Nada, intran- sigentemente custa. Por que? Porque o Sr. Ministro da Fazenda, por e- xemplo, pertence a direção de duas grandes empresas que foram im-// plantadas no Brasil.

Meus amigos do MDB, a economia brasileira está mal. A parte financeira está pior... Porque? Porque a inflação está aumentando, o dinheiro está desvalorizado, a média, nos últimos cinco anos, é que o seu cruzeiro, o nosso cruzeiro se desvaloriza e fim... e fim... De vinte em vinte dias, a nossa moeda está desvalorizada, mas o traba- lhador que ganha o salário fixo, salário de fome muita vez, como po- de suportar, se a moeda de vinte em vinte dias se desvaloriza; se a gasolina sobe quase que de sessenta em sessenta dias, agravando o / custo de vida; se a inflação está projetada para este ano em cin-// quenta por cento; se o automóvel pode ser aumentado de preço, como o automóvel, outros produtos da chamada (inaudível) de quarenta/ e cinco em quarenta e cinco dias, e o trabalhador só pode ser rea-// justado de trezentos e sessenta e cinco em trezentos e sessenta e / cinco dias; como é que ele pode suportar?

Está fria a economia nacional, pois então acredite, e não / vacilais, está péssima a finança nacional e conseqüentemente a fi-// nança popular, porque em parte se está acabando. E a política de se formentar todo o dinheiro, é para se (inaudível) senhores. Ao polí



DISCURSO DO DEP. FED. ALENCAR FURTADO.....fl. 9.

tico estrangeiro que vem com o dólar no bolso. À exportadores, na sua grande maioria, noventa e tantos por cento, estrangeiros, que não pagam apenas... trouxe benefícios apenas por essa desvalorização do cruzeiro, mas com isenção de imposto. Eles não pagam ICM // (Imposto de Circulação de Mercadorias), eles não pagam IPI (Imposto de Produtos Industrializados), eles estão com crédito fiscal, - / ainda ficam com crédito fiscal, todas as (inaudível) financeiras, mas o trabalhador que vai à venda ou ao mercado para comprar / um quilo de feijão ou de arroz, tem que pagar três vezes por preço diferente. Esta é a verdade brutal, da vida social brasileira, enquanto aqueles que tem demais, gozam então de isenção e de favores em demasia, aqueles que tem de menos, apenas sofrem.

Precisa haver uma solução, pelo menos um pouco mais de esperança e, nos desculpem dizer, mas sentimos, que é o MDB, a grande esperança nacional. Nós somos otimistas ainda (inaudível) porque falamos por ele, a verdade dele, e é por isso que, graças a Deus, o povo vai consagrar esses formidáveis companheiros do MDB, que se lançam na luta municipal, como candidatos a vereadores, a vice-prefeitos e a prefeitos, dizendo que a bandeira do povo, nas mãos do mestre do povo, ninguém pode deixar de consagrar, e o governo há / de respeitar essa vontade popular.

Na história deste País, em nenhum instante houve ainda, nenhum pleito que fosse respeitado pelo governo. Fazemos justiça nesse ponto a ele. Todos os pleitos foram respeitados, e é por isso // que acho ridículo, exagerado. Quantas vezes nas nossas campanhas / anteriores, estas brilhantes de deputados que aqui se encontram, // quantas vezes nós todos, sabíamos, no ouvir dizer dos adversários: - não adianta votar no candidato do MDB porque não toma posse, porque é comunista, porque é isso, porque é aquilo. Essa balela, é cantada e decantada por aí. Mas fazemos justiça ao governo neste particular. Nenhum pleito neste País foi desrespeitado até hoje.

A grande força da nacionalidade, não são as Forças Armadas /



apenas não. São as forças populares que têm as melhores causas e as grandes potências neste País. Que o governo a despreze, no mínimo há de respeitar, há de se curvar à vontade natural.

Estou, como sempre, sumamente satisfeito, em uma vez mais // comparecer, porque temos ou devemos, parte do nosso mandato a esta representação que guarda nesse povo. Temos, nos acreditem, temos feito de tudo para cumprir com o nosso dever. Temos dado o que temos, da nossa capacidade. Optados, escolhemos definitivamente a vida pública; e por isso, estamos a ela desvelados e dedicados. Se mais não podemos fazer, é porque não temos condições para tanto. // Mas tenham os senhores a certeza, de que, esta representação do // MDB, não tem outra meta, senão servir as causas populares deste Paraná. Podemos subir para palanques, atender convites de universitários deste País ou deste Paraná, para com eles discutirmos problemas. Vamos de cabeça erguida. O estudante sabe que ele só tem defensor nos homens do MDB. Os da ARENA estão com faca e cassetete / em cima deles.

Dignos militares, esta geração de estudantes jovens deste País, vive sofrendo. O governo está prejudicando este País demais, // deixando de lhes dar, uma geração de jovens. O estudante sabe, e / não foi talvez (acredito que tenha sido por isso) que do ano passado para cá, cinquenta (inaudível) universitários do Brasil. O estudante sabe que esta gente brilhante do MDB, está do seu lado, está..., que nenhum deputado da ARENA, nem Senador, em nenhum dia, um minuto sequer, de dizer que é contra o 774 e o 77 que prejudica o estudante. O trabalhador sabe que a nossa luta é por ele. Sabe / que queremos que ele tenha Sindicato livre e autônomo; que tenha / direito a reivindicar, para que o Chefe do Governo saiba que a fome está sofrida demais para ele. Mas não deixam, ou senão, consentem, mal e mal, que determinados sindicatos se reúnam, para funcionar apenas paternalisticamente. Ele sabe, ele sabe, o trabalhador, que / é o MDB que está ao lado dele. Não apenas hoje, aqui, nessa conversa, mas em todos os instantes da vida pública parlamentar que tem /

CONFIDENCIAL

DISCURSO DO DEP. FED. ALBERTO FERREIRO.....

mos dito (inaudível) do País.

Se não temos exceção, nas várias gamas sociais, não temos exceção porque a defesa é permanente. E temos... é preciso perseguí-la, temos que saber todos os dias, todos. Temos esses companheiros/degolados, cassados, perdem o mandato. Por que? - Porque ousam defender o povo mal (inaudível) de Justiça. Mas muitos soldados pelo caminho, mas, a cada marco da história de todos os povos, a cada marco que se cria, se multiplicam de admiração na população, germinando, idealizando-ares, e é por isso que o MDB se multiplica tão, sabendo disso, do seu martírio, do seu apostolado, do seu sofrimento, dos seus cassados, do seu Pilatos, da sua gente que se confunde com o sofrimento popular desse País.

Minha gente, nós também ousamos ser defensores. Não é tranquilo, um pobre deputado defender o povo. Muita vez é chamado de subversivo, porque defende, você que está aí pisado; você que está // preso e não tem ninguém para falar por você; porque defende esta injustiça que anda aí no Poder Judicial; porque condena esta economia que está aí desgraçando populações e que esmaga (inaudível) de promessas.

Nós optamos ser deputados, é dito que é um direito, eu vou usar aqui; ser deputado vigilante. Os senhores sabem e quem souber / (inaudível); todas as lideranças foram arrebatadas. Mas é preciso que se crie essa consciência do dever e da solidariedade. Mas ficou um pouco de nós que existe hoje, é que somos homens que defendemos o Brasil, nos envolvendo, na fé cristã, que forma a nossa alma, na Bandeira desta Pátria que estremecemos, porque queremos bem mais. Mas só poderemos querer bem ao Brasil, defendendo, principalmente, a sua gente e os trabalhadores, direito.

.....|.....



CONFIDENCIAL

ABR 77

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

A Oposição, nesta Casa, vem falar à Nação para
vi-la.

O Presidente da República, tornando-se senhor
luto dos rumos políticos do Brasil, cerrou as portas do Congresso
cional, decretando-lhe o recesso, a pretexto da implantação de
precária reforma judiciária, promovendo, entretanto, onze outras,
ra afastar o povo das decisões do seu destino.

Apontemo-las todas, nos seus 12 itens. Registr
las, nos seus 12 pontos. Pontos de honra dos iluminados pela sa
cia divina...

Eis a Lei das XII Tábuas do paganismo injuri
do governo, que após dias de jejum político do Legislativo afixou
Sinai da vida pública brasileira:

- I - Eleições indiretas dos futuros governadores, a
tir de 1978;
- II - Eleição indireta de um terço dos senadores;
- III - Ampliação do Colégio Eleitoral, de forma a in
vereadores;
- IV - Sublegenda para o terço do Senado a ser eleito
processo direto;
- V - Dois suplentes para cada senador e dois depu
para cada Território;

VI - Extensão da Lei Falcão a todos os pleitos, incluindo os pleitos parlamentares;

VII - Coincidência de mandatos em 1982, através do mandato-tampão dos prefeitos e vereadores eleitos em 1980;

VIII - Quorum de maioria absoluta para proposta de emenda constitucional;

IX - Reforma judiciária, nos termos do projeto originário do Executivo;

X - Fixa novos prazos de inelegibilidade;

XI - Contingente populacional e não eleitoral para a composição da Câmara dos Deputados, fixando um limite de 420 deputados;

XII - Aumento para seis anos do mandato do Presidente da República.

Foram essas as medidas principais, ditatorialmente impostas à nossa vida constitucional.

Ensinava Pio XII que "não vive dignamente o cidadão que só pode pensar e agir dentro das normas que lhe impõe o Estado Opressor".

Vivemos um instante de afirmação. A Oposição não pode ser neutra. Entre a verdade e o erro, entre o bem e o mal, não há neutralidade possível. A neutralidade confunde-se com a indiferença. A indiferença é omissão ou acumpliciamento, impossível de ocorrer quando os princípios básicos da Democracia estão abalados ou sendo destruídos.

Democracia não se faz pela vontade de um homem, por mais iluminado ou messiânico que seja, mas pela manifestação soberana de um povo. Ela existe quando as instituições funcionam

acordes com os princípios que regem a formação cultural da nacionalidade.

As lideranças civis e militares, que promoveram o Movimento de 64, proclamaram na época os seus objetivos que se resumiam: na independência dos poderes acessados por pressões ilegítimas; no respeito à intangibilidade da Constituição Federal e na erradicação da corrupção e da subversão.

Como é difícil - diz Rui - cumprir o dever público nesses tempos. Triste soledade moral a desta época, em que elementos noutras eras sócios irresistíveis das grandes causas, bramam hoje contra elas, transviados e domados pelas mãos do poder.

Ao que consta, o Sr. Presidente da República não é a Nação, não tem poderes divinos, nem goza de soberania. É, contudo, no Brasil do AI-5, representante do arbítrio, e por isso, impõe. Outorga-se em poder constituinte e por isso incrusta na Constituição também imposta, normas e medidas do seu império.

Representa o Executivo, centralizadamente, legisla pelo Legislativo, majoritariamente e julga pelo Judiciário, discricionariamente.

E ainda se diz, com desrazão gritante, serem Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Eis uma grosseira ironia constitucional, ensinada desde as aulas de Moral e Cívica às lições das universidades.

A violência enxerta na Constituição normas proibidas. O Legislativo, impotente e humilhado, sofre a autoflagelação de ver os Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados como parceiros do arbítrio, na elaboração das medidas impostas. Antes

não tivessem ascendido aos cargos, que perder a postura de chefe de um Poder, para que a Nação não veja os espasmos do medo deformando homens e cultivando escravos.

As ditaduras foram instituídas pelos romanos por um período não superior a seis meses e destinavam-se a enfrentar uma situação excepcional que os meios normais não podiam resolver.

O escrúpulo dos ditadores determinava que, cessado o motivo da excepcionalidade, fossem devolvidos os seus poderes. E foi assim que Cincinnatus fez-se ditador por quinze dias e Servilius por uma semana. Oh tēpora, oh mores!

No Brasil, vitoriosa a Revolução de 30, o povo entendeu que passado um ano de ditadura, já era tempo suficiente para o cumprimento das promessas consubstanciadas no programa da Aliança Liberal, e se o Rio Grande do Sul clamou impávido pela normalidade, foi São Paulo que, em defesa da Constituição, fez a Revolução de 32.

Destarte, foi através de duas revoluções, batismo de amor à legalidade constitucional, que a Nação conquistou a justiça eleitoral e o direito de eleger, pelo voto universal, direto e secreto, os parlamentares, os prefeitos, os governadores e o Presidente da República.

O sacrifício de tantos tem sido esquecido, o heroísmo anônimo, desperdiçado. Ontem, era o Estado Novo, hoje, o Estado Novíssimo, e os idealistas que fazem a História, nas ruas, na imprensa, nos quartéis, nas igrejas, nas escolas, nas revoluções, nas fábricas, nos campos ou nos parlamentos, sofrendo a revolta santa dos que se sentem injustiçados com prisões iníquas, censura discriminatória, salário vil e com a falta de liberdade e democracia que asfixia este País.

Já se vão mais de 13 anos do Movimento de Março de 64 e a Constituição Federal vive à mercê dos Ato Institucional e a segurança individual ao sabor do arbítrio. Poderes, acusações por pressões ilegítimas; a violência, fazendo praça ou fazendo escola; a incompetência, recebendo comendas e crachás; a corrupção, conquistando governos e o radicalismo oficial opondo veto à democratização do País.

Já 13 anos são passados, e a despeito dos princípios justificadores do Movimento de Março e das reiteradas promessas dos seus governos, o voto universal, direto e secreto, continua sendo fraudado, a critério das conveniências dos poderosos do dia.

Desfiguraram, uma vez mais, a Constituição. Deformaram-na para derrotar o povo que mesmo deseso de escolher o Presidente da República e os prefeitos das capitais já se aprestava para os prêmios eleitorais dos Estados. Foi ele proibido de votar, de eleger, de participar.

Um grupo que se constituiu em donatário do Brasil impõe a sua vontade discricionária; molda as instituições à sua maneira; rasga postulados constitucionais permanentes por motivos domésticos ou grupais; fecha o Congresso para tais abusos praticar; legisla sem Legislativo, num ato de força com finalidade eleitoral, fatos de suma gravidade que a Nação, pelo que sofre, jamais esquecerá.

Desgraçadamente, a permanecer essa constante violação à legalidade, o povo passará a crer no arbítrio e não na Constituição, na força e não na lei.

"Mas sem essa crença na lei não há pátria. A pátria é a lei humanada nos corações dos que a servem. A pátria é esfera divina da consciência e da palavra livre. Onde a palavra se amordaça, onde a consciência se retrai comprimida, a pátria é o exílio profanado

e sem recurso, sob o regime abominável da força".

Assim bradava Rui Barbosa, cuja cadeira no Senado será ocupada, dentro em pouco, por senador sem voto e sem povo, que nem o Estado representa, senão o visgo pegajoso da servilidade.

Não, não será senador aquele que for eleito, indiretamente, por colégios eleitorais pré-fabricados.

Na cadeira de Rui não pode sentar-se um picareta da República. Na cadeira de Rui senta-se um Brossard, um Marcos Freire, um Teotônio Vilela, que, como tantas, outros dignificam a vida política do Brasil.

As chamadas reformas políticas não foram feitas para o Brasil, mas para a sobrevivência eleitoral do grupo dominante, em desproveito nacional.

As eleições a bico de pena eram menos ilegítimas e mesmo assim causaram a Revolução de 30.

Infeliz é um povo sem Constituição ou contando com uma Constituição em que ninguém acredita.

Quem menospreza a Constituição, ilaqueando a befê nacional, para, em causa própria, legislar, afronta o povo e predica o País.

É, porém, tamanha a irracionalidade de comportamento, que pisoteiam direitos, arrebatam garantias individuais, violam preceitos constitucionais, parecendo até despojos de guerra de país vencido, na disputa bárbara dos iconoclastas.

Em verdade, o governo tem abusado no afrontar o povo, um desdém permanente à democracia.

Contristamo-nos em ver o Sr. Presidente da República de costas para a Nação, legislando contra ela, afastando cada

mais o povo das decisões nacionais.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 pa-
ra regredirmos, institucionalmente, aos idos de 1937?

Foi feito, porventura, para promover os Leon Peres
de vários Estados que pontificam pela corrupção?

Porventura foi feito para premiar o servilismo e
deseducar politicamente o povo?

Quando da última eleição direta para Presidente da
República, um jovem de 17 anos hoje estará com 34, sem nunca ter vota-
do em candidato à presidência do seu País.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 pa-
ra banir o povo da escolha dos seus governantes?

E a desvalia e a desventura a que foram arrastados
o Legislativo e o Judiciário, de que serviram? Para mero desprestígio
das instituições nacionais?

E as prisões, os exílios, as cassações, as suspen-
sões de direitos políticos teriam sido gerados pelo desforço, pela vin-
dita, pela perseguição?

Porventura a intranquilidade e o sofrimento da Na-
ção inteira foram em vão?

Não cremos que o Movimento de 1964 tenha sido fei-
to para sepultar as esperanças democráticas, nem para renegar a memó-
ria dos idealistas que, com sacrifícios inenarráveis, até sangue dex-
aram, dentro e fora do Brasil, pela Democracia e pela Liberdade.

A História do Brasil jamais ungiu-se em ódio; é to-
da de grandeza feita, na generosidade ou na bravura, no perdão ou no
amor. É magnífica a tradição libertária do povo. O civismo das lutas
pela Independência é indelével na memória Nacional. Eis que estão

mais o povo das decisões nacionais.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 pa-
ra regressarmos, institucionalmente, aos idos de 30?

Foi feito, porventura, para promover os Leões Seres
de vários Estados que pontificam pela corrupção?

Porventura foi feito para premiar o servilismo e
deseducar politicamente o povo?

Quando da última eleição direta para Presidente da
República, um jovem de 17 anos hoje estará com 34, sem nunca ter vota-
do em candidato à presidência do seu País.

Porventura foi feito o Movimento de Março de 64 pa-
ra banir o povo da escolha dos seus governantes?

E a desvalia e a desventura a que foram arrastados
o Legislativo e o Judiciário, de que serviram? Para mero desprestígio
das instituições nacionais?

E as prisões, os exílios, as cassações, as suspen-
sões de direitos políticos teriam sido gerados pelo desforço, pela vin-
dita, pela perseguição?

Porventura a intranquilidade e o sofrimento da Na-
ção inteira foram em vão?

Não cremos que o Movimento de 1964 tenha sido fei-
to para sepultar as esperanças democráticas, nem para renegar a memó-
ria dos idealistas que, com sacrifícios inenarráveis, até sangue dar-
ramaram, dentro e fora do Brasil, pela Democracia e pela Liberdade.

A História do Brasil jamais ungiu-se em ódio; é to-
da de grandeza feita, na generosidade ou na bravura, no perdão ou no
amor. É magnífica a tradição libertária do povo. O civismo das lutas
pela Independência é indelével na memória Nacional. Eis que estão

vivos os Embabas, os Mascates, os Inconfidentes, os Farrapos e os Confederados do Equador.

A nossa vocação de homens livres vem das entranhas do Brasil indígena, com Tibiriçá em São Paulo, com Araribóia na Guanabara, com Taparica na Bahia, com Sepé Tiaraju no Rio Grande, com o legendário Ajuricaba, cacique dos manaus, inimigo dos lusitanos dominadores, que ao ser algemado por eles atira-se com algemas e correntes às águas do Rio Negro, preferindo a morte à escravidão.

Ninguém tem o poder de tripudiar sobre um povo assim, que desde as origens telúricas da raça jamais abdicou do seu direito e da sua liberdade.

As revoluções de 22, de 24, de 30, de 32, de 45 e de 64 adquiriram sentido histórico pelas proclamações de respeito às liberdades públicas, ao aperfeiçoamento das instituições e às conquistas democráticas. Esquecê-las seria injúria cívica às figuras lendárias dos Eduardo Gomes, dos Juarez Távora, dos Siqueira Campos, dos Mascarenhas de Moraes, dos Tiradentes ou dos Frei Caneca, exemplos de fecundas lutas pela liberdade e pelo povo.

E o heroísmo dos pracinhas da FEB nos embates da guerra, que entenderam ser preferível morrer pelas democracias a viver sob ditaduras! Muitos repousam no Cemitério de Pistóia; vários, exibem lesões que são troféus de guerra; alguns, honram este Parlamento. Porventura foram feridos, arriscaram a vida ou morreram à-toa? Não. O patriotismo é coisa sagrada que não permite ser desdenhado por ninguém. E os filhos do povo, que morreram pela pátria, com a mesma dignidade sabem viver por ela.

A Nação não contracena com os atores e figurantes das autocracias senão para condená-los, e a contrafação democrática em que nos encontramos escarnece o ontem e o amanhã deste País.

Quase tudo piorou. Ao invés do regime da lei é a da excepcionalidade que nos rege, e se olharmos a vida dura do trabalhador, vê-lo-emos todo desdita e sofrimento. As instituições estão em colapso. A moral desgarrou-se do direito, não vivendo, entre nós, em círculos concêntricos, como queria Ihering. A lei caiu de majestade. Tem sido feita até para servir a alguns e a outros jugular.

Pregava Pio XII, numa de suas mensagens de Natal, que "não vive dignamente o conjunto de pessoas submetidas sem apelo a uma ordem jurídica em contraste com a ordem social e ética. Deus não quer — prossegue o Pontífice — que se conduzam os homens como se fossem sem rebanhos, como uma massa sem alma".

A lei não pode ser opróbrio, nem a Constituição um édito partidário. Ambas têm de retratar a Nação nos seus sonhos e nos seus problemas, simbolizando os padrões da decência jurídica de um povo.

O prestígio das instituições está nos serviços que prestem à Nação e no respeito que dispensem ao povo. A Nação inteira se ergue condenando o governo que tenta submetê-la pelo arbítrio ou pela força, mas a História, pelo seu fadário, registrará que as reservas morais e cívicas da nacionalidade não temem a prepotência.

Certo é que a vigência desses atos em exame terá, não diremos a duração das rosas de Malherbe, porém, no máximo, a duração e o desprestígio de um fim de governo.

Liderança sem coerência é repudiada; pregação sem ideal é um engodo; ordem sem nobreza, amesquinha-se e governos que desprezam o seu povo para servir a grupos caem, inapelavelmente no descrédito popular.

Já se disse que quando se emprega a força é

difícil construir até um engenho, quanto mais um país e que as desculpas para um regime antidemocrático estão esgotadas, pela repulsa do Brasil de ser tutelado.

Há o suicídio da razão na técnica do Estado absoluto quando em contato com o povo. Adula-o e despreza-o, justamente por temê-lo. E é bem por isso que a possessividade autocrática secciona, intermitentemente, os caminhos da democracia.

Na dogmatização do Estado brasileiro atual, a força é a sua mística, enquanto a Liberdade e o Direito se alquebram aguçados pelo terror oficial.

Com a autoridade sobeja e fina ironia Winston Churchill rechaça os pregoeiros da Nova Ordem, exclamando: "A democracia é a pior de todas as formas imagináveis de governo, com exceção de todas as demais que já se experimentaram".

Hão de ser permanentes os embates com o obscurantismo, para que não se aprofunde a desilusão nacional, vendo desbaratado um futuro conquistado a golpes de bravura e de trabalho.

Adverte, sabiamente, Jacques Maritain que será necessária toda a história humana para levar, até o fim, a conquista da liberdade.

A força das ditaduras são as armas, a força da democracia é a liberdade. Uma, brutalizando a vida; outra, libertando o homem. Uma aproximando-o das feras; a outra, aproximando-o de Deus.

É que as ditaduras precisam ter a força ao lado de si, enquanto as democracias têm a força dentro de si. Condenamos, assim, todo o tipo de ditadura, simplesmente porque professamos o credo democrático.

A distância que medeia os extremos não é grande. Às vezes é uma "cortina de ferro", outras, uma "cortina de bambu" ou então um muro ou uma "muralla" antiga.

É que os extremos, por vezes, se tocam, se alinham, se estimulam ou se sustentam. A repressão fica excitada com o terrorismo que a estimula, enquanto o terrorismo se alimenta da repressão que o valoriza.

O Chile de Pinochet, repudiado pelos democratas do mundo, jamais deixou de receber o auxílio externo da China comunista. O essencial para eles é a manutenção do poder.

Em cada trabalhador esclarecido e que lhes faça oposição, vêem um inimigo do regime; em cada jovem que não esteja no partido, enxergam um subversivo; em cada movimento de opinião constata-se emanações impatrióticas ou estímulo à guerra revolucionária. Falam de novos conceitos de liberdade como de novos conceitos de democracia, o que é uma forma de negar a liberdade e a democracia.

A Oposição brasileira tem sido o alvo da intolerância e do radicalismo. É cassada, é punida, é banida porque acredita na democracia. Sacrificam-na, por defender a democracia, e, numa bela coerência de atitudes e de princípios, prefere a democracia sem participar do poder, a participar de um poder antidemocrático.

Entende a Oposição que o valor básico da vida social e política é a pessoa humana e não o Estado, e o povo é o fundamento, o sujeito e o fim de todas as instituições e de todas as medidas econômicas, sociais e políticas.

Quando reivindica pão e respeito à dignidade humana, o faz como um apelo aos valores permanentes da sociedade que também se encontram nos governos.

À sua vez, a liberdade é um bem inalienável. As ações de Estado não podem substituí-la sem o nosso protesto, até por que ceder a liberdade é pior do que perdê-la.

O Governo trucidou os princípios democráticos, numa tragédia política abismal e altera a Constituição na sua essência. Nós juramos que todo o poder emanaria do povo e em seu nome seria exercido. Vemos, contudo, que o poder tem emanado de um homem com a importância olímpica de Zeus.

É a força sobranceira, subjugando a vontade popular. É o arrivismo triunfante, martirizando um povo que não tem pão, nem liberdade, nem horizontes políticos de vida. Há, em verdade, uma frustração nacional. A desesperança assaltou mentes e corações e o sonho de um Brasil livre está se transformando num grande pesadelo.

As multidões estão frustradas porque banidas de participar. Mas o povo só transitoriamente deixou de ser a fonte do poder. O malogro político e econômico desses treze anos não pode durar.

Não cremos nas usurpações da força, mas nos desígnios de Deus e na grandeza do povo. Por isso acreditamos, para breve, numa constituinte democrática para a restauração da dignidade jurídica do País.

A Oposição conduz em suas mãos as bandeiras do povo. As frustrações populares são frustrações suas; os seus clamores, ela representa. Honramo-nos por encarnar a Nação golpeada de provas. Nós nos imporemos pelo convencimento, não faremos como os que dilaceram para impor-se. Carregamos a fé das minorias abraâmicas, de que nos fala o Pastor. Defendemos os valores políticos e morais do povo, retratados nos princípios eternos da liberdade e da democracia,

não havendo privilégio maior que o de falar pela Nação livre.

O MSB é hoje um grande partido. As provas o têm recuperado. O sofrimento, deu-lhe unidade, a determinação de luta, deu-lhe mais grandeza.

Vivemos talvez, o melhor instante da nossa vida partidária, pelo devotado idealismo dos nossos companheiros, a serviço do Brasil.

Temos programa, temos princípios, temos povo e temos fé. Por isso a nossa resistência democrática, com a graça de Deus será a dos cristãos nas catacumbas.

C. 712

PARA DOS DEPUTADOS
TAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

10.05.1977

Nº 62-3/1

O SR ALENCAR FURTADO (MDB - PR. Sem revisão do

orador) -- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a infringência à lei tem adquirido, entre nós, habitualmente e, por isso mesmo, se multiplica. Pena é que no campo da corrupção as sanções também não incidam com ^{a mesma} a frequência com que no campo político, ~~as~~ ~~tem~~ ~~havido~~. Escândalos se ~~multiplicam~~ multiplicam todos os dias.

Os jornais e os parlamentares os denunciam, e a impunidade ergue bandeira, que entendemos a ~~meio~~ meio pau, porque entristece este País. [No campo da ilegalidade, as lesões são em demasia. Ontem, por decreto, se alterava a Constituição; por ~~portaria~~ portaria, Ministros da área econômica têm legislado, derrogando princípios constitucionais. [Hoje, por circular, o Sr. Ministro da Justiça revoga um postulado constitucional.]

É que, Sr. Presidente, o art. 153 da Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos ~~o~~ seguinte:

312 } "§ 27. Todos podem reunir-se sem
28 } armas, não intervindo a autoridade senão
para manter a ordem ..."

... ~~com que autoridade o Sr. M...~~
... ~~revoque a f. 29 da Co...~~

C. 713

Ora, Sr. Presidente, com que autoridade o Sr. Ministro da Justiça, através de circular, revoga o § ²⁷/~~29~~ da Constituição do Brasil? Estabeleceu-se o caos jurídico-institucional; degradada ficou a Constituição, porque ofendida por um ato que a afronta em demasia. Proibir a reunião que a Constituição assegura é um atentado, transformando-se, nos termos dela própria, num delito. Tudo isto em razão de uma manifestação estudantil que protestava por coisas suas e reclamava por coisa do Brasil.

Sr. Presidente, diz o Ministro que reunir-se para protestar é proibido. Não é proibido, no entanto, reunir-se para louvar, o que tem acontecido com frequência em várias cidades do Brasil.

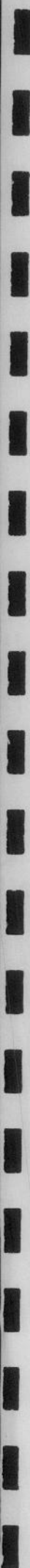
É extremamente séria esta situação, porque os jornais de domingo ainda historiavam que cerca de 10 mil trabalhadores do ABC, de São Paulo, estão desempregados. Esses 10 mil desempregados com certeza não poderão reunir-se para pedir emprego, para protestar contra essa política econômico-social que está destruindo orçamentos e lares, trazendo o desemprego para o País.

Pode haver reuniões para louvação, mas não para reclamar, para clamar ou para protestar. [Não somos um País lanigerado; somos 110 milhões de criaturas que pensam, que querem ser cidadãos brasileiros, com direitos assegurados pela Constituição.

O MDB, neste instante, lavra o seu protesto mais veemente contra essa arbitrariedade praticada através de uma circular e que fere de morte um postulado constitucional que o Governo deveria

C. 711/720 ff

ser o primeiro a respeitar. Se o Governo quer ordem, faça com que a lei seja por ele cumprida, respeitando o postulado ordenado na Constituição. A paz deste País existe, primeiro, quando o Governo assegura tranqüilidade ao povo. Não pode haver tranqüilidade quando o próprio Governo estabelece a insegurança, descumprindo, desprestigiando ~~o próprio~~ a própria Constituição. O protesto do MDB fica lavrado. A História se encarregará de julgar este Governo. (Palmas prolongadas.)



CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência de São Paulo



INFORMAÇÃO Nº 2793 /115/77-ASP/SNI

Data : 27 de maio de 1977
Assunto : CAMPANHA CONTESTATÓRIA DO MDB
Referência : PB nº 057/15/AC/77, de 06 Mai
Difusão : AC/SNI

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
012336 30.5.77
PROTOCOLO

1. Na Assembléia Legislativa não houve, na semana em curso, críticas dos parlamentares paulistas à reforma, ao regime ou à Revolução de 64.
2. O Senador TEOTÔNIO VILELA, porém, que esteve em reunião com os estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto na semana passada, afirmou o seguinte:

"A Nação já está em Assembléia Constituinte e garantiu que, desde o momento em que passamos a prescindir do império da lei, houve distanciamento entre o Estado e a Sociedade Civil".

3. Igualmente, o Deputado Federal emedebista ALENCAR FURTADO, em palestra pronunciada ontem, 26 Mai, aos estudantes de Medicina de Ribeirão Preto, disse, entre outras coisas, o seguinte:

"O Governo, apavorado com o povo, preocupou-se em mudar as regras do jogo, montando um processo artificial que não convenceu sequer a setores do próprio Governo. Ao que parece, o feitiço recairá sobre o feiticeiro, porque a despeito das grilagens político-eleitorais, feitas por meio de decretos excepcionais, à guisa do senador indireto, mesmo assim o Governo está preocupado com a possibilidade de o MDB eleger a maioria do Senado e da Câmara dos Deputados. Não creio em medidas antipovo, e o Governo, a cada dia, de costas para o povo, acaba ficando contra esse povo. É o que está acontecendo".

POSSUI PESSOA QUE...
SERVIDOR DO...
RESPONSABILIDADE...
DE SEU... (R.S.S)

—O—O—O—
A Revolução de 64 é irreversível e
consolidará a democracia no Brasil.

30.05.77

C-919

CAMARA DOS DEPUTADOS

O SR. ALENCAR FURTADO (MDB-PR.) Como líder Pronuncia o seguinte discurso :-

Sr. Presidente, Srs. Deputados,

A instabilidade da nossa vida pública decorre da fragilidade das instituições políticas. Urge, portanto, aperfeiçoá-las e consolidá-las, para que aos açoites da violência ou do radicalismo não ^{as} definham, ^{nem as façam sucumbir.} ~~ou sucumbam.~~

Os interesses políticos ou econômicos entrechocam-se amiúde. As intrigas armam tramas diabólicas. Os embates fazem a Nação sofrer, tanto pelo ódio que corrói, como pelas esperanças que se estiolam.

A par disso, os dramas sociais e econômicos estre-mecem o País, que necessita de todos para enfrentar as dificuldades que se multiplicam.

O certo é que é noite. As instituições tateiam à falta de luz, e a robustez da excepcionalidade brutaliza as tentativas democráticas.

Travamos, no entanto, o bom combate contra o obscurantismo, de mãos dadas com o povo e as instituições nacionais, em prol da Liberdade e da Democracia.

Por isso ^{conclamamos:} ~~conclamamos:~~ aplaque-se a temerariedade. Contenha-se a radicalização. Refreie-se a intemperança. Briede-se a intriga. Afaste-se a intolerância. Congracemo-nos com a compreensão e a transigência, respeitando todos a cada um e sobretudo amando a Casa parlamentar que nos abriga.

Que o Brasil volte a ser a Nação que sempre

C-920

CÂMARA DOS DEPUTADOS

2.

sonhamos: austera no trabalho, mas descontraída na convivência; com penetrada, mas jovial; como convém a um povo que confia no futuro e que se dispõe a construir uma civilização aberta e acolhedora onde não haja discriminação, nem graves divisões entre irmãos, onde caibam todos e ainda reste espaço.

Por vezes, o sonho que sonhamos vira pesadelo. Agora mesmo estamos polarizados diante do episódio vivido pelo Deputado Marcos Tito, o qual há de merecer a reflexão desapassionada dos seus pares. É que este colega foi acusado de ter pronunciado um discurso que reproduz trechos de um manifesto inserido no jornal "Voz Operária", do Partido Comunista Brasileiro.

Inopinada e surpreendentemente, o Deputado Marcos Tito viu-se colocado num vórtice incômodo, alvo de várias conjecturas, objeto de múltiplas especulações e o seu nome, o seu conceito, o seu destino pesando nos braços da opinião pública, que se extrema ou se comove compreendendo ou criticando o seu proceder.

Asseverou-nos a sua inocência. Fora vítima de uma armadilha a que está sujeito qualquer um dos Srs. Deputados, assobado com o volume de trabalho e solicitado por uma avalanche de obrigações. Recebeu, elaborado, um discurso sobre o atual momento político brasileiro. Não poderia perceber na adjectivação e na tempera das idéias nele contidas, a sua origem clandestina. Resolveu pronunciá-lo da tribuna da Câmara dos Deputados. E nas azáfamas da vida oposicionista, as colaborações que chegam tornam-se preciosas. E é por isso mesmo que cerca de 80% dos discursos proferidos nesta Casa não são da lavra do próprio Deputado, fato que não deve causar espanto porque, em regra, o próprio Presidente da República

C 921

3.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

possui assessor para elaboração dos seus pronunciamentos.

Com a franqueza e lealdade costumeiras, o Deputado Marcos Tito confessou-nos ter sido ludibriado. Em verdade, só quem fosse habituado com a leitura de jornais comunistas poderia identificar a origem da matéria, objeto do seu discurso. Inconteste é que ilaquearam a sua boa fé. Fizeram com maldade extrema o induzimento ao erro, praticando-o, no entanto, com intenção pura e isenta de dolo.

O engodo, todavia, surtiu efeito e escandalizou. Mas talvez quem tenha preparado a trama inteira não é impossível tenha também alertado o Deputado denunciante sobre o discurso do seu colega Marcos Tito.

A injúria assacada transcende a figura do acusado para pesar sobre a instituição parlamentar, podendo até, tanto o denunciante como o denunciado, serem vítimas de um plano maior, deflagrador de uma crise institucional.

A trama foi urdida com rara competência e o seu propósito parece inversamente proporcional às ambições do escopo malévolo.

Não sabemos quem foi mais usado: se o Deputado denunciante ou se o Deputado denunciado; este, leu o discurso-manifesto; aquele, prodigamente, divulgou o manifesto-discurso, alcançando uma publicidade raramente obtida por qualquer documento. Ambos prestaram serviço a áreas interessadas em combalir e convulsionar mais ainda as instituições ou em alterar pelas pressões da crise forja da, o itinerário da normalidade democrática.

O Deputado Marcos Tito, advertido pela denúncia,

C. 922

C. 922
4.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

reconheceu o erro, mas não reconhece o dolo. Ninguém tem o direito de imputar-lhe a intencionalidade em servir a quaisquer propósitos estranhos à sua vocação democrática. E onusto da revolta sagrada dos injustamente imolados, volta à tribuna da Câmara dos Deputados para fazer uma profissão de fé na democracia, afirmando nunca ter sido vinculado ao Partido Comunista.

Fez mais ainda, Sr. Presidente, certo do expediente insidioso de que fora vítima; requereu a V. Exa. a exclusão dos Anais do discurso proferido, porque só supervenientemente à sua fala é que verificou a origem do documento.

C-923

_____/_____/197_____
N.º 114/1

O SR. JOSÉ COSTA - Nobre Deputado Alencar Fur-

tado, ~~os~~ como os demais companheiros de bancada do Deputado Marcos Tito, ^{está} ~~estamos~~ plenamente convencidos não apenas da sua inocência, mas principalmente de ter sido ele vítima da ação mesquinha de um assessor, que era imerecidamente credor de sua confiança. Os Anais do Parlamento registram fatos semelhantes. Poderia reportar-me, por exemplo, a um episódio ocorrido recentemente, no Senado, envolvendo o eminente Senador Benedito Ferreira. S.Exa., de boa fé, leu discurso preparado pela sua assessoria, que transcrevia ipsis verbis, trabalho do Prof. Nelson de Souza Sampaio, constitucionalista baiano, o que ensejou o protesto daquele eminente cultor do Direito. Os jornais de hoje dão como certa a cassação do Deputado Marcos Tito. Mas, Sr. Presidente, eminente Líder, há inclusive um precedente -- pode-se dizer -- de jurisprudência revolucionária no sentido de considerar sobretudo os antecedentes do inídicado no processo punitivo sumariíssimo da Revolução. Lembro-me de outro episódio, que trago à colação, o qual comprometeu outrora uma das figuras mais ilustres do Congresso Nacional. Grupos radicais pediram a cabeça do eminente Senador Petrônio Portella, porque, no dia 19 de abril de 1964, movido por uma idéia maior -- a da legalidade -- não apenas se solidarizara

com o Governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arraes, mas também lamenta-
ra não ter, no seu Estado - era o Governador do Piauí - forças sufi-
cientes para colocar a sua disposição. ~~Presidente~~, A Revolução
considerou os antecedentes de S.Exa. Verificou ser ele democrata, pos-
suidor de caráter sem jaça. E S.Exa. continuou prestando relevantes ser-
viços à democracia, não apenas como Presidente do Senado Federal - car-
go que ocupa pela segunda vez - mas também servindo ao regime. Foi
S.Exa. que discursou no Itamaraty, onde afirmou que não eram os Estados
unidos uma nação que pudesse dar a melhor lição ao nosso País sobre os
direitos humanos. Estou certo de que o Sr. Presidente da República, ~~res-~~
~~ponsável pela Revolução~~, considerará os antecedentes e a formação demo-
crática do Deputado Marcos Tito e o conservará no Parlamento, para hon-
rar não apenas esta Casa, mas para prestar, no futuro, maiores serviços
ao País.

O SR. ALENCAR FURTADO - Agradeço a V.Exa. o aparte, em que
afirma, ~~esclarecedoramente~~ esclarecedoramente, que não há singularidade no
comportamento do nobre Deputado Marcos Tito.

A diferença entre este e outros episódios é a seguinte: o Deputado Mar-
cos Tito agiu sem qualquer dolo e de inteira boa fé; e outros, em ~~outras~~
diversas oportunidades, ~~tem~~ agido com dolosidade. ~~Comportamento de Marcos~~

C. 925

Ora, Sr. Presidente, de

De boa fé errou o Deputado Marcos Tito, mas, quem de boa fé já não errou?

Vem a talho a advertência bíblica: quando a multidão queria apedrejar Maria Madalena, Cristo olhou nos olhos de cada um, penetrou na consciência de todos e com a força moral do juízo apostrofou: "Quem não tiver pecado que atire a primeira pedra".

Sim, Sr. Presidente, quem não errou? Porventura este mundo está dividido entre a maldade dos que enganam e a angelitude dos que não erram?

Será que este mundo não é mais dos que erram pela cota de falibilidade imanente a cada ser humano?

Por que não se admitir o erro de boa fé quando o seu autor penitencia-se, publicamente, numa autocrítica invejável, demonstrativa do valor da sua formação?

Acreditamos na palavra do Deputado Marcos Tito porque, não fora a força da sinceridade ou da convicção com que se dirigiu a mim, teríamos ainda o testemunho da sua vida.

C-926

CÂMARA DOS DEPUTADOS

5.

Veja-se, por exemplo, o depoimento do Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes, Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais:

322
18 } "Essas acusações não me surpreendem mais. Da época em que Marcos Tito estudava na UCMG tive dele a melhor impressão. Uma pessoa séria, estudiosa e de grande valor humano. Não me consta nada do que lhe estão imputando agora".

Leia-se o que dizem os Deputados Estaduais da ARENA de Minas Gerais:

322
18 } "Não posso acreditar que Marcos Tito seja comunista. Convivi com ele quatro anos na Assembléia Legislativa de Minas".

É assim que se expressa o Deputado Cristóvão Chiaradia. E o Deputado José Laviola arremata convicto:

322
18 } "Não acredito nessas acusações". (Folha de São Paulo de 29.5.77).

De resto, é idêntico o testemunho dos Deputados do MDB do seu Estado e de todos os que o conhecem.

Advogado militante, Deputado Estadual, Deputado Federal, seria tão ingênuo o Deputado Marcos Tito de, em sua consciência, ler o Manifesto do Partido Comunista, conhecendo os riscos do seu gesto, sabendo que poderia perder inclusive o seu mandato?

Não. Por isso reputamos injuriosa a imputação de ser ele porta-voz do Partido Comunista. Ninguém tem o direito de descrer do Deputado Marcos Tito se todos os argumentos convergem em seu favor.

C-927
Correio

6.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Porventura a má fé merece maior credibilidade em nossos dias?

Porventura pretendem instituir o direito à calúnia e à injúria, nessa selva política desvairada, para destruir com ceitos e reputações?

A razão e a moral, o direito e a justiça repelem a má fé pelo que desserve e oprobria, mas as mesmas forças morais e jurídicas exaltam a boa fé pelo que ela contém de decência e de grandeza.

A intriga solerte, a insídia vil, o engodo perverso, pousaram como vitoriosos nas versões deste episódio. Propagam até a punição máxima, arrebatando-lhe o mandato.

Não cremos se assente na injúria ou na calúnia ameaça de sanção tão grave. Calúnia que, no dizer de Rui, "é a comadre imemorial da improbidade e da inveja, sórdida alcoveta das torpezas, a sinistra envenenadora da honra dos estadistas e dos povos".

Abrasa-nos a convicção da boa fé na prática do ato, até porque não vemos no caráter do acusado as marcas da dissimulação.

O Deputado Marcos Tito é homem de honra. De formação cristã. Homem de fé. O Deputado Marcos Tito é, sobretudo, um homem de bem. Foi induzido em erro — repito. Confessou o fato. Desculpou-se. Cresceu na humildade do gesto. Demonstrou ser representante do povo e não do ódio. Denunciou a trama em que se viu envolto. Honrou o programa do seu partido, fazendo profissão de fé democrática. Empenhou a sua palavra, vale dizer, a sua honorabilidade.

Se tudo isso nada vale, se tudo isso não merece

C-928/ 1000#

7.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

fê, é porque se enicham nos altares da maldade, numa exaltação me-
fistofélica, a conjura, o ardil e a fraude; a má fê e a insidia-
cruel.

Mas quem nunca errou, fique em paz com sua consci-
ência e tenha o privilégio de responder depois de séculos ao Naza-
reno e atire a primeira pedra.

Meu caro Deputado Marcos Tito: os seus companhei-
ros de bancada acreditam na sua verdade. (Palmas prolongadas
O crador é cumprimentado)



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRALINFORMAÇÃO Nº 422/16/AC/77

Cien 53

DATA : 30 Jun 77

ASSUNTO : ATIVIDADES SUBVERSIVAS - ATUAÇÃO DO DEP FED MDB A
LENCAR FURTADO, LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA FEDERAL.

ORIGEM : AC/SNI

DIFUSÃO : CH/SNI

ANEXO : DE ACORDO COM O ITEM 8

1. A AC/SNI, quando da eleição do nominado para líder da minoria na Câmara Federal, prognosticou, na apreciação nº 07/77 (Anexo A), o domínio da ala autêntica - bastante ligada às teses do PCB - sobre o partido opositor, uma vez que o Dep A LENCAR FURTADO, tem posição contestatória, era antigo membro do Partido Socialista e havia feito, também, antes das eleições de 1974, contatos com a "Comissão de Entendimentos Políticos" daquele partido proscrito - conforme declarações de MARCO ANTONIO TAVARES COELHO. Tal domínio implicaria, logicamente, num maior engajamento do MDB nas teses do PCB dando maior realce à ação dos seus contestadores.

2. No episódio MARCOS TITO, ficou clara a insofismável cobertura dada pelo líder da minoria ao citado deputado - que pagava tributo ao apoio recebido do PCB, em 1974 - e que, após marchas e contra-marchas acabou, sem críticas ao seu liderado, considerá-lo como tendo agido em boa fé.

3. Na sua atuação no simpósio do IEPES/MDB em BSB - "Luta pela Democracia" não só deu cobertura como adotou - conforme

verificou-se no seu pronunciamento pela Rede Nacional de TV do dia 27 JUN 77, as teses preconizadas pelo marxista CEBRAP, culminando pela pregação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita como a única saída, segundo o esquema comuno-contestatório, para "a crise que assola o País".

4. Finalmente, numa entrevista ao "JORNAL DO BRASIL" publicada na edição de 29 JUN 77, o citado líder, como solução "para reconduzir o BRASIL ao regime democrático" (ANEXOB) preconizou o seguinte:

- a. Dissolução do Congresso Nacional.
- b. Convocação de eleições gerais para constituição de uma Assembléia Constituinte.
- c. Criação de um Conselho de Estado com representantes dos seguintes setores:
 - 1) Militares, numericamente majoritários
 - 2) Legislativo
 - 3) Judiciário
 - 4) CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 - 5) OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
 - 6) ABI - Associação Brasileira de Imprensa
 - 7) Outros, não definidos.

Reconhece, como ilegal, a atual participação das FFAA na política, reconhecendo-as "profundamente populares e com grande tradição legalista" razão pela qual opina que "o atual estado de exceção deve estar causando um acentuado mal estar entre boa parte dos militares".

5. A Seção de Pesquisa do "JB" publica, logo abaixo das declarações do Dep ALENCAR FURTADO, um artigo sobre Conselho de Estado onde conclui que o mesmo será um órgão importante "se seus componentes não estiverem sujeitos a demissões e cassações sumárias", porque será "um organismo sem condições de decidir

sobre a vida política e institucional do País".

6. Verificando-se o manifesto apócrifo lançado pelo MMDC - Movimento Militar Democrático, ve-se, nas suas exigências finais (FL 3 do ANEXO C), a reivindicação de uma Assembléia Constituinte em pleito livre e direto - anteriormente reivindicada pelo PC do B no seu panfleto "LEVAR AVANTE E ATÉ O FIM A LUTA CONTRA A DITADURA/1975" - terminando por pedirem a constituição de um Governo Provisório com a seguinte participação:

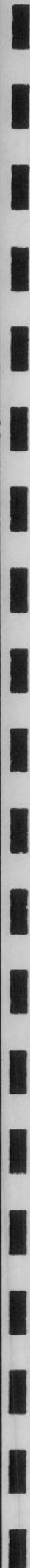
- 1) Militares, representantes das FFAA.
- 2) Políticos representantes dos partidos, logicamente, seus presidentes que compõem o legislativo.
- 3) Judiciário, representado pelo Presidente do STM.
- 4) OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

7. Ve-se, portanto, que a proposta feita pelo Dep A LENCAR FURTADO não foge às idéias levantadas na Infão 346/16/AC/77 sobre a pregação da Assembléia Constituinte (ANEXO D) - nem às palavras de ordem da V.O. 134 - Infão 411/16/AC/77, de 29 Jun. Apenas, aumentou o número de membros do colegiado - as infiltradas CNBB e ABI - e chamou-o de Conselho de Estado ao invés de Governo Provisório, demonstrando, com isso, não só uma perfeita orquestração legal da tese comunista como ainda denunciando a origem do manifesto do MMDC que a FBI, no exterior, ora diz ter sido assinado por 57 ora por 110 coronéis, sem conseguir, contudo nominá-los, por razões óbvias.

8. ANEXOS

- a. Cópia de apreciação
- b. Cópia de notícia de jornal
- c. Cópia do Manifesto do MMDC
- d. Infão 346/16/AC/77, de 07 JUN 77

* * *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C-1083

14, 06, 1977

TERESA, LÍLIA (_____) 18 10 N.º 141/1

O SR ALENCAR FURTADO (DE-PR. Sem revisão do orador) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Legislativo transformado em subpoder; os parlamentares descarantidos e desautorados, escravizados na sua função, vivendo dias sombrios no seu mister costumeiro. O arbítrio campeando solto, intratilizandando a vida nacional, porque as instituições periclitam toda vez que a mão da prepotência viola e tumultua. A vida política de vários colegas já foi ceifada pela arbitrariedade. A arrogância do AI-5 tem império há mais de 13 anos nesta Pátria, que poderia ser fraternizada num congregarmento de irmãos, mas a barreira do ódio ficou erguida, afastando a compreensão e a concórdia.

Hoje, uma vez mais, um colega é afastado, violentamente cassado o povo que o elegeu, o povo de Minas Gerais. Marcos Tito, na sua humildade que o engrandeceu, nos últimos dias, confessando o logro de que foi vítima, foi afastado hoje pela mão da violência, violência que ^{está} ~~está~~ muito mais esta instituição ~~suprimida~~

ROSEMI



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C- 1084

14 / 6 / 1977

Masumi Lília (cont. O SR ALENCAR FURTADO) 18.12 N.º 142/1

que o colega sacrificado, Violência que afeta muito mais a valia ou a desvalia deste Poder, ou deste subpoder, que a vida política desfeita de um companheiro de nós todos.

O MDB, pela sua liderança, teria ~~que~~^{de} se manifestar com a veemência com que ~~está~~^{está} fazendo, porque, sem ver a pessoa do atingido e vendo muito mais este poder afetado, ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ se revolta contra aqueles que querem ser tudo na centralização de todos os poderes da ~~República~~ República, humilhando quem já vive humilhado, desgraçando ~~quem~~^{mais} quem já vive ~~XXXXXX~~ ~~XXXX~~ na desgraça, ofendendo mais ainda quem já vive ofendido e aviltando quem já ~~vive~~^{vive} aviltado. (Palmas)

Mas a nossa reação, ~~esta~~ sagrada reação, é que temos que viver ~~esta~~ os dias do Brasil com que sonhamos, ~~os~~^(Palmas) nossos sonhos virando pesadelos todos os dias. Sonhos de democracia virando pesadelo de ditaduras ou de totalitarismo (Palmas). Estamos vivendo dias terríveis, quando poderíamos viver o amanhecer de uma nova alvorada democrática. Estamos vivendo na escuridão de um obscurantismo sem entranhas, que quer conduzir, com mãos de ferro, ~~o destino do~~^{o destino do} ~~o destino do~~ cento e dez milhões de brasileiros.

O nosso protesto, Sr. Presidente, é candente, é revoltado, na revolta de quem se sente injustiçado e violado, porque não podemos com



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

C- 1085

197

Nº 142/2

preender que esta Pátria, que tem uma tradição libertária, e a consciência
cívica de um povo que
~~de~~ quer ser bem brasileiro possa suportar por muito tempo,
ou por mais tempo, aqueles que querem pisotear seu destino, arrebatando
mandatos ~~de~~ conquistados pelo povo, não mandatos ~~arrebata~~ ^{conquistados} pelo poder
que se encarnam nos Estados ou nos altos postos da República. (Muito
ber. Palmas) [Temos a união popular. A fiosa revolta é mais pun-
gente exatamente porque a violência é voltada contra o povo brasileiro.
Mais que Marcos Tito, mais que esta instituição, Sr. Presidente, o povo
brasileiro está sendo aviltado e atingido. [Dias virão, oxalá, em que
esta Pátria se irmanem, ^{em} que as instituições sejam valorizadas, ^{em} que este
Legislativo seja um Poder, ^{em} que o Judiciário seja respeitado, ^{em} que o man-
dato do Deputado, ele o possa cumprir, dando satisfações a quem o elegeu.
[Dias devem vir, se Deus quiser, em que a prepotência ^{em} o arbítrio sejam
banidos do solo pátrio, para que a democracia se instaure no nosso meio,
para que ^{em} postulados da liberdade sejam de todos e as garantias de cada
um. [O Deputado é um desgarantido, o Deputado é um homem escravizado até
na sua tribuna. Não tem, para viver, o alimento necessário da liberdade de
ser. [Sr. Presidente, a Liderança do MDB protesta ^{em} ^{contra} ^{em} mais
esta cassação de um Deputado que teve dignidade e corpostura em toda a
sua trajetória política,

C-1086/1090#

~~que representava dignamente o seu povo nesta Casa.~~
o protesto do MDB, tenha certeza V.Exa., tenha certeza esta Casa, é o protesto
do povo brasileiro. (Palmas)

Nº. PRO. CSS. 166.5/P.133

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO DE

JOSE ALENCAR FURTADO

O Presidente da República,
tendo em vista o artigo 182 da Constitui
ção, no uso das atribuições que lhe confe
re o artigo 4º do Ato Institucional nº 5,
de 13 de dezembro de 1968 e após audiên
cia do Conselho de Segurança Nacional,
resolve

CASSAR

o mandato eletivo e suspender, pelo prazo
de 10 (dez) anos, os direitos políticos do cidadão JOSÉ
ALENCAR FURTADO, Deputado Federal - PARANÁ.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977;
156º da Independência e 89º da República.

Ernesto Geisel

A. J. Alcino
Presidente do Conselho de Segurança Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PR 4036 177
01 JUL 1977
[Handwritten Signature]
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

172

PR . SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 30-6-77

209

CONFIDENCIAL*[Handwritten signature]*

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

BRASÍLIA, DF,

Em 30 de junho de 1977

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 026

*À Secretária-Geral do
CSN, para cumprir o manda-
to do Conselho.
Em 30 junho 77
Giral*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor JOSÉ ALENCAR FURTADO, Deputado, pelo MDB, Seção do PARANÁ, nos termos do artigo 2º, do Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968.

Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas.

Nestas condições peço vênha sugerir que, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, de acordo com o artigo 5º do

CONFIDENCIAL

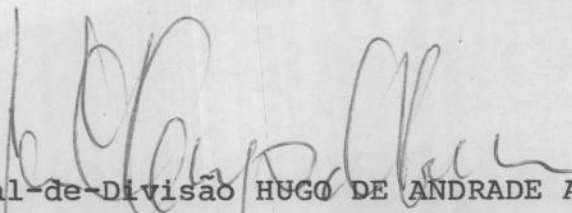
CONFIDENCIAL

SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

- 2 -

Ato Complementar nº 39, de 20 de dezembro de 1968, sejam su
pensos os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassado
o mandato eletivo federal do senhor JOSÉ ALENCAR FURTADO, con
soante dispõe o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de
dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa
Excelência meus protestos da mais alta estima e profundo res
peito.



General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU

Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

GM/ 5303-A

Em 30 de junho de 1977

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*A' Secretari-geral d. CSN.**Em 30 junho 77**Unial*

Aproveitando a difusão, por cadeia nacional de rádio e televisão, do encerramento do Simpósio "A luta pela Democracia", no dia 27 do corrente mês, o MDB gravou e apresentou a toda a Nação, contestatório discurso proferido pelo Deputado Federal pelo MDB, PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Do referido discurso, onde foi reivindicada a imediata convocação de uma Assembléia Constituinte, como exemplo de contestação e violência oratória, destacam-se, entre outros, os seguintes trechos:

"Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta".

....."que a nossa fala seja uma homenagem aos companheiros que ficaram pelos caminhos da luta, injustiçados pela prisão ou exílio. Todo o tributo de nosso apreço aos homens da resistência democrática, de MARIO COVAS a MARCOS TITO, de LEO DE ALMEIDA NEVES a NADIR ROSSETI, de MARTINS RODRIGUES e LYSÂNEAS MACIEL".

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

- 02 -


O Serviço Nacional de Informações encaminhou ao Ministério da Justiça os registros atinentes ao referido Deputado, os quais abrangem sua conduta e pronunciamentos, a partir do ano de 1966 até à data, acima referida, em que foi difundido, pelo rádio e televisão, o encerramento do Simpósio "A luta pela Democracia".

À luz dos mesmos, constata-se que o Deputado ALENCAR FURTADO vem pautando sua conduta política através de atitudes contestatórias ao Regime vigente e de pronunciamentos violentos, visando insuflar o povo contra a ordem e a moral Revolucionárias, quer defendendo teses e adotando processos comuns aos do Partido Comunista Brasileiro, quer, ostensivamente, clamando contra as sanções impostas pelo Governo Revolucionário àqueles que tentaram, durante os últimos anos, subverter a ordem e conduzir a Nação aos caos.

Quer-me parecer, senhor Presidente - conforme expressam as transcrições de registros anexos - que o Deputado Federal JOSÉ ALENCAR FURTADO persevera em atitude de nítida contestação à Revolução de 31 de março de 1964, cujos princípios se quer e se exige permanentes.

Por tudo o que foi exposto, represento a Vossa Excelência, conforme determina o Art 2º, ítem I, do Ato Complementar nº 39, no sentido de que seja aplicada ao Deputado Federal JOSÉ ALENCAR FURTADO a suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e cassação de seu mandato eletivo, tudo com vistas a preservar a Revolução, na forma recomendada pelo Art 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.


ARMANDO FALCÃO
Ministro da Justiça

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

AVISO Nº 188

BRASÍLIA, DF,

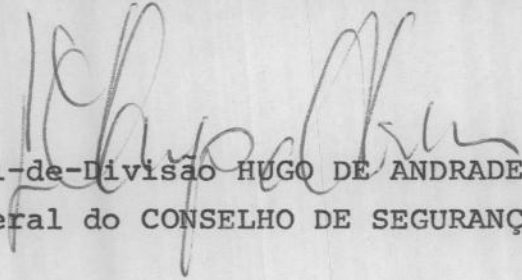
Em 30 de junho de 1977

Senhor Vice-Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça, para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao Deputado Federal, pelo MDB, do PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o Parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.


General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

À Sua Excelência

General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS

DD Vice-Presidente da República

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

NB. PRO. CSS. 166. S, p. 141

MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO EM CHEFE - FORÇA ARMADA NACIONAL

Brasília, DF,

ANEXO AO AVISO Nº 188

Em 30 de junho de 1977

Sanções previstas no artigo 4º do Ato Instituci
onal nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao cidadão JOSÉ ALENCAR
FURTADO.

PARECER

De acordo
Adalberto Pereira dos Santos

General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS
Vice-Presidente da República

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

AVISO Nº 189

BRASÍLIA, DF,
Em 30 de junho de 1977

Senhor Ministro

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça, para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao Deputado Federal pelo MDB, do PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o Parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

NB. PRO/CSS. 166.5, P. 143

Brasília, DF,

ANEXO AO AVISO Nº 189

Em 30 de junho de 1977

Sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao cidadão JOSÉ ALENCAR FURTADO

PARECER : De acordo.

A. Falcão

Doutor ARMANDO RIBEIRO FALCÃO
Ministro de Estado da Justiça

PARECER

De acordo

Guilherme Augusto Henriques

Almirante-de-Esquadra GERALDO AZEVEDO HENNING
Ministro de Estado da Marinha

PARECER

De pleno acordo.

Sylvio

General-de-Exército SYLVIO COUTO COELHO DA FROTA
Ministro de Estado do Exército

PARECER

De acordo.

Antônio Francisco Azeredo da Silveira
Embaixador ANTÔNIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

[Handwritten signature]
- 2 -

Continuação do ANEXO AO AVISO Nº 189 , de 30 de junho de 1977

PARECER

De acordo

[Handwritten signature]
Professor MARIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro de Estado da Fazenda

PARECER

De acordo

[Handwritten signature]

General-de-Exército DYRCEU ARAUJO NOGUEIRA
Ministro de Estado dos Transportes

PARECER

De acordo

[Handwritten signature]

Professor ALYSSON PAULINELLI
Ministro de Estado da Agricultura

PARECER

De acordo.

[Handwritten signature]

Senador NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA
Ministro de Estado da Educação e Cultura

PARECER

De acordo.

[Handwritten signature]

Deputado ARNALDO DA COSTA PRIETO
Ministro de Estado do Trabalho

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

[Handwritten signature]
- 3 -

Continuação do ANEXO AO AVISO Nº 189 ,de 30 de junho de 1977

PARECER

De acordo.
[Handwritten signature]

Tenente-Brigadeiro JOELMIR CAMPOS DE ARARIPE MACEDO
Ministro de Estado da Aeronáutica

PARECER

De acordo
[Handwritten signature]

Doutor PAULO DE ALMEIDA MACHADO
Ministro de Estado da Saúde

PARECER

De acordo
[Handwritten signature]

Doutor ÂNGELO CALMON DE SÁ
Ministro de Estado da Indústria e do Comércio

PARECER

De acordo.
[Handwritten signature]

Doutor SHIGEAKI UEKI
Ministro de Estado das Minas e Energia

PARECER

De acordo
[Handwritten signature]

Professor JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

[Handwritten signature]
- 4 -

Continuação do ANEXO AO AVISO Nº 189 ,de 30 de junho de 1977

PARECER

De acordo
Maurício Rangel Reis

Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
Ministro de Estado do Interior

PARECER

de acordo
[Handwritten signature]

Comandante EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

PARECER

De acordo
L. G. do Nascimento

Professor LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

PARECER

De acordo
[Handwritten signature]

General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República

PARECER

de acordo.
[Handwritten signature]

Ministro GOLBERY DO COUTO E SILVA
Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

[Handwritten signature]
- 5 -

Continuação do ANEXO AO AVISO Nº 189 ,de 30 de junho de 1977

PARECER

De acordo

João Baptista B. de Oliveira Figueiredo
General-de-Divisão JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações

PARECER

De acordo

Moacyr Barcellos Potyguara
General-de-Exército MOACYR BARCELLOS POTYGUARA
Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

AVISO Nº 190

BRASÍLIA, DF,

Em 30 de junho de 1977

Senhor Chefe

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Senhor Ministro de Estado da Justiça, para aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao Deputado Federal pelo MDB, do PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Sobre o assunto em questão, tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Presidente da República de solicitar o Parecer de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração.

General-de-Divisão HUGO DE ANDRADE ABREU
Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Nº. PAD. CSS-166-S, P-149

ANEXO AO AVISO Nº 190

Brasília, DF,
Em 30 de junho de 1977

Sanções previstas no artigo 4º do Ato Instituci
onal nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao cidadão JOSÉ ALENCAR
FURTADO.

PARECER

De acordo

Gualter Maria Menezes de Magalhães
Almirante-de-Esquadra GUALTER MARIA MENEZES DE MAGALHÃES
Chefe do Estado-Maior da Armada

PARECER

Fritz de Azevedo Manso
General-de-Exército FRITZ DE AZEVEDO MANSO
Chefe do Estado-Maior do Exército

PARECER

Tenente-Brigadeiro do Ar Delio Jardim de Mattos
Tenente-Brigadeiro-do-Ar DÉLIO JARDIM DE MATTOS
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

CONFIDENCIAL

NOME JOSE ALENCAR FURTADO

FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO-PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS

HISTÓRICO

CIC

DECRETO Nº 79.895 — DE 30 DE JUNHO DE 1977

Prorroga prazo estabelecido no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, que reestrutura o Grupo — Direção e Assessoramento Superiores.

O Presidente da República,

no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1977 o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 12 do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, alterado pelo Decreto nº 78.984, de 21 de dezembro de 1976.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

DECRETO DE 29 DE JUNHO DE 1977

O Presidente da República,

de acordo com o artigo 654, caput e § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, e pela Lei nº 6.087, de 17 de julho de 1974, e tendo em vista o que consta do Processo nº 52.725, de 1977, do Ministério da Justiça, resolve

NOMEAR

a bacharela em Direito Maria do Socorro Duarte da Silva, para exercer, em virtude de habilitação em concurso, o cargo de Juiz Substituto da 1ª Região da Justiça do Trabalho.

Brasília, 29 de junho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DECRETOS DE 29 DE JUNHO DE 1977

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 36 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, e atendendo ao que consta do Processo nº 17.534, de 1968, do Ministério da Justiça, resolve

DECLARAR

que Alayde Cazão, em solteira Alayde do Nascimento, natural do Estado do Rio de Janeiro nascida a 2 de maio de 1938, filha de Manoel Pinheiro do Nascimento e de Otilia dos Santos Nascimento, residente no Estado de São Paulo, readquiriu a nacionalidade brasileira, na con-

formidade do disposto no artigo 36 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949.

Brasília, 29 de junho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

O Presidente da República,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 102 do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, e tendo em vista o que consta do Processo nº 154, de 1976, do Ministério da Justiça, resolve

EXPULSAR

do território brasileiro, na conformidade dos artigos 100, 103 e 135 do Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, Luis Eduardo Silva Barriga ou Luis Enrique Silva Barriga, de nacionalidade colombiana, filho de Enrique Silva Beltran e de Isabel Barriga, nascido em Bogotá — Colômbia, aos 10 de janeiro de 1953, e residente no Estado do Pará.

Brasília, 29 de junho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

00123 de 30.06.77

DECRETO DE 30 DE JUNHO DE 1977

O Presidente da República,

tendo em vista o artigo 182 da Constituição, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e após audiência do Conselho de Segurança Nacional, resolve

CASSAR

o mandato eletivo e suspender, pelo prazo de 10 (dez) anos, os direitos políticos do cidadão José Alencar Furtado, Deputado Federal — Paraná.

Brasília, 30 de junho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Hugo de Andrade Abreu

8167



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

ENCAMINHAMENTO Nº 027/15/AC/77



DATA : 30 de junho de 1977
ASSUNTO : Processo Informativo do Dep Fed (MDB/PR) ALENCAR
FURTADO
ORIGEM : AC/SNI
DIFUSÃO : CH SNI
ANEXO : Processo Informativo

Esta AC encaminha, em anexo, o Processo Informativo do Dep Fed (MDB/PR) JOSÉ ALENCAR FURTADO.

* * *

30-06-77

AA/6.30h

SERVICIO NACIONAL DE INFORMACIONES

SNI/SI — Gab
PROTÓCOLO
N.º 1943/06
Em 30 Jun 77



MARTINS RODRIGUES a LYSÂNEAS MACIEL".

O Serviço Nacional de Informações encaminhou ao Ministério da Justiça os registros atinentes ao referido Deputado, os quais abrangem sua conduta e pronunciamentos, a partir do ano de 1966 até à data, acima referida, em que foi difundida, pelo rádio e televisão, o encerramento do Simpósio "A luta pela Democracia".

À luz dos mesmos, constata-se que o Deputado ALENCAR FURTADO vem pautando sua conduta política através de atitudes contestatórias ao Regime vigente e de pronunciamentos violentos, visando insuflar o povo contra a ordem e a moral Revolucionárias, quer defendendo teses e adotando processos comuns aos do Partido Comunista Brasileiro, quer, ostensivamente, clamando contra as sanções impostas pelo Governo Revolucionário àqueles que tentaram, durante os últimos anos, subverter a ordem e conduzir a Nação ao caos.

Quer-me parecer, senhor Presidente - conforme expressam as transcrições de registros anexos - que o Deputado Federal JOSÉ ALENCAR FURTADO persevera em atitude de nítida contestação à Revolução de 31 de março de 1964, cujos princípios se quer e se exige permanentes.

Por tudo o que foi exposto, represento a Vossa Excelência, conforme determina o Art 2º, item I, do Ato Complementar nº 39, no sentido de que seja aplicada ao Deputado Federal JOSÉ ALENCAR FURTADO a suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 10 anos, e cassação seu mandato eletivo, tudo com vistas a preservar a Revolução, na forma recomendada pelo Art 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Sirvo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

ARMANDO FALCÃO
Ministro da Justiça

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aproveitando a difusão, por cadeia nacional de rádio e televisão, do encerramento do Simpósio "A luta pela Democracia", no dia 27 do corrente mês, o MDB gravou e apresentou a toda a Nação, contestatório discurso proferido pelo Deputado Federal pelo MDB, PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

Do referido discurso, onde foi reivindicada a imediata convocação de uma Assembléia Constituinte, como exemplo de contestação e violência oratória, destacam-se, entre outros, os seguintes trechos:

"Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvairada, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta"

....."que a nossa fala seja uma homenagem aos companheiros que ficaram pelos caminhos da luta, injustiçados pela prisão ou exílio. Todo o tributo de nosso apreço aos homens da resistência democrática, de MARIO COVAS a MARCOS TITO, de LEO DE ALMEIDA NEVES a NADIR ROSSETI, de



SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA A aplicação das sanções previstas no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, ao Deputado Federal pelo MDB, do PARANÁ, JOSÉ ALENCAR FURTADO.

A - Exposição de Motivos do RIO-GERAL DO CONSELHO DE
SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL.

B - AVISOS

C - DECRETO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Presidente da República, tendo em vista o artigo 182 da Constituição, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e após audiência do Conselho de Segurança Nacional, resolve

CASSAR

o mandato eletivo e suspender, pelo prazo de 10 (dez) anos, os direitos políticos do cidadão JOSÉ ALENCAR FURTADO, Deputado Federal - PARANÁ.

Brasília, DF, de de 1977;
1569 da Independência e 899 da República.